



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

CAMILA GOMES DE FREITAS MAIA

**DO CONSULTÓRIO AO JUDICIÁRIO:
identidade profissional de psicólogos que atuam na justiça da infância e juventude**

Recife

2018

CAMILA GOMES DE FREITAS MAIA

**DO CONSULTÓRIO AO JUDICIÁRIO:
identidade profissional de psicólogos que atuam na justiça da infância e juventude**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Jurídica

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elaine Magalhães Costa Fernandez

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M217d Maia, Camila Gomes de Freitas.
Do consultório ao judiciário : identidade profissional de psicólogos que atuam na Justiça da Infância e Juventude / Camila Gomes de Freitas Maia. – 2018.
119 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elaine Magalhães Costa Fernandez.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2018.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Direito. 3. Justiça. 4. Psicólogos – Formação profissional. I. Costa Fernandez, Elaine Magalhães (Orientadora). II. Título

150 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2019-161)

CAMILA GOMES DE FREITAS MAIA

**DO CONSULTÓRIO AO JUDICIÁRIO:
identidade profissional de psicólogos que atuam na justiça da infância e juventude**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 12/12/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sidclay Bezerra de Souza (Presidente da Banca)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Wedna Cristina Marinho Galindo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Danielle Maria de Souza Sátiro (Examinadora Externa)
Tribunal de Justiça de Pernambuco/Faculdade Frassinette do Recife

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Elaine Magalhães Costa Fernandez, pela confiança durante todo o processo de mestrado e pelo muito que aprendi do ponto de vista da formação acadêmica e humana. Agradeço à FACEPE pela concessão da bolsa de fomento e ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, pelo consentimento na realização deste trabalho em sua instituição.

Agradeço aos meus pais, à minha mãe, Simone Freitas por todo apoio durante todo o processo de mestrado, desde os dias mais tortuosos, até os caminhos de mais calmaria. Ao meu pai, Sérgio Maia (in memorian), pelo homem que você foi e pelo pai que ainda é.

Agradeço à minha tia, Ana Maia, por todo apoio emocional, afetivo e acadêmico. Suas contribuições para a finalização deste meu trabalho foram de valor inestimável. Agradeço à Miriam Maia, minha tia, por sempre me mostrar a vida de um outro ângulo, geralmente melhor.

Agradeço à Raonne Freitas, László Maia, Rosinete Maia, Sandra Bradley, Alessandro Bradley, Saulo Freitas, Silvia Freitas, Severina Freitas, João Víctor e Maria Fernanda Bradley por me ensinarem todos os dias as infinitas possibilidades de sermos família.

Agradeço aos meus colegas deste programa de pós-graduação que contribuíram para o meu trabalho: Isabela Ribeiro, Cássia Castro e Phagner. O apoio de vocês foi imprescindível para a construção deste trabalho.

Aos meus avôs Jorge Maia e Zildo Freitas que me ensinaram que a maior riqueza adquirida é a educação.

Agradeço à Tiago Simões, mesmo com a distância de um mar inteiro a nos separar, estiveste aqui sempre comigo.

Agradeço também aos professores Danielle Sátiro, Sidclay Bezerra e Wedna Galindo pelas preciosas contribuições para a construção deste estudo.

A todos que não foram citados explicitamente, deixo a minha profunda gratidão.

RESUMO

A Psicologia é uma ciência cuja identidade é conferida por um mosaico teórico-conceitual em permanente tensão e movimento. Apesar da complexidade e diversidade teórica, a práxis do psicólogo é marcada por representações associadas às intervenções clínicas frequentemente exercidas em consultório particular, em atendimento individual e baseadas no modelo biomédico. Focados, em geral, no diagnóstico, tratamento e prognóstico de problemas intrapsíquicos, os métodos de intervenção são, de um modo geral, descontextualizados das condições sócio-históricas dos indivíduos. Todavia, os movimentos sociais da década de 1980, a nova Constituição Federal de 1988 e a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permitiram uma abertura no campo profissional dos psicólogos que passaram a atuar em instituições públicas numa concepção interdisciplinar que permite a construção de uma práxis contextualizada e historicizada, possibilitando a formulação de um saber crítico-reflexivo sobre a realidade e o indivíduo. Perspectiva que tem influenciado o campo do judiciário, em especial, a área da Infância e Juventude nele existente. Tais práticas lançam novos desafios ao *saber-fazer* da Psicologia, enquanto ciência e profissão. Refletimos se essas novas práticas profissionais podem constituir novas identidades profissionais dos psicólogos. Nossa reflexão se apoia no paradigma da Psicologia Sócio-Histórica que percebe a realidade social e histórica como referências constitutivas do fenômeno psicológico. Portanto, falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade, da subjetividade e da objetividade em que vivem os homens. A partir do método qualitativo, realizamos entrevistas semiestruturadas com a participação de oito psicólogos que atuam no âmbito da Justiça da Infância e Juventude do Recife, no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A análise dos dados seguiu as etapas da análise de conteúdo. Os resultados obtidos indicam que a identidade profissional dos referidos psicólogos está em permanente construção frente às especificidades do campo institucional e das novas práxis no exercício da profissão.

Palavras-Chave: Identidade Profissional. Psicologia Jurídica. Psicologia Sócio-Histórica. Infância e Juventude.

ABSTRACT

Psychology is a science whose identity is conferred by a theoretical-conceptual mosaic in permanent tension and movement. Despite the complexity and theoretical diversity, the praxis of the psychologist is marked by representations associated with clinical interventions often performed in private practice, in individual care and based on the biomedical model. Focused, in general, on the diagnosis, treatment and prognosis of intrapsychic problems, intervention methods are generally decontextualized from the socio-historical conditions of individuals. However, the social movements of the 1980s, the new Federal Constitution of 1988 and the implementation of the Statute of the Child and Adolescent (ECA) allowed for an opening in the professional field of psychologists who started to work in public institutions in an interdisciplinary conception that allows the construction of a contextualized and historicized praxis, making possible the formulation of critical-reflexive knowledge about reality and the individual. Perspective that has influenced the field of the judiciary, in particular, the area of Childhood and Youth in it. Such practices pose new challenges to the know-how of Psychology as a science and profession. We reflect whether these new professional practices may constitute new professional identities of psychologists. Our reflection is based on the paradigm of Socio-Historical Psychology that perceives social and historical reality as constitutive references of the psychological phenomenon. Therefore, to speak of the psychological phenomenon is obligatorily to speak of the society, the subjectivity and the objectivity in which the men live. Based on the qualitative method, we conducted semi-structured interviews with the participation of eight psychologists who work in the scope of the Justice of the Childhood and Youth of Recife, in the Court of Justice of Pernambuco (TJPE). Data analysis followed the steps of content analysis. The results indicate that the professional identity of the aforementioned psychologists is constantly being built against the specifics of the institutional field and the new praxis in the practice of the profession.

Keywords: Professional Identity. Juridical Psychology. Socio-Historical Psychology. Childhood and youth.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
CAP	Centro de Apoio Psicossocial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEJA	Comissão Estadual Judiciária de Adoção
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CICA	Centro Integrado da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DPCA	Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
FUNASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
LABINT	Laboratório de Interação Social e Humana
MEC	Ministério da Educação
NACNA	Núcleo de Apoio ao Cadastro Nacional de Ação
PUC - SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: O TRABALHO E A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM PSICOLOGIA.....	15
2.1	O TRABALHO EM PSICOLOGIA.....	15
2.2	FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM PSICOLOGIA.....	20
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERFACE DA PSICOLOGIA COM O DIREITO.....	23
3.1	OS PRIMÓRDIOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA	24
3.2	ÁREAS DE ATUAÇÕES E REGULAMENTAÇÕES EM PSICOLOGIA JURÍDICA.....	30
3.3	CAMINHOS PARA A INSERÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	32
4	A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA COMO ALTERNATIVA DE ANÁLISE À IDENTIDADE PROFISSIONAL.....	37
4.1	PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA.....	37
4.2	A IDENTIDADE COMO UMA CATEGORIA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA.....	40
4.3	IDENTIDADE PROFISSIONAL	46
4.4	PSICOLOGIA E O COMPROMISSO SOCIAL	51
5	OBJETIVOS DA PESQUISA	54
5.1	OBJETIVO GERAL.....	54
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	54
6	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	55
6.1	PARTICIPANTES	56
6.2	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	58
6.3	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	59
6.4	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	60
6.5	ANÁLISE DOS DADOS	61
7	RESULTADOS.....	63
7.1	A ESCOLHA DA PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO	63

7.2	TRAJETÓRIA ACADÊMICA.....	64
7.3	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COMO PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA ANTES DO TJPE.....	67
7.4	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COMO PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TJPE.....	70
7.5	MUDANÇA DE PARADIGMA: DO INDIVIDUAL PARA O COLETIVO.....	76
8	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	77
8.1	A ESCOLHA DA PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO	77
8.2	A TRAJETÓRIA ACADÊMICA.....	79
8.3	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COMO PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA ANTES DO TJPE.....	83
8.4	TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COMO PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TJPE.....	86
8.5	MUDANÇA DE PARADIGMA – DO INDIVIDUAL PARA O SOCIAL	96
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS.....	103
	APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	109
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)	110
	ANEXO A - CARTA DE ANUÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO.....	113
	ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/UFPE).....	116

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros movimentos rumo ao mestrado foram fruto de um percurso de estágio extracurricular realizado, enquanto estudante de Psicologia, no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), durante dois anos. No primeiro ano, lotada na Vara da Infância e Juventude do município de Jaboatão dos Guararapes, a pesquisadora teve contato com processos relacionados às medidas protetivas a crianças e adolescentes, estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990): adoção, guarda, tutela e destituição do poder familiar. Neste cenário, foi possível começar a visualizar a relação do profissional de Psicologia na interface do sistema judiciário – mais especificamente, na atuação em equipe interdisciplinar, na proximidade dos profissionais desta equipe com o cartório judicial¹, na interação com o juiz e o Conselho Tutelar e no atendimento às pessoas substabelecidas no processo.

No segundo ano de estágio, após transferência para a 2ª Vara da Infância e Juventude do município de Recife, o cenário encontrado era bastante diferente do anterior. A Justiça da Infância e Juventude da capital do estado conta com cinco Varas da Infância e Juventude, duas Varas de Crime contra Criança e Adolescente e um Centro de Apoio Psicossocial (CAP), que dão suporte às Varas de Família. Na instituição, a pesquisadora integrou o Núcleo de Apoio ao Cadastro Nacional de Adoção (NACNA), onde são trabalhadas as questões relativas à adoção – no caso, ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA), que é uma ferramenta digital monitorada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A equipe técnica do NACNA, composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, trabalhava, na época, com a adoção realizada através do CNA. Sendo assim, as ações do núcleo correspondiam a: alimentação dos dados no CNA, atendimento às pessoas que desejavam adotar, encontros de pretendentes à adoção, avaliação interprofissional de pretendentes a serem inclusos no CNA, produção de documentos para subsidiar o processo judicial, discussão de casos, reuniões com a equipe técnica, articulação com a rede socioassistencial do município de Recife, instituições de acolhimento de crianças e conselhos tutelares, intervenções domiciliares e institucionais.

¹ No Brasil existem dois tipos de cartórios: os judiciais e os extrajudiciais. Os primeiros, também chamados de varas, são órgãos do Judiciário presididos pelos respectivos juízes, que correspondem pela guarda e execução de processos judiciais. No segundo caso, os cartórios extrajudiciais são vinculados aos tabeliões ou oficiais de registro, pessoas que recebem delegação do poder público para registrar atos extrajudiciais e fornecer certidões. Acessado em < http://www.blogsoestado.com/heraldomoreira/2013/05/17/diferenca-entre-cartorio-judicial-atuaisesecretarias-e-extrajudicial-by-cnj_oficial/>. Disponível em: 14 de março de 2018.

No estágio, os primeiros contatos foram marcados por muito estranhamento ante a realidade de trabalho dos psicólogos lotados no sistema judiciário. O contato era com uma atuação dos profissionais de Psicologia compartilhada com outros profissionais de forma integrada, atendendo a uma clientela da ordem do contingente. O atendimento e a relação profissional não se limitavam à assistência a crianças e adolescentes em situação de violação dos seus direitos básicos, sendo ampliado aos familiares e às pessoas pretendentes à adoção. Isto contrasta com a imagem que se passava do psicólogo na academia, vista no contexto das disciplinas do curso de Psicologia, em que se dava grande ênfase à área clínica – ao profissional atuando de forma muito solitária, trabalhando, em geral, em consultório e atendendo a uma clientela capaz de pagar pelos seus serviços.

Esse contraste entre o que se debatia dentro da academia e a própria imagem social do que é ser psicólogo se apresentava constantemente na realidade de trabalho dos psicólogos do Judiciário. A atuação era institucionalizada, interdisciplinarizada com o Direito, as Ciências Sociais e a Pedagogia; não se restringia ao “trabalho de gabinete”, mas ia a campo – a comunidades, residências, escolas, centros comunitários, conselhos tutelares, postos de saúde, entre outros.

Desta forma, ao finalizar a graduação, surgiu o desejo de ampliar o conhecimento dessa realidade investindo-se no mestrado. Assim, a busca do desenvolvimento de um projeto de pesquisa que levasse à reflexão acerca do *saber-fazer* do psicólogo como profissional atuante no serviço público, nomeadamente no sistema judiciário, justifica o presente estudo.

Já no mestrado, através da literatura relacionada à práxis, num sentido mais amplo, foi possível perceber que a Psicologia é uma área de múltiplas atuações profissionais e de dispersão de saberes (JAPIASSU, 1982; BOCK, 1999b). No reconhecimento dessa "pluralidade", todavia, percebe-se que, na cultura profissional e nos currículos universitários, historicamente, há uma tendência de formação profissional mais voltada à perspectiva liberal, com atuação predominante na área clínica, em consultório particular, tratando os aspectos intrapsíquicos, sobretudo, da classe média/alta (BOCK, 1999b; DIMENSTEIN, 2000; FERREIRA NETO & PENNA, 2006; VASCONCELOS, 2011; YAMAMOTO, 2012).

Tal representação corresponde à disseminação de um tipo de identidade profissional do psicólogo cuja construção ocorreu em um contexto social-político-econômico brasileiro influenciado pelo período da ditadura militar (entre os anos de 1964 e 1985), comprometido com um modelo de sociedade pautado nas desigualdades sociais e na manutenção das classes dominantes no poder (BOCK, 1999b).

A imagem do psicólogo como profissional liberal autônomo, a atender em consultório e receber uma clientela de classe média e média-alta, perdurou, após a redemocratização do país, na supervalorização de currículos acadêmicos dos cursos de Psicologia. Porém, na época, o mercado de trabalho para psicólogos já começava a se alterar. Com a insurgência de movimentos sociais da década de 1980, no século XX, que culminaram, entre outras coisas, na redemocratização do país e na promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), abriram-se muitas vagas de trabalho para psicólogos em órgãos públicos. O setor do bem-estar social (o chamado campo das políticas públicas), a Saúde e a Assistência Social foram as áreas de maior oferta de cargos para psicólogos (YAMAMOTO, 2012).

Especificamente, no âmbito do Judiciário, o estabelecimento da Constituição de 1988 foi um marco histórico para a formalização e criação de cargos para psicólogos. O Brasil, em confluência com agências internacionais de proteção à criança e ao adolescente, promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)², em 13 de julho de 1990, reconhecendo crianças e adolescentes como cidadãos de direitos especiais. Nessa lei federal, nos artigos 150 e 151, discrimina-se a obrigatoriedade da existência de equipes interprofissionais para assessorar os magistrados nas decisões referentes à área da Justiça da Infância e Juventude. Desde então, ampliaram-se os cargos para psicólogos em diversos Tribunais de Justiça estaduais brasileiros (ROVINSKI, 2009).

Nessa discussão, Vasconcelos (2011) ressalta que a área da Psicologia que se caracterizava, predominantemente, pelo exercício do profissional liberal autônomo, com atuação clínica exercida em consultório particular, foi ampliada para os serviços em instituições públicas. Contudo, muitos psicólogos vivenciaram esses novos cargos com uma espécie de “mal-estar”, gerado pela sensação de uma perda de identidade e pela crença de se estar situado no “local errado”. Para o referido autor, esse movimento seria uma espécie de “rito de passagem” no qual o psicólogo deixaria o conforto do “gabinete”, de teorias e métodos embasados na realidade do *setting clínico*, para ter contato com os novos desafios empreendidos pelos serviços em instituições públicas, atendendo a um novo tipo de clientela originária das camadas mais populares – o que, para o modelo hegemônico da clínica tradicional, era da ordem do impensável. Esses profissionais acabaram tendo que aprender a apreender a nova realidade e flexibilizar a sua própria identidade profissional.

A atividade profissional do psicólogo apreendida a partir da experiência de estágio no TJPE levou-nos a perceber que, nos últimos anos, apresentou-se um novo cenário de desafio à

² Brasil. Lei Federal nº 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**

profissão. Assistimos à crescente abertura de novas ofertas de cargos públicos para psicólogos e a um modelo profissional de atuação diferente do que se percebia na atuação dos profissionais de Psicologia até então. A prática psicológica institucionalizada e mais vinculada à realidade social dos segmentos da sociedade mais pobres e vulnerabilizados pelo estado de pobreza foi o mote de inquietações para a construção do objeto de pesquisa na pós-graduação.

O percurso do mestrado e a experiência do estágio de docência na disciplina de Psicologia Jurídica possibilitaram entrar em contato com muitos textos e debates com os estudantes de graduação, relativos à atuação do psicólogo na interface com o Direito.

Sendo assim, foi escolhido o conceito de identidade profissional para compor o quadro teórico do estudo, já que tal conceito procura trabalhar as identificações dos profissionais à categoria – nomeadamente, as dos psicólogos atuantes no sistema judiciário, componentes da Justiça da Infância e Juventude. Segundo Gondim et al. (2010), a identidade profissional é construída nas inserções profissionais do psicólogo e está sujeita às influências de contexto: mercado de trabalho, expectativas sociais, convivência com equipes multidisciplinares e demais fatores contingenciais.

Nessa condução, estruturamos o estudo em oito capítulos. No primeiro capítulo, intitulado "*Contextualizando a Pesquisa: o Trabalho e a Formação Universitária em Psicologia*", refletimos a direta relação entre teoria e prática profissional no Brasil. "*Considerações sobre a Interface da Psicologia com o Direito*", segundo capítulo do estudo, contém um resgate da definição e dos primórdios da Psicologia Jurídica, das áreas de atuação e inserção de profissionais de Psicologia na Justiça da Infância e Juventude. No terceiro capítulo, "*A Psicologia Sócio-Histórica como Alternativa de Análise à Identidade Profissional*", fazemos uma reflexão acerca da Psicologia Sócio-Histórica, a qual percebe a realidade social e histórica como referência importante do fenômeno psicológico. O capítulo quatro é referente aos "*Objetivos da Pesquisa*", gerais e específicos. Os "*Aspectos Metodológicos da Pesquisa*" são apresentados no capítulo cinco; os "*Resultados*", no capítulo seis. A "*Discussão dos Resultados*" está sintetizada no capítulo sete; por fim, traçamos as "*Considerações Finais*" do estudo no capítulo oito.

Das valiosas contribuições da literatura concernente ao tema, destacamos Dimenstein (2000), que discute a cultura profissional do psicólogo no Brasil; Mazer e Melo-Silva (2010), que realizaram um estudo bibliográfico da produção sobre a identidade profissional do psicólogo entre os anos de 1990 e 2000; a tese de Krawulski (2004) sobre a construção da identidade profissional do psicólogo; o artigo de Vasconcelos (2011) sobre a inclusão de

psicólogos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e a dissertação de Mafra (2011), que estudou a representação social do psicólogo no TJPE.

Assim, corroborando a afirmação de Minayo (1993) de que “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (p. 17), julgamos que todo o processo de experiência de estágio e percurso do mestrado culminou na compreensão de como se constitui a identidade profissional de psicólogos que atuam na Justiça da Infância e Juventude, bem como dos seus pontos de convergência e divergência com a identidade profissional tradicional dos psicólogos brasileiros. Para chegar a esta compreensão, adotamos a pergunta norteadora desta pesquisa: *como é construída a identidade profissional de psicólogos que atuam no âmbito da Justiça da Infância e Juventude?*

2 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: O TRABALHO E A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM PSICOLOGIA

Esta seção tem por objetivo apresentar ao leitor uma breve contextualização do exercício profissional da Psicologia no Brasil. A nossa discussão partirá da regulamentação da Psicologia enquanto profissão e das mudanças no contexto de atuação e formação de profissionais de Psicologia no território nacional ao longo dos anos. Tal discussão faz-se necessária, pois funcionará como um prelúdio para adentrar no debate sobre a inserção dos profissionais de Psicologia no sistema judiciário, nomeadamente na Justiça da Infância e Juventude, e, assim, situar a problemática desta dissertação.

2.1 O TRABALHO EM PSICOLOGIA

A Psicologia foi regulamentada como profissão no Brasil através da Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. A própria legislação que regulamentou o exercício da profissão determinou, também, o ensino em Psicologia baseado em três grandes áreas: Clínica, Organizacional e Industrial. Dentre essas áreas, a Psicologia Clínica se estabeleceu como área de maior expressão, ocupando grande parte dos currículos e do imaginário social da figura do psicólogo (DIMENSTEIN, 2000; FERREIRA NETO, 2011). Em termos acadêmicos, a Psicologia Clínica era a área com a maior carga horária curricular, o que acabava por se refletir na prática profissional: uma atuação sob os moldes do modelo da clínica tradicional.

Em termos de contextualização histórica do trabalho em Psicologia, dois anos após a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, ocorreu um golpe militar que mergulhou o país em um regime ditatorial, de exceção no plano político e de obscuridade no plano cultural (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). O Brasil viveu um período de intensa repressão política, com a supressão de direitos fundamentais, incluindo as liberdades de organização e expressões individuais e coletivas. Em paralelo a essa intensa repressão, o regime militar auferia sucesso no âmbito econômico, com taxas de crescimento da ordem de 10% ao ano, especialmente no período conhecido como “milagre econômico” (1968-1973) (FERREIRA NETO, 2011).

Nos primeiros anos de regime militar, houve um aumento maciço nos investimentos na indústria, no comércio e no consumo interno. Com isso, esperava-se que o desenvolvimento econômico do país alcançasse o patamar dos padrões de países capitalistas industriais. Para

além das questões políticas e econômicas, o período conhecido como “milagre econômico” teve reflexos nos processos de subjetivação da população: as classes média e alta experimentaram modos de subjetivação típicos de sociedades capitalistas industrializadas, caracterizados pela alta valorização da subjetividade, tornando-as ávidas consumidoras dos serviços psicológicos (FERREIRA NETO, 2011).

A nova conjuntura econômica influenciou a criação de um projeto de vida individualizante e psychologizante da família nuclear (FERREIRA NETO, 2011). Nesse período, houve a disseminação de valores como o consumismo, a ascensão social em decorrência dos próprios méritos, a sobrevalorização da intimidade psicológica, a vida familiar vista como um refúgio contra os terrores sociais e a concepção de que a política estava restrita ao governo (DIMENSTEIN, 2000).

Nesse período, ocorreu, nas grades curriculares e nas práticas profissionais, a disseminação do modelo de clínica tradicional: baseado no modelo médico, de profissional liberal, de atuação em consultório particular, a exercer as seguintes atividades elencadas por Dutra (2004):

[...] psicodiagnóstico e/ou terapia individual ou grupal; atividades exercidas em consultório particular, em que o psicólogo se apresenta como autônomo ou profissional liberal, atendendo, geralmente, a uma clientela financeiramente abastada. Além disso, tal atividade priorizaria o enfoque intrapsíquico e os processos psicológicos e psicopatológicos do indivíduo, norteados por uma concepção de sujeito abstrato e descontextualizado historicamente. (p. 382)

Esse modelo de atendimento estava atrelado a uma concepção individualista difundida no Brasil desde a década de 1960, sobretudo a partir da difusão da valorização dos aspectos intrapsíquicos descontextualizados da realidade social, política e econômica entre as classes média e alta. Esse ideário individualista acabou por influenciar a cultura profissional e a identidade profissional do psicólogo no Brasil, criando uma representação idealizada do sujeito psicológico, a qual passou a influenciar modelos teóricos e práticas profissionais dos saberes *psi* – Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise (DIMENSTEIN, 2000).

O ideário individualista baseava-se em uma concepção de homem como ser autônomo e senhor de si, norteados pelos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, favorecendo a compreensão de uma universalidade humana desvinculada das contingências sociais e históricas (DIMENSTEIN, 2000). Todos esses elementos favoreceram a disseminação entre os saberes *psi* da busca pela verdade do indivíduo localizada em sua interioridade.

A disseminação do ideário individualista tornou as classes média e alta ávidas consumidoras dos serviços em Psicologia, contribuindo para o crescimento da prática profissional voltada para o modelo de clínica tradicional, restrita ao atendimento de consultório; nele, o psicólogo era um profissional liberal que atendia a essas classes sociais, que podiam pagar pelos seus serviços. Neste sentido, o exercício profissional em Psicologia dessa época estava marcado pelo elitismo e pelo baixo alcance da profissão. Para Mello (1975), a Psicologia, com suas práticas pautadas majoritariamente na psicoterapia realizada em consultório particular, deixava desassistidas grandes parcelas da população. Em sua crítica ao caráter elitista da profissão, Mello analisou que a Psicologia não era apenas uma técnica para solucionar problemas íntimos das classes mais abastadas, e sim uma ciência, cujas práticas profissionais precisavam ser revistas e estendidas em benefício, também, das classes sociais mais vulneráveis. Assim, destacava-se a importância da renovação das práticas em Psicologia como uma tarefa urgente.

Em consonância com Mello (1975), Bock (2013) ressalta que a Psicologia no Brasil cresceu compromissada com os interesses das elites, tendo se constituído como uma ciência e uma profissão que serviu de suporte científico para ideologias dominantes. Assim, a Psicologia pouco exerceu seu papel questionador e transformador das instituições e das relações sociais: de fato, ela estaria muito mais comprometida com a reprodução das estruturas sociais e das relações de poder. Reproduzindo teorias, técnicas e conceitos de forma acrítica, a Psicologia estaria mantendo o *status quo* das estruturas de dominação. Para Martín-Baró (1996), a Psicologia oferecia uma função alternativa para os conflitos sociais, tratando o indivíduo e preservando a ordem social.

Essa cultura profissional da Psicologia deixava de lado boa parte da população brasileira por, pelo menos, duas razões. A primeira eram os altos custos dos serviços em Psicologia, aos quais apenas as classes média e alta acabavam por ter acesso. De acordo com Yamamoto (2007), na década de 1970, apenas 15% da população brasileira tinham condições financeiras de obter a assistência de um psicólogo; os outros 85% não tinham condições econômicas de arcar com os honorários dos profissionais. Some-se a isso a segunda razão: o ideário individualista só previa uma forma de subjetivação ligada à elite brasileira, deixando de lado outras formas de subjetivação, como as das classes populares brasileiras.

Segundo Dimenstein (2000), ao contrário das classes média e alta, as classes populares brasileiras têm um modelo de subjetivação marcado por um ideário de coletividade: as tradições, os costumes e a rede de reciprocidade e solidariedade condicionam as existências

individuais – o que torna essa forma de subjetivação muito diferente da das classes média e alta, que valorizam a privatização dos sentimentos e a ênfase na interioridade psicológica.

Porém, na segunda metade da década de 1970, o cenário anteriormente traçado começou a se alterar. A economia brasileira entrava em processo de recessão, e o ciclo do “milagre econômico” sofria com a diminuição do financiamento externo, acarretada pela elevação no preço do petróleo, culminando no enfraquecimento político do regime militar e na diminuição de benefícios às classes média e alta brasileiras (FERREIRA NETO, 2011). Com a derrocada do “milagre econômico”, as classes média e alta esvaziaram os consultórios de Psicologia; ao mesmo tempo, houve um aumento expressivo dos cursos de Psicologia e, conseqüentemente, um maior número de psicólogos disponíveis no mercado de trabalho. Ou seja, houve a diminuição da demanda e o aumento da oferta dos serviços em Psicologia.

Dentro do cenário de recessão econômica e enfraquecimento do regime militar, movimentos sociais de base popular e autônomos em relação ao Estado, que tinham ficado submersos pelas forças repressivas militares, começaram a se soerguer diante do agravamento das condições de sobrevivência das populações socialmente mais vulneráveis e em defesa da cidadania (FERREIRA NETO, 2011; GOUVEIA, 2011; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Entre as mudanças trazidas pela rearticulação dos movimentos sociais ao contexto social e político brasileiro, destaca-se a ampliação da concepção do que é político: antes restrita ao domínio público e estatal, passou a ser articulada com as questões cotidianas, como as relações de gênero, raça, doentes e especialistas, faixas etárias, entre outros (FERREIRA NETO, 2011). Esses movimentos proporcionaram a visibilidade de identidades coletivas através de ações políticas e formações de sujeitos coletivos que, por muito tempo, foram oprimidos em suas especificidades históricas, sociais e culturais (GOUVEIA, 2011).

A crise econômica, aliada aos movimentos sociais, às ondas de greve no ABC paulista (1978 e 1979), à aprovação da Lei da Anistia e a outros fatores, gerou uma crise política que levou à queda do regime militar, já bastante enfraquecido desde o declínio do período do “milagre econômico” (BOCK, 1999b; FERREIRA NETO, 2011), bem como a uma intensa mobilização popular com a reivindicação de eleições diretas, cujo momento emblemático foi o movimento “Diretas Já”.

Caracterizado como um período de redefinição das regras políticas, na busca do estabelecimento de um Estado democrático de direito (que ganha materialidade a partir de 1985), o período que ficou conhecido como “Nova República” trouxe consigo a tarefa, atribuída ao Congresso Nacional (Constituinte), de elaborar uma nova carta constitucional. A Constituinte, na qual se depositara a esperança de amplas mudanças no cenário social e político

brasileiro, foi palco de disputas de poder acirradas, como podemos perceber nas considerações de Yamamoto e Oliveira (2010, p. 11):

O texto constitucional resultante, a chamada “Constituição Cidadã”, resultado da intensa mobilização popular e do embate político-ideológico que marca a agenda política dos anos 1980, mescla avanços significativos no campo social com a manutenção de traços conservadores.

Composta de forma híbrida, a Constituição Cidadã contou com a participação dos movimentos sociais, além da própria mobilização da população. Foi elaborada com uma base sólida em políticas sociais, incorporando, mesmo que parcialmente, bandeiras de lutas dos movimentos sociais (FERREIRA NETO, 2011). Diante do novo cenário, a forma de atuação dos movimentos sociais perante o Estado tomou outra postura. No lugar de oposição ferrenha, deu-se espaço para atitudes mais propositivas e associações com o aparelho estatal.

É nesse contexto que começaram a surgir movimentos científico-profissionais que buscavam pensar de maneira crítica as práticas profissionais diante da realidade brasileira. Assim aconteceu com a Psicologia: foram criados sindicatos em diversos estados brasileiros e, posteriormente, o Sistema de Conselhos da categoria (YAMAMOTO, 2007). Além disso, na década de 1980, psicólogos envolveram-se em vários movimentos da Saúde, como a luta antimanicomial e a VIII Conferência Nacional de Saúde, com a proposição do Sistema Único de Saúde (SUS), o que acabava por definir algumas condições para a inserção da categoria no campo público e do bem-estar social (YAMAMOTO, 2007; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Observava-se, nesse período, a contratação crescente de “trabalhadores sociais” para atuar no âmbito das políticas públicas, a exemplo da saúde pública (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do trabalho junto à infância e à juventude.

O esvaziamento dos consultórios de Psicologia e a oferta de trabalho em instituições do Estado impulsionaram psicólogos a ocupar cargos públicos. Fizeram-no por influência de questões político-profissionais, mas também pela contingência do mercado de trabalho.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, a Psicologia enquanto profissão passa a assistir a uma paulatina mudança na sua realidade. Se, nas décadas de 1960 e 1970, o quadro de inserção profissional de psicólogos estava muito ausente dos serviços públicos e muito presente nos consultórios particulares, a partir da década de 1990 essa ordem começou a se modificar (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Houve aumento maciço na contratação de psicólogos para ocupar cargos na “área social”, nos contextos do SUS, da assistência social e de organizações não-governamentais. Também fazem parte dessa conjuntura política e das

mudanças trazidas pelo novo texto constitucional os avanços na Seguridade Social, especialmente no tocante à esfera dos direitos sociais, como o movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente – que resultou, em 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). A carta magna brasileira dedica o *caput* do artigo 227 à defesa dos direitos da infância e juventude, como se percebe no trecho em destaque abaixo (BRASIL, 1988):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As questões relativas à infância e à juventude serão discutidas com mais detalhes no ponto 2.2. deste estudo. Como podemos perceber, ocorreram muitas mudanças no campo de trabalho em Psicologia, desde uma atuação predominantemente privatista, autônoma e liberal, para a abertura do campo profissional para psicólogos inseridos em instituições públicas e atuantes no âmbito das políticas sociais. Na próxima seção, alargar-se-á o debate do campo da prática profissional para a discussão da formação acadêmica em Psicologia.

2.2 FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM PSICOLOGIA

A introdução do debate sobre a formação universitária dos profissionais de Psicologia se faz necessária por entendermos que as mudanças nas práticas do psicólogo e no mercado de trabalho provocam reflexos na formação em Psicologia (VASCONCELOS, 2017). O espaço da formação acadêmica é de grande relevância para a inserção profissional, visto que é neste período que os profissionais têm os primeiros contatos os conceitos, crenças, valores e atitudes da realidade profissional que futuramente vão exercer.

A estreita ligação entre os cursos universitários em Psicologia e o exercício da profissão é ressaltada por Ferreira Neto (2011). Segundo o autor, os avanços na formação universitária são decorrentes das inúmeras transformações no campo do trabalho ao longo dos anos. No Brasil, tivemos duas grades curriculares para os cursos de graduação em Psicologia: a primeira, de 1962, conhecida como “currículo mínimo”; e a segunda, as atuais Diretrizes Curriculares, publicadas pela primeira vez em 2004 e republicadas em 2011 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Em 1962, ano da regulamentação do exercício profissional da Psicologia no Brasil, foi estabelecido o currículo mínimo para os cursos de Psicologia, definido através do Parecer nº 403 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 19 de dezembro de 1962 e vigente durante mais de quarenta anos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). O currículo mínimo era baseado na transmissão de conhecimentos organizados em um conjunto de disciplinas, não levando em consideração as especificidades socioculturais dos locais onde os cursos eram ministrados. Fruto de uma preocupação inicial de perpetuação de uma identidade profissional única de psicólogos brasileiros, o currículo mínimo buscava uma unicidade em todo território nacional.

O antigo currículo mínimo direcionava a formação de psicólogos com a sobrevalorização de conhecimentos e informações a serem transmitidos aos alunos, indicando que as reformas curriculares deveriam acontecer mediante a colocação e retirada de disciplinas (FERREIRA NETO, 2011). Essa perspectiva estava baseada na aplicação de saberes clássicos às práticas profissionais, deixando para segundo plano a realidade social em que as práticas profissionais eram realizadas. O rigor teórico era adotado como forma de adequação da prática; a perpetuação dos saberes produzidos por autores consagrados beirava posturas de dogmatismo com relação às teorias. Essa formatação de currículo facilitava a importação de teorias internacionais, que eram estranhas à realidade brasileira e obscureciam a ligação entre conhecimento e pesquisa (FERREIRA NETO, 2011).

É importante levarmos em consideração o contexto político pelo qual o Brasil passava na época da implementação do currículo mínimo nos cursos de graduação em Psicologia. Era a década de 1960, período de ditadura militar e forte repressão e de suspensão dos direitos fundamentais, inclusive a liberdade de organização e de expressão. A ditadura militar também teve impacto no âmbito acadêmico, por meio do Decreto-lei nº 477, de fevereiro de 1969, que institucionalizou a repressão e o controle ideológico da academia (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Além disso, como já foi mencionado nesta pesquisa, a maioria dos cursos de graduação em Psicologia concentrava a formação numa ênfase clínica, voltada para as classes média e alta da população (FERREIRA NETO, 2011), evidenciando o caráter elitista da Psicologia. A supervalorização de uma forma de subjetivação típica da elite brasileira, com a excessiva valorização dos aspectos intrapsíquicos em detrimento das influências das questões sociais, políticas e econômicas, distanciava a formação acadêmica de um debate mais crítico a respeito da produção teórica e do ensino de práticas profissionais em Psicologia, voltadas para as realidades brasileiras.

Porém, mudanças ocorridas no cenário nacional fizeram com que o currículo mínimo fosse considerado como obsoleto; paulatinamente, foi-se constatando a necessidade de mudanças na organização das bases curriculares para os cursos de Psicologia – com destaque para: a criação, no final da década de 1970, de sindicatos da categoria profissional, assim como o sistema de conselhos, que dinamizam o debate político dentro da profissão; os constantes questionamentos acerca do elitismo da Psicologia; o aumento no número de cursos de Psicologia no Brasil; a reabertura democrática do país na década de 1980; as inserções de psicólogos em novos campos de atuação, especialmente nas políticas públicas; o contato de psicólogos com uma população mais heterogênea; o crescimento do debate sobre a necessidade que a profissão tinha de se comprometer com as necessidades da população brasileira.

Em 1995, houve uma revisão nacional das orientações para todos os cursos de graduação instituídas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que trazia como fundamento a concepção de competências e habilidades na orientação das diretrizes curriculares. Em 2004, são publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), as quais são republicadas em 2011. As atuais Diretrizes Curriculares não têm mais como eixo disciplinas ou a transmissão de conteúdo. Elas tomam como base o perfil de psicólogos que se pretende formar: “estabelece princípios e fundamentos, conhecimentos e competências, e habilidades gerais e específicas, a serem desenvolvidas, articuladas a eixos estruturantes” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 17). Nas atuais Diretrizes Curriculares, o fenômeno psicológico passa a ser visto de forma multideterminada, histórica e culturalmente contextualizado. Há, também, mais espaço para a diversidade de abordagens teóricas-metodológicas em Psicologia, assim como diferentes inserções profissionais.

O debate da formação acadêmica deve ser levado adiante e pensado, inclusive, nas áreas ainda consideradas emergentes – como a Psicologia Jurídica, que, anteriormente, não fazia parte do currículo mínimo, já que o contingente de profissionais atuantes na área era muito reduzido em comparação aos outros campos de atuação. Todavia, a Psicologia Jurídica é uma área que vem crescendo no país nos últimos anos, principalmente após a Constituição de 1988, com a criação de cargos para psicólogos no sistema judiciário nacional. A próxima seção que se inicia versará sobre a Psicologia Jurídica: seus primórdios, suas áreas de atuações e regulamentações e os caminhos para a inserção de profissionais de Psicologia na Justiça da Infância e Juventude.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERFACE DA PSICOLOGIA COM O DIREITO

Neste capítulo, começaremos a traçar um panorama dos caminhos percorridos pela Psicologia Jurídica no cenário internacional e nacional. Em seguida, faremos uma breve exposição histórica da inserção de profissionais de Psicologia na Justiça da Infância e Juventude. Antes de começarmos com a discussão teórica, é importante fazermos a elucidação de alguns termos conceituais que podem causar certa confusão quando utilizados indiscriminadamente: Forense, Criminal, Judiciária e Jurídica.

Shine (2005) fez a diferenciação dessas nomenclaturas e esclareceu que o termo “forense” se aplica exclusivamente ao Poder Judiciário, tudo que diz respeito ao foro judicial. Dessa forma, não podemos considerar como Psicologia Forense trabalhos em que a psicologia está ligada ao poder executivo como delegacias, prisões, Ministério Público, entre outros. Leal (2008) aprofundou essa discussão ao afirmar que a Psicologia Forense está relacionada a toda aplicação do saber psicológico sob apreciação judicial. Ou seja, a Psicologia aplicada no âmbito de um processo ou de um procedimento em andamento no Foro. Assim, a Psicologia Forense estaria diretamente relacionada com a atividade exercida pelo psicólogo judiciário, sendo este servidor público de um Tribunal de Justiça estadual ou federal e/ou psicólogo assistente técnico³. Leal (2008) inclui como subconjunto da Psicologia Forense a Psicologia Criminal e a Judiciária. A Psicologia criminal relaciona-se com o estudo sobre o crime, que abarca contextos relacionados à sanidade mental, às condições psíquicas das pessoas envolvidas em crimes e o modo pelo qual se origina e se processa a ação criminosa. A Psicologia Judiciária corresponde à prática psicológica realizada por meio de uma comanda do judiciário. A Psicologia Criminal e a Judiciária estão contidas na Psicologia Forense, que, por sua vez, está contida na Psicologia Jurídica.

A Psicologia Jurídica, diz respeito a toda imbricação do campo da Psicologia com o Direito. Sendo assim, é um campo de atuação e produção de saber amplo e que pode abranger (LEAL, 2008): o acadêmico que produz um artigo discutindo as interfaces entre a Psicologia e o Direito; o psicólogo assistente técnico que questiona as conclusões de um estudo psicológico

³ De acordo com a resolução 08/2010 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), existem duas formas de profissionais de Psicologia atuarem no sistema judiciário, como perito ou assistente técnico. O psicólogo perito é o profissional designado para assessorar a Justiça, onde o seu posicionamento teórico-técnico subsidiará a decisão do magistrado. O psicólogo assistente técnico é de confiança da parte, contratado por esta para assessorá-la e garantir o direito ao contraditório, não sujeitos a impedimento ou suspeição legais. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf >. Acessado em: 31 de outubro de 2018.

elaborado por um psicólogo judiciário; como também o psicólogo judiciário que elabora uma dissertação de mestrado a partir de sua prática cotidiana no Foro, todos praticantes da Psicologia Jurídica.

Shine (2005) alerta para certa confusão que existe na própria produção teórica, com relação à utilização desses termos. A interface entre a ciência psicológica e as ciências jurídicas é chamada de forma indiscriminada como Psicologia Jurídica e/ou Forense. Entretanto, nos posicionamos de forma semelhante a Shine (2005), compreendendo ser o termo Psicologia Jurídica mais abrangente do que Psicologia Forense.

Diante da discussão acima, podemos dizer que o nosso estudo está localizado no âmbito da Psicologia Jurídica/Forense/Judiciária, e acontece na Justiça da Infância e Juventude do TJPE, do município de Recife, ou seja, dentro do foro judicial. Porém, as reflexões deste estudo podem contribuir para o campo da Psicologia Jurídica, transpondo o espaço restrito do TJPE.

Feitas as considerações acima, podemos iniciar a nossa exposição sobre uma possível narrativa acerca dos primórdios da interface da Psicologia com o Direito.

3.1 OS PRIMÓRDIOS DA PSICOLOGIA JURÍDICA

De acordo com Jacó-Vilela (1999), o princípio subjacente do Direito moderno é a universalidade do homem nele representado – sujeito da razão, livre e igual aos demais seres humanos. Esse princípio sinaliza um momento da história marcado pela transição da Idade Média à ascensão ao poder da burguesia no Ocidente.

A visão de homem na Idade Média estava baseada na ordem feudal: o mundo era pensado como algo estável, ordenado e organizado pela vontade divina, um mundo pronto no qual a verdade se revelava aos indivíduos (BOCK, 2004). Todas as esferas da vida humana eram de domínio da religião. Na crença da estabilidade de mundo, acreditava-se que cada pessoa já nascia com o seu lugar demarcado na sociedade. Um mundo dominado por dogmas religiosos e pela fé que forneciam o sentido da existência humana, através da imposição de ideias e valores inquestionáveis.

Como analisou Jacó-Vilela (1999), a representação de homem nesse universo era, portanto, subjugada à rede de relações sociais em que cada um estava inserido. Nesse sentido, a identidade de cada pessoa já estava previamente constituída a partir dos espaços sociais – na nobreza, no clero, entre os camponeses, nas famílias. Os lugares sociais estavam demarcados desde o nascimento do indivíduo e forneciam os elementos para uma identidade praticamente imutável. Segundo Bauman (2005), na sociedade medieval, do berço ao túmulo, cada lugar era

evidente demais para ser avaliado, que dirá negociado. Nesse sentido, Bock (2004) avaliou que era uma visão de mundo que não precisava da Psicologia, pois impedia que os sujeitos se constituíssem na sua individualidade.

Com relação às práticas jurídicas dessa época, Foucault (2013[1973]) localiza esse período como pertencente a um saber judiciário ainda autônomo, instituído como um poder político e como uma prática para fazer circular riquezas. No direito feudal, assim como no Direito Germânico Antigo, o litígio entre os indivíduos era regulamentado pelo sistema de provas – sociais, verbais, mágico-religioso-religiosas e corporais. Nesse tipo de sistema, não se objetivava a pesquisa de verdade, mas um jogo de estrutura binária: entre aceitação e renúncia da prova, e o estabelecimento de lugares entre quem vence e quem fracassa.

Nesse sistema de produção de justiça, os indivíduos para resolverem as suas contendas apelavam aos poderosos, um soberano político. Este entrava em cena como uma autoridade que intervinha como testemunha da regularidade do procedimento (FOUCAULT, 2013[1973]). O soberano nesse sistema de justiça era uma espécie de figura arcaica do juiz, onde este não testemunhava sobre a realidade do fato em questão, mas na regularidade do procedimento.

A emergência desse saber jurídico controlado pelos mais poderosos na Idade Média favoreceu a circulação de riquezas. Os poderosos e mais ricos se apossavam das contestações judiciárias e dos bens. Dessa maneira, a justiça era gerida por certo número de regras impostas aos indivíduos, por um poder exterior a eles, o poder soberano. Na medida em que a contestação judiciária assegurava a circulação de bens, o direito de ordenar o controle dessa contestação era confiscado pelos mais ricos (FOUCAULT, 2013[1973]). Era um sistema de Direito controlado pelos soberanos políticos e seus representantes.

Ao conjunto de regras impostas aos indivíduos, criou-se a lei dos soberanos. A partir disso, causar um dano não representava apenas uma ofensa entre indivíduos, mas também uma afronta ao poder do soberano, ao Estado. Este por sua vez não dava mais conta de julgar o quantitativo de litígios; foi nesse momento que surgiu uma figura de substituição do procurador (FOUCAULT, 2013[1973]). O procurador se apresentava como representante do soberano, do rei ou do senhor. Havendo crime, delito ou contestação, o procurador se colocava como o representante de um poder lesado.

A forma de julgar, no Direito feudal estava baseada no flagrante delito e no inquérito. O flagrante delito correspondia ao “caso em que o indivíduo era surpreendido no momento exato em que cometia o crime” (FOUCAULT, 2013[1973]) p. 70). Nesse sentido, a própria população tinha o direito de levar o indivíduo pego em flagrante ao soberano e exigir dele a reparação ou punição pelo dano causado. Todavia, frequentemente não se surpreende o

indivíduo no momento do crime. Então, a saída que esse sistema de Direito Feudal encontrou foi o estabelecimento do inquérito.

De acordo com Foucault (2013[1973]), o inquérito teve uma dupla origem. Primeiro, origem administrativa, ligada ao Império Carolíngio; e a origem religiosa ou eclesiástica, que mais predominou na Idade Média. O inquérito administrativo tinha características importantes: o poder político era o personagem principal; o poder era exercido sob a forma de questionamentos; para se determinar a verdade, dirigiam-se a pessoas consideradas notáveis – os mais ricos, aos mais velhos, aos de maior conhecimento; a consulta a essas pessoas notáveis era feita sem o uso de tortura, e esse grupo de notáveis decidia de forma colegiada sobre a verdade. Por sua vez, o inquérito de origem religiosa ou eclesiástica, e passa a ser predominante entre os séculos X e XI, caracteriza-se pela Igreja como o único corpo econômico-político coerente da Europa (FOUCAULT, 2013[1973]). Esse método se iniciava com a visita de um bispo que ao chegar a determinada localidade, estabelecia um procedimento chamado de inquisição geral. Esse procedimento consistia em perguntar aos mais notáveis da localidade – nobres, virtuosos, idosos, sábios – se o crime havia realmente acontecido. Se esse inquérito passasse por uma resposta positiva, o bispo passava para outra fase do método, a inquisição especial. Essa etapa consistia em determinar o culpado e conseguir dele a sua confissão.

Entretanto, a sociedade medieval começou a ser atacada quando novas acepções de mundo surgiram e passaram a ocupar lugar que antes era exclusivo do poder soberano e das narrativas religiosas. Sendo assim, Jacó-Vilela (1999, p. 11) enumera uma série de acontecimentos que contribuíram para mudanças paradigmáticas na concepção de mundo e de ser humano, nesse período:

[...] a revolução científica de Galileu (a descoberta das leis da natureza pela observação e experimentação, ou seja, não mais a verdade revelada pelas Autoridades da Igreja), a expansão do capitalismo – de sua face mercantil para a industrial, implicando nova forma de organização do trabalho, agora “racional” -, a reforma protestante, principalmente em sua proposição da “liberdade de consciência” e, por fim, as revelações políticas que, embora ocorrendo em períodos diferentes (a Inglesa no século XVII, a Americana e a Francesa no século XVIII), explicitam uma nova visão de homem: aquele que tem como direitos naturais, a igualdade e a liberdade.

O mundo moderno, portanto, surge com a quebra da hegemonia da Igreja. A visão de mundo estático é substituída por uma perspectiva de movimento constante. O homem agora estava no centro do universo. Em oposição às ideias feudais, irá surgir a perspectiva liberal e que tem como um de seus elementos centrais a valorização do indivíduo: o individualismo.

Então, a nova concepção de homem estava baseada em um indivíduo, ser moral, independente, autônomo e senhor do livre arbítrio (JACÓ-VILELA, 1999).

Tais transformações fizeram surgir uma nova mecânica de poder, que se interessava mais pelos corpos e por seus atos do que na acumulação de terras e metais preciosos (FOUCAULT, 2012[1979]). O poder não era mais exercido de forma vertical, do soberano para os súditos. A nova mecânica fazia com que o poder estivesse pulverizado sobre uma infinidade de práticas de vigilância, que embasadas pelo discurso da disciplina, que faziam alusão à regra jurídica. A essa nova mecânica, Foucault (2012[1979]) chamou de poder disciplinar.

O poder disciplinar na prática judiciária proporciona uma verdade que se expressa na elaboração de documentos e desenvolvimento de uma racionalidade, a técnica do exame. A técnica do exame introduz um novo elemento na prática judiciária, a motivação subjetiva do indivíduo para cometer o delito. A lógica da iluminação do poder se inverteu: na Idade Média o poder reluzia no soberano e deixava os súditos à sombra; na sociedade disciplinar, o poder vai iluminar os súditos, onde estes serão avaliados na sua história íntima e cada indivíduo alvo do exame será um caso, como analisou Foucault (1997[1975], p. 181):

O exame combina técnicas de hierarquia que vigiam e as de sanção que normalizam. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, nos dispositivos da disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração de força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam.

As técnicas de exame passaram a contribuir como um conjunto de provas que auxiliavam os magistrados nos seus posicionamentos. O exame era praticado por uma pessoa que recebia o estatuto de perito, conferindo aos que o pronunciavam um valor de cientificidade. Não podemos esquecer de que estamos falando de um período da história demarcado pela passagem do mundo ocidental antes regido pela tradição e dogmas para as “Luzes”. Nesse sentido, a ciência passou a ser considerada como principal produtora de verdade sobre o mundo, fazendo assim com que cientistas da época gozassem do estatuto de produtores de verdade.

É importante lembrar que a Justiça moderna foi construída baseada nos ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa (FORTUNATO COSTA, et al., 2009; MIRANDA JÚNIOR, 1998). Entretanto, os princípios da referida revolução entraram em contradição com as desigualdades e injustiças da vida social e a saída para esse impasse foi encontrada na Biologia (JACÓ-VILELA, 1999). Então, apesar de a

Revolução Francesa ter garantido uma igualdade jurídica perante todos os indivíduos, cada indivíduo era diferente do outro, no plano de uma interioridade. A Biologia apontou para a existência de uma diferença entre os humanos no plano das especificidades da composição orgânica de cada indivíduo. Era o século XIX, com o advento das ciências naturais, da conceituação darwinista de seleção natural, de ideias relacionadas às raças – heranças físicas pertencentes a grupos humanos.

Dessa forma, a Biologia passou a tentar explicar comportamentos humanos. É a partir daí que médicos são convocados por juízes para desvendarem a ação criminosa de indivíduos que não partiam de casos clássicos de loucura (LEAL, 2008). Crimes que não eram motivados por questões financeiras ou em paixões, mas que tinham motivações que estariam, supostamente, enraizadas em uma “natureza humana”. A exemplo disso, temos os trabalhos de Cesare Lombroso, psiquiatra criador da antropologia criminal – ciência que estuda a relação entre características físicas do indivíduo e a criminalidade; e a frenologia de Galton, que interpretou a capacidade humana (caráter, funções intelectuais) através do tamanho e conformação do crânio (JACÓ-VILELA, 1999).

Começa assim, o que Foucault (1997[1975]) chamou de “*psiquiatrização*” do crime. O testemunho do ato criminoso passou a ser visto como uma peça secundária diante do conhecimento especializado de um médico psiquiatra. A Psiquiatria foi o terreno inicial da problemática da interface da Psicologia com o Direito, enquanto prática autoriza cientificamente a falar sobre a loucura. A Psiquiatria vai se desenvolver como disciplina autônoma, dentro do campo maior da Medicina, muito antes da Psicologia (JACÓ-VILELA, 1999).

Segundo Jacó-Vilela (1999), é dentro desse contexto que surgem as Ciências Humanas, entre elas a Psicologia, na época ainda possuindo fronteiras muito tênues entre a Biologia e o Direito. A Psicologia - tendo como marco histórico a criação do primeiro Laboratório de Psicologia Experimental, fundado por Wundt, em 1879, na cidade de Leipzig – se debruçava sobre a normalidade e para além dela. Tomando como base o homem dotado de livre arbítrio e de direitos iguais perante os outros homens, a Psicologia vai se mostrar como uma ciência dupla: de uma forma experimental – com o intuito de atingir o critério de cientificidade da época, ao se aproximar das ciências naturais, tendo uma apreensão do indivíduo nos processos básicos da consciência como a percepção, aprendizagem, emoção; e a Psicologia na sua acepção social – quando passou a investigar processos relacionados com a dinâmica histórica e social do indivíduo.

Conforme Bonger (*apud* LEAL, 2008), a Psicologia apareceu no cenário das ciências que auxiliavam a justiça em 1868, com a publicação do livro *Psychologie Naturelle*, do médico francês Prosper Despine. Essa obra apresenta estudos de casos de criminosos da época. Nessa época, a Psicologia ainda não era uma ciência autônoma e se encontra diluída em outras ciências, como era o caso da Medicina. Em 1875, a criminologia surge no cenário das ciências humanas, tendo como objeto de estudo os fatores determinantes da criminalidade, bem como da personalidade e da conduta do delinquente (LEAL, 2008).

Apesar de o objeto de estudo da Psicologia não ser ainda um ponto pacífico, esta ciência mostrou ter uma apreensão diferente do objeto de estudo da Psiquiatria – a loucura, as patologias. Com o advento dos testes psicológicos, a Psicologia passou a satisfazer o Direito, ao oferecer a ele uma resposta quantitativa a respeito do que se entendia por normas e seus desvios. Segundo Jacó-Vilela (1999), não era uma questão ligada apenas à loucura, mas uma tentativa de se alcançar a verdade através da avaliação de fidedignidade do Testemunho. Para a autora supracitada, é a Psicologia do Testemunho que inaugura o campo de articulação entre a Psicologia e o Direito, não apenas o criminoso deveria ser examinado, mas também outros atores da cena que relatam o que declaram ter visto.

O termo Psicologia Jurídica é usado pela primeira vez em 1937 na Espanha, e com a primeira publicação no Brasil em 1950, o *Manual de Psicologia Jurídica*, produzido por Myra y Lopez (COIMBRA, 2003; FORTUNATO COSTA, et al., 2009; JACÓ-VILELA, 1999; LEAL, 2008; MIRANDA JÚNIOR, 1998). Essa obra é considerada como um importante marco para a formação de um campo profissional que vem se desenvolvendo ao longo dos anos.

Todavia, Fortunato Costa et al. (2009) alerta para o fato de que a Psicologia Jurídica continua com a sua prática muito atrelada aos processos jurídicos, mesmo que alguns profissionais tenham trabalhado no sentido de mudar essa realidade, buscando atuar também a serviço da cidadania plena. Por sua vez, Miranda Júnior (1998) se inclui nesta discussão, ao afirmar que um dos maiores desafios das práticas profissionais em Psicologia Jurídica é fazer com que psicólogos atuem não apenas como meros assessores dos dispositivos de Justiça, produzindo relatórios psicológicos que vão subsidiar a decisão dos magistrados, mas que o trabalho do psicólogo na Justiça possibilite a emergência do sujeito e o acolhimento do sofrimento a quem assiste.

Através de transformações políticas, sociais, econômicas, culturais e sob a concepção de homem, o mundo ocidental vê a passagem da Idade Média para a Modernidade. As formas de justiça acompanharam a evolução desse tempo, modificando aspectos da sua morfologia e da mecânica de circulação de poder e formas de produzir verdades. De acordo com a tese

foucaultiana, a transição entre a Idade Média e a Modernidade é demarcada pela passagem do poder soberano para o poder disciplinar. No regime feudal, a individualização máxima estava na figura do soberano, quanto mais o homem era detentor do poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo – através de rituais, representações na literatura, nas artes plásticas. No regime disciplinar, à medida que o indivíduo se torna mais anônimo, individualizado. Através do exame ele é medido, comparado, classificado, documentado, objetivado. É nesse sentido que a Psicologia começa a auxiliar as ciências jurídicas, como uma forma de esclarecer à justiça sobre o que se passa no âmbito intrapsíquico dos indivíduos alvos do exame. No sistema de disciplinas, o louco, a mulher, a criança são alvos comuns das disciplinas e das técnicas de exames.

Na próxima seção, discutiremos a Psicologia Jurídica como um campo em expansão, que vai muito além da área da Justiça Criminal, atribuída pela história como o mote inicial da inserção da Psicologia nas práticas Jurídicas.

3.2 ÁREAS DE ATUAÇÕES E REGULAMENTAÇÕES EM PSICOLOGIA JURÍDICA

Após a diferenciação dos conceitos de Psicologia Forense, Criminal, Judiciária e Jurídica, tentamos compreender o sentido do último termo, Psicologia Jurídica. Esta corresponde a toda interface que a Psicologia faz com o Direito. Nesse sentido, a Psicologia, adjetivada como forense, criminal e judiciária, são subconjuntos de um campo mais amplo, Psicologia Jurídica. Por conseguinte, discutiremos os seus principais campos de atuação da Psicologia Jurídica. Desde já, deixamos claro que não é objetivo desta pesquisa aprofundar a discussão em cada um desses campos, mas de situar o leitor, minimamente, nos principais domínios da Psicologia Jurídica e suas temáticas trabalhadas.

São muitos os campos de atuação da Psicologia Jurídica, como também são diversas as tentativas de descrever as possibilidades que a cada dia se ampliam, dos possíveis encontros da Psicologia com as ciências jurídicas (FRANÇA, 2004; LAGO et al., 2009; LEAL, 2008 MIRANDA JÚNIOR, 1998). Assim, as principais áreas de atuação da Psicologia Jurídica consistem em: Psicologia Jurídica e Direito da Criança e do Adolescente (proteção e medidas socioeducativas); Psicologia e Direito de Família (separação de casais, disputa de guarda, regulamentação de visitas); Psicologia e Direito Civil (interdições, indenizações e danos psíquicos); Psicologia e Direitos Trabalhistas (acidentes de trabalho, assédio moral, danos psíquicos); a Psicologia do Testemunho (estudo do testemunho, falas, memórias); Vitimologia (atendimento às vítimas e seus familiares); Psicologia Penitenciária (execução de penas

restritivas de liberdade, exame criminológico, reclusos, egressos); Mediação de Conflitos (quando as partes de um processo ficam responsáveis por encontrar uma solução para o conflito).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 1992 elaborou um documento para compor o Catálogo Brasileiro de Ocupações, neste documento estava presente a atuação dos profissionais de Psicologia no âmbito da Justiça, em instituições governamentais e não-governamentais. Com destaque para o trecho do documento:

[...] sua atuação é centrada na orientação do dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos sujeitos que carecem de tal intervenção. Contribui para a formulação, revisões e interpretação das leis (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992).

Em 14 de setembro de 2007, através da resolução 13/2007, o CFP, estabelece as normas e procedimentos para o registro de especialista. Com a justificativa pautada nos avanços da Ciência Psicológica, que têm provocado a emergência de novas áreas de conhecimento e de atuações em Psicologia. Dentre as especialidades está a de especialista em Psicologia Jurídica. Abaixo destacamos um pequeno trecho das atribuições elencadas no documento do CFP:

Atua no âmbito da Justiça, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência, centrando sua atuação na orientação do dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos indivíduos que carecem de tal intervenção, para possibilitar a avaliação das características de personalidade e fornecer subsídios ao processo judicial, além de contribuir para a formulação, revisão e interpretação das leis: Avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças, aplicando métodos e técnicas psicológicas e/ou de psicometria, para determinar a responsabilidade legal por atos criminosos; atua como perito judicial nas varas cíveis, criminais, Justiça do Trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias, para serem anexados aos processos, a fim de realizar atendimento e 20 orientação a crianças, adolescentes, detentos e seus familiares [...] (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007).

Como se pode perceber, são muitas as esferas de atuação da Psicologia Jurídica, que de certa maneira, refletem a questão da própria cientificidade em Psicologia. A Psicologia Jurídica e os seus subconjuntos parecem se apresentar de formas múltiplas e com fronteiras muito tênues entre o seu campo de saber e o de outras disciplinas, como o caso do Direito, por exemplo. Nesse sentido, a presente pesquisa delimita a sua atenção para a Psicologia Judiciária exercida por psicólogos que atuam no âmbito da Justiça da Infância e Juventude da Capital do TJPE.

Na próxima seção, faremos uma breve discussão sobre a atuação de psicólogos na justiça da infância e juventude, tendo como marco histórico o Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.3 CAMINHOS PARA A INSERÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A década de 1980 foi marcada pela eclosão de movimentos sociais que emergiram no processo rumo à reabertura democrática do Brasil, fazendo surgir uma nova postura de conscientização relativa às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social (ALBERTO, 2009). Por “situação de risco pessoal e social”, entende-se a exposição de crianças e adolescentes a violência, uso de drogas, privação afetiva, social, cultural e econômica, desfavorecendo o desenvolvimento biopsicossocial (LESCHER *apud* ALBERTO et al., 2009).

Em 1985, foi criada uma organização civil em defesa das crianças e dos adolescentes em situação de risco pessoal e social: o Movimento de Defesa dos Meninos e Meninas de Rua (ALBERTO et al., 2009). Em 1986, o Movimento promoveu o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua; em 1988, criou-se o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável por mobilizar várias organizações pró-constituente que, juntas, elaboraram o projeto do qual resultou a Lei nº 8.069/1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ALBERTO et al., 2009).

Dentro do cenário histórico, a temática da infância e juventude também já fazia parte de um debate internacional. O ano de 1985 foi marcado por discussões sobre os direitos da criança e do adolescente; com a realização do 7º Congresso das Nações Unidas, sobre a prevenção do delito e o tratamento do seu autor, foram determinadas *As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude*, também conhecidas como *Regras de Pequim* ou *Regras de Beijing*. Através deste documento, foram estabelecidas exigências procedimentais, com o objetivo de diminuir a arbitrariedade na aplicação de medidas aos menores em conflito com a lei (CRUZ; HILLSHEIM; GUARESCHI, 2005). Além disso, a infância e a juventude passaram a ser concebidas como parte integrante do processo de desenvolvimento nacional de cada país (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2011). Posteriormente, em 1989, foi elaborado o documento normativo de maior relevância neste âmbito: a Convenção sobre Direitos da Criança de 1989, que incorporou a Doutrina de Proteção Integral (CRUZ; HILLSHEIM; GUARESCHI, 2005). Essa doutrina afirma o valor da criança e do adolescente enquanto seres humanos, com respeito à sua condição de pessoas em

desenvolvimento, portadoras da continuidade de sua espécie e merecedoras de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado.

Como resultado de toda essa articulação, dos movimentos sociais e das discussões internacionais, sancionou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabeleceu uma maior amplitude da intervenção popular nas políticas de assistência à criança e ao adolescente, como descrevem Cruz, Hillsheim e Guareschi (2005, p. 46):

[...] criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurando-se a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais.

A atuação de profissionais de Psicologia no sistema judiciário, na Justiça da Infância e Juventude, fez parte deste contexto pós-promulgação da Constituição Cidadã, com a contratação de “atores sociais” para os cargos de servidores públicos. A atuação de psicólogos na Justiça da Infância e Juventude acompanha a inserção da Psicologia na interface com outro campo do conhecimento, o Direito.

O ECA, concebido como uma doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, determina a forma de atuação de entidades governamentais e não-governamentais no atendimento a crianças e adolescentes. Como já foi mencionado na seção anterior, o Direito da Criança e do Adolescente corresponde a uma das áreas de atuação da Psicologia Jurídica, que tem o ECA como marco regulatório. Este é um conjunto de normas do ordenamento jurídico cujo objetivo é a proteção integral de crianças e adolescentes.

Essa legislação se divide em duas partes. A primeira está relacionada às medidas protetivas, a exemplo de: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade humana; direito à convivência familiar; direito à família substituta – adoção, guarda, tutela; direito à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à proteção do trabalho; políticas e entidades de atendimento; e acolhimento familiar e institucional. A segunda parte discorre sobre as medidas socioeducativas, que são aplicadas apenas em juízo e somente com adolescentes, pois as crianças recebem apenas medidas protetivas (BRASIL, 1990).

Como mencionam Yamamoto e Oliveira (2010), através da promulgação do ECA, psicólogos são paulatinamente inseridos em espaços institucionais públicos com foco no atendimento à criança e ao adolescente. A atuação de psicólogos no sistema judiciário está prevista nos artigos 150 e 151 do ECA, os quais ressaltam a necessidade de equipes interprofissionais destinadas a assessorar os magistrados nas suas decisões judiciais. Para

Fávero, Melão e Jorge (2005), o profissional de Psicologia é convocado pelo sistema judiciário para que este último possa cumprir sua função social, correspondendo às demandas da sociedade diante das complexas relações que se constroem a partir de mudanças econômicas e avanços tecnológicos. No caso da infância e da juventude, a demanda decorre da violação de direitos e de situações de risco pessoal e social às quais a criança e o adolescente podem ser expostos.

O ECA exerce influência direta na atuação de profissionais na Justiça da Infância e Juventude (juízes, promotores de justiça, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, entre outros). Sob o paradigma da proteção integral contido no ECA, o juiz da Infância e Juventude não atua com exclusividade. O ordenamento do atendimento à criança e ao adolescente segue uma lógica de interdisciplinaridade de profissionais, sendo a família seu foco principal. O papel do psicólogo destina-se à atenção na proteção integral de crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de sua história e direitos (ALBERTO et al., 2009).

A Psicologia Jurídica junto à Infância e à Juventude é a área em que existe o maior número de profissionais trabalhando; por isso, apresenta-se como a de maior produção científica (ROVINSKI, 2009). A exemplo disso, No TJPE, até o ano de 2011, dos 65 psicólogos da instituição, 39 estavam lotados nas áreas de Infância e Juventude (MAFRA, 2011). Ainda com relação ao TJPE, as primeiras inserções de psicólogos a lidar com a temática da Infância e Juventude aconteceram no ano de 1986, antes mesmo da promulgação do ECA. Na ocasião, foram cedidos dois psicólogos da Procuradoria do Estado de Pernambuco para a 3ª Vara Cível da Comarca de Olinda – vara privativa de “menores abandonados e infratores” (TEIXEIRA, 2013). Posteriormente, criou-se o cargo oficial de psicólogo no TJPE, por meio da Lei Estadual nº 10.695, de 27 de dezembro de 1991, para atuação na área de Infância e Juventude do município de Recife. A criação deste cargo visava a atender às exigências estabelecidas pelo ECA. As atribuições do psicólogo, na época da criação do cargo, refletiam formas de atuação muito ligadas às áreas clássicas da Psicologia – Clínica, Organizacional e da Educação. Eram estas as atribuições (PERNAMBUCO, 1991):

Diagnóstico psicológico; orientação e seleção profissional; orientação pedagógica; acompanhamento psicológico para a solução de problemas de ajustamentos; realização de perícias e emissão de pareceres sobre a matéria psicológica.

Atualmente, os psicólogos da Infância e Juventude e de outras áreas do TJPE ocupam a função de analistas judiciários, componentes do conjunto de servidores públicos da referida instituição, com formação de nível superior (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos,

médicos, enfermeiros, contadores, engenheiros, entre outros), que prestam apoio especializado ao Poder Judiciário de Pernambuco (MAFRA, 2011). As atividades atuais atribuídas aos psicólogos no TJPE não são mais direcionadas a áreas específicas da categoria profissional; o conjunto de atribuições que elas agregam é transversal à função de analista judiciário proveniente de qualquer formação de nível superior, como ilustra o trecho abaixo (PERNAMBUCO, 2009):

ANALISTA JUDICIÁRIO – APJ Atribuições: Realizar: Atividades de apoio técnico e administrativo, favorecendo o exercício da função judicante pelos magistrados e/ou órgãos julgadores; o processamento de feitos, a elaboração de pareceres, certidões e relatórios estatísticos, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência; a indexação de documentos e atendimento aos clientes, dentre outras atividades da mesma natureza e grau de complexidade diverso [...]

A população assistida por psicólogos na Justiça da Infância e Juventude compreende crianças e adolescentes em situação de violação dos seus direitos básicos e que, na maior parte dos casos, pertencem às camadas mais socialmente vulneráveis da população (BRITO et al., 2006). Sendo assim, a atuação de profissionais de Psicologia da Infância e Juventude quebra certos paradigmas da profissão – no que se refere, muitas vezes, ao atendimento de camadas populares negligenciadas ao longo da história da Psicologia brasileira. Estando inseridos no campo da Psicologia Jurídica/Judiciária, os profissionais de Psicologia da Justiça da Infância e Juventude atuam, muitas vezes, no atendimento de uma clientela inesperada para a Psicologia Clínica tradicional. Os profissionais passam a abarcar aspectos da vida concreta e seus efeitos na configuração de subjetividades, as quais são produzidas e realimentadas no entrelaçamento dos indivíduos entre si e com as entidades. Segundo Alberto (et al., 2009), na operacionalização do sistema de garantias da criança e do adolescente, dar-se-á a atuação do psicólogo nos seguintes eixos:

Análise da situação, no sentido de diagnosticar a realidade através de pesquisas que possibilitem a análise e o planejamento de ações e recursos para o enfrentamento das situações de risco, mobilização e articulação dos vários segmentos (governamentais, não governamentais, sociedade civil nos níveis nacionais, regionais e locais), promoção, defesa e responsabilização através de mecanismos de exigibilidade dos direitos e humanização dos serviços, promoção, atendimento e prevenção através de ações especializadas de atendimento, com a inclusão social das crianças, adolescentes e suas famílias e promoção de ações que possibilitem aos jovens o empoderamento dos mesmos com vistas ao protagonismo social.

Nesta seção, percebe-se quais foram os avanços na área dos direitos da criança e do adolescente, impulsionados por movimentos sociais na década de 1980, que culminaram com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Após a promulgação do ECA, vimos o

aumento da criação de cargos para psicólogos nas áreas de Infância e Juventude, inclusive no sistema judiciário. Por fim, percebemos as novas demandas trazidas aos profissionais de Psicologia que trabalham na defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Essas novas demandas requerem um profissional que trabalhe de forma interdisciplinar e em rede. A próxima seção contemplará a perspectiva teórica que embasa este estudo: a Psicologia Sócio-Histórica.

4 A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA COMO ALTERNATIVA DE ANÁLISE À IDENTIDADE PROFISSIONAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar ao leitor a perspectiva teórica e epistemológica escolhida para a realização deste estudo. Desta forma, esta pesquisa será embasada pelo viés da Psicologia Sócio-Histórica. Esta perspectiva revela uma área do conhecimento que possui a base epistemológica e metodológica fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, em especial pelos estudos de Vigotsky, que tem como meta a superação de algumas certezas que a Psicologia, enquanto ciência, têm produzido desde Wundt (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009). Sendo assim, discorreremos acerca da perspectiva Sócio-Histórica, apresentando sua concepção de homem e sociedade, as categorias de análise desta perspectiva que serão importantes para este estudo: a identidade, especificamente, identidade profissional. Por fim, discutiremos a questão do compromisso social em Psicologia.

4.1 PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A Psicologia Sócio-Histórica começou a ser constituída na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), nos anos de 1970. Segundo Bock et.al. (2007), a Psicologia Sócio-Histórica surgiu em um processo de revisão e crítica com vistas à produção de conhecimento comprometido com a transformação social. Essa perspectiva teórica consiste em um conjunto de elaborações teóricas afinadas com a ideia de desnaturalização dos fenômenos sociais, sendo os seus fundamentos epistemológicos, metodológicos e ontológicos afinados com o materialismo histórico e dialético.

Do ponto de vista histórico, é importante destacar a produção teórica da professora Silvia Tatiane Mauer Lane nesse movimento. Docente na PUC-SP, Silvia Lane trabalhou na revisão crítica da produção teórica em Psicologia Social no Brasil. Em sua pesquisa de doutorado intitulada “Significado psicológico de palavras em diferentes grupos sociais”, Lane estudou o diferencial semântico de Charles Osgood⁴, aliado a leituras sobre a obra de Skinner, especificamente a materialidade skinneriana (BOCK, et al., 2007). A obra de Skinner acabou

⁴ Charles E. Osgood (1916-1991) foi um psicólogo norte-americano que se tornou conhecido pelo desenvolvimento de uma técnica de aferição do significado dos conceitos, conhecida como *Diferencial Semântico*. Sua obra mais conhecida no Brasil é *Método e Teoria Experimental em Psicologia*, da Editora Fundação Calouste Gulbekian, 1953.

por aproximar Silvia Lane (1933-2006) da produção teórica da Psicologia Social Soviética. Neste caminho, a Psicologia Social Soviética, em particular a obra de Vigotsky (1896-1934), forneceu ferramentas para o desenvolvimento da compreensão da realidade material, já que essa se apoiava no materialismo histórico dialético de Karl Marx (1818-1883).

A proposta de trabalho de Silvia Lane era fazer uma revisão crítica dos conceitos, tendo como ponto de partida a realidade material. Seu projeto pretendia tornar a realidade material como parâmetro para fazer uma análise crítica das teorias e partir disto, construir novas teorias comprometidas com uma perspectiva de compreensão da dimensão social do fenômeno psicológico, com as práticas de intervenção e produção de conhecimento voltadas para a diminuição das desigualdades sociais no âmbito da realidade brasileira e de países da América Latina. Silvia Lane inaugurou um estilo de intervenção, pesquisa e produção teórica aspirando a unidade entre o saber e o fazer, conhecimento científico como práxis.

O trabalho de Silvia Lane iniciado na PUC-SP com o desenvolvimento de pesquisas na graduação e pós-graduação, somado ao trabalho realizado em comunidades e através da comunicação que sempre tentou manter com outros pesquisadores da América Latina, fizeram-na perceber a necessidade de uma nova concepção de homem para a Psicologia: um homem social e histórico. Desta forma, conseguiria superar o positivismo na forma de fazer ciência:

Se o positivismo, ao enfrentar a contradição entre objetividade e subjetividade, perdeu o ser humano, produto e produtor da História, se tornou necessário recuperar o subjetivismo enquanto materialidade psicológica. A dualidade física x psíquico implica uma concepção idealista do ser humano, na velha tradição animística da psicologia, ou caímos num organicismo onde o homem e computador são imagem e semelhança um do outro. Nenhuma das duas tendências dá conta de explicar o homem criativo e transformador. Tornou-se necessária uma dimensão espaço-temporal para apreender o Indivíduo como um ser concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social – daí a procura de uma psicologia social que partisse da materialidade histórica produzida e produtora de homens (LANE, 1984, p. 15).

Diante do exposto, compreendemos que a Psicologia Sócio-Histórica, tomando como base a Psicologia de Vigotsky, tem a intenção de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas que demarcam fortemente o campo da Psicologia (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009). A concepção de homem para a Psicologia Sócio-Histórica é de um ser ativo, social e histórico; ou seja, de um homem social e historicamente multideterminado. Deste modo, a psicologia Sócio-Histórica não concebe o homem como um ser passivo em relação ao meio no qual está inserido. O comportamento e a ação do homem no mundo são influenciados e determinados, em todo o tempo, pelos aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos do seu contexto (BOCK, et al., 2007).

Nessa perspectiva não se compreende o homem como um ser universal, homogêneo, a-histórico, e que vive isolado de um contexto. Ao contrário, os homens são compreendidos a partir da concretude das suas produções materiais e históricas. Eles se constituem e são constituídos pela relação com outros homens em contextos sociais específicos e pelas tradições da historicidade e da cultura dos povos. Dessa forma, nesta perspectiva teórica, o objeto da psicologia é a interação do homem com a realidade. Molon (2011, p. 48) afirma que “o homem é construído a partir das relações sociais”. A subjetividade surge como uma conquista humana que é resultante da atividade deste indivíduo sobre o mundo. E, nesta interação a subjetividade do sujeito é formada.

Dessa forma, o sujeito passa a ser concebido como aquele que vive em constante modificação no desenvolvimento de sua identidade/individualidade. Logo, o sujeito não é passivo na internalização de seus conteúdos individuais, ao contrário, ele se torna corresponsável pelo próprio processo de formação.

Seguindo esse entendimento, o desenvolvimento do indivíduo não depende apenas das características filo e ontogenética. O processo de apropriação do mundo consiste na modificação deste e de si mesmo, através, principalmente pela mediação da linguagem e do trabalho, sob o viés dialético. Com isso, os indivíduos são os próprios agentes de transformação de si e do mundo. E a partir da sua ação direta, o seu contexto e suas relações são modificados. Nesse sentido, a partir desta compreensão entende-se que o sujeito vive em constante transformação; construindo e reconstruindo ao longo de sua vida sua identidade, suas relações sociais e seus projetos de vida.

Vigotsky (1991) propôs que a psicologia Histórico-Cultural buscasse estudar os fenômenos psicológicos a partir do viés material, compreendendo seu papel histórico cultural. Entendendo que os fenômenos psicológicos são consequências de um processo de construção do ambiente social deste indivíduo, em que a construção subjetiva do sujeito é constituída através da interação indivíduo-meio. Deste modo, o fenômeno social não é algo natural e abstrato, ele é diante das experiências do sujeito no meio social em que ele vive, onde este sujeito é produto e produtor deste meio e do momento histórico do qual fazem parte. Nessa perspectiva, podemos compreender que a subjetividade é organizada por meio das mediações sociais; as quais são produzidas nas relações do cotidiano do sujeito.

Para a Sócio-Histórica, falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do "mundo interno" exige a compreensão do "mundo externo", pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o

homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem. (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2009, p. 22).

Deste modo, compreendemos que o fenômeno psicológico envolve a relação entre a realidade externa (mundo objetivo/concreto) e a realidade interna (mundo subjetivo). Ou seja, o fenômeno psicológico se relaciona com o modo pelo qual cada pessoa significa e dá sentido aos fatos do cotidiano, da sua realidade social e cultural. A subjetividade não é algo apenas interno, mas, se “constrói” na dialética entre o externo e o interno, entre o real e o simbólico.

4.2 A IDENTIDADE COMO UMA CATEGORIA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A Psicologia Sócio-Histórica busca compreender o indivíduo como um ser determinado social e historicamente (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009). Esse indivíduo é compreendido em suas relações e seus vínculos sociais, na inserção em sua sociedade e atravessado pelo seu momento histórico. Sendo assim, para perceber o ser humano é necessário partir do geral, para o particular: do ser humano genérico, enquanto representante da própria espécie, que contribui para a construção das relações sociais e histórica; do ser humano que traz a sua história pessoal, os seus sentidos e significações construídas na sua relação com o mundo. Na tentativa de entender esse ser humano em movimento constante, a Psicologia Sócio-Histórica utiliza-se de algumas categorias de análise: atividade, consciência, identidade, afetividade, linguagem, sentido e significado⁵. Este trabalho não tem a pretensão de descrever cada uma das categorias de análise. Sendo assim, voltaremos a nossa atenção para a identidade.

Buscaremos elucidar a categoria identidade partindo da compreensão de que esta surge como problemática na construção de sentido do que é ser indivíduo. Posteriormente, abordaremos o conceito de identidade sob os estudos culturais de Stuart Hall, a análise sociológica de Zygmunt Bauman. Depois, partiremos para a compreensão de identidade por um representante da Psicologia Sócio-Histórica de Ciampa, que desenvolveu a tese de identidade em movimento constante, como uma metamorfose.

A origem do conceito de identidade surgiu no campo da lógica, a partir da ideia de que as identidades são idênticas entre si, indo para o campo da filosofia, em que se destacavam as noções de permanência, unicidade e singularidade (VASCONCELOS, 2017). Quanto a

⁵ Para informações detalhadas a respeito das categorias de análise da Psicologia Social Histórica, consultar: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 14 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. p. 72-87.

etimologia, a palavra identidade vem do latim *idem*, que significa o mesmo, a mesma, propondo uma noção de estabilidade. Segundo o dicionário de língua portuguesa (FERREIRA, 2010), identidade se refere a qualidade de ser idêntico, características próprias e exclusivas de uma pessoa.

Do ponto de vista histórico, a questão da identidade surgiu com a queda da sociedade feudal e a ascensão do Estado moderno. A passagem deste período, como já foi discutida em alguns pontos da seção de número dois deste trabalho, provocou uma série de rupturas a instituições que demarcavam o lugar de cada indivíduo na rede social: a família feudal, a nobreza e o clero. No interior desta dinâmica, os lugares de cada indivíduo estavam previamente demarcados – do berço ao túmulo. A forma dessas pessoas estarem no mundo eliminava qualquer possibilidade de outro tipo de existência, neste sentido a identidade era algo impensável. Não havia espaço para a negociação dos lugares sociais, que dirá para a negociação de outras formas de existência.

Todavia, com o advento do Estado moderno, as instituições de poder supracitadas começaram a entrar em estado de liquefação e o sentido de existência do indivíduo - ser homem, ser mulher, nobre, camponês, entre outros - deixou de ter a solidez irrefutável de antes. É neste cenário que, segundo Bauman (2005), nasce a identidade como um problema e uma tarefa. Para o referido autor a problemática da identidade passa a existir quando formas de se pensar os modos de vida deixam de ser óbvios, como destinos previamente traçados. O esfacelamento das antigas narrativas que ofereciam os lugares sociais para cada indivíduo gerou crises de pertencimentos e um esforço de transpor a brecha entre o “deve ser” e o “é” (BAUMAN, 2005).

Assim, a identidade foi posta sob a forma de uma tarefa a ser realizada, que se apresenta de forma incompleta no presente, mas que impulsiona para a ação (BAUMAN, 2005). Ideia esta que pode ser ilustrada na peça de teatro *Hamlet* (SHAKESPEARE, 2000[1600]), quando o príncipe dinamarquês ao se deparar com um crânio humano, lança a célebre frase: “ser ou não ser, eis a questão” (p. 61). O personagem *Hamlet* ilustra a busca do homem moderno pela questão da identidade. Neste sentido, a construção da identidade está baseada no campo das ideias, o que caracteriza este conceito como uma espécie de obra ficcional. E, através desse caráter ficcional que a identidade fornece uma espécie de força coercitiva para consolidar e concretizar a uma realidade imaginável.

O conceito de identidade é abordado por diversas áreas do conhecimento: Filosofia, Antropologia, a Sociologia e a Psicologia e de outras áreas das Ciências Sociais. É um conceito dinâmico, e de forma geral é adotado para discutir a articulação do sujeito na sua relação com o mundo e com os outros.

Autores de diversos campos teóricos trazem contribuições para o estudo da identidade, como Hall (2006) dos Estudos Culturais, a debater questões da identidade cultural na pós-modernidade. Embasado na tradição da corrente teórica dos Estudos Culturais, Hall utiliza o termo identidade adjetivada como cultural, a destacar os processos culturais subjacentes as formações das identidades. Segundo Hall (2006), a identidade cultural são todos os aspectos de nossas identidades que surgem de nossos pertencimentos a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. O autor supracitado desenvolve o pensamento de que velhas identidades, que por muito tempo equilibraram o mundo social e que forneceram a ideia de um sujeito unificado, entraram em declínio, fragmentando o homem moderno. Hall encontra amparo para essa afirmação, quando retorna à História. Houve na sociedade moderna uma série de mudanças estruturais que fragmentaram as imagens de raça, religião, gênero, etnia, sexualidade e nacionalidade, neste processo ocorreu uma perda de sentido de si, que provocou uma série de deslocamentos ou descentramentos do sujeito, tanto no seu lugar no mundo social quanto de si mesmo – constitui-se assim uma crise de identidade para o indivíduo moderno (HALL, 2006).

Segundo Hall, o próprio conceito de identidade é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na Ciência Social contemporânea. Neste sentido, o conceito de identidade se constituiu de forma paradoxal: ele não serve mais para ser pensado na sua forma originária, não reconstruída - com o sentido de permanência, unicidade e singularidade – porque foi dialeticamente superado em sua forma reconstruída. As identidades modernas entraram em colapso e essas transformações provocaram mudanças nas identidades pessoais, quando passou a desestabilizar a ideia que o indivíduo tinha de si como sujeito integrado (HALL, 2006).

Mas, não existe outro conceito que possa substituí-lo. É uma espécie de conceito zumbi⁶, morto em sua origem, mas que retorna a vida através de reconstruções narrativas. Desta forma, Hall (2000) coloca a identidade na condição de um conceito sob rasura: não podendo ser pensado na sua forma antiga, mas sem a qual certas questões não podem nem se quer serem pensadas.

Bauman (2005) corrobora com a ideia de Hall, no sentido de o conceito de identidade ser de natureza própria, inatingível e ambivalente. No entanto, possuidor de uma convenção socialmente necessária. Bauman considera que a identidade deve ser compreendida como um

⁶ Fazemos referência a figura mítica originária no sistema de crenças espirituais e nos rituais de *vodu* haitiano, tratando-se de um cadáver reanimado, que apesar da sua condição de morte ressurgiu a vida. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Zumbi>. Acessado em: 18/07/2018.

processo contínuo, a todo momento sendo redefinida e reinventando a sua própria história. Para Bauman, a identidade é composta por uma dimensão individual e sua codificação com o mundo social, atribuída pelo autor como a questão central da identidade.

Para a Psicologia Sócio-Histórica, a identidade permite ao indivíduo saber-se ao mesmo tempo como ser único, mantendo uma permanência de si, identificando-se com o que faz e reconhecendo-se no mundo (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009). Ao mesmo tempo, a identidade liga o sujeito ao social, através dos processos de identificação, com os outros e com os grupos sociais. Na perspectiva Sócio-Histórica, também é considerada como um conceito paradoxal, pois ao mesmo tempo que garante a unicidade do indivíduo e a imagem de permanência, a identidade está em constante em movimento, sendo constituída de forma ininterrupta pelas relações sociais e pelo momento histórico.

Na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, Ciampa (1984) desenvolveu a tese de que identidade é metamorfose. O indivíduo é ação, através da sua atividade o homem transforma o seu meio, ao mesmo tempo em que se produz nesta ação de relação com o ambiente e com o outro. Sendo assim, através da atividade e das relações o homem se apresenta como imagem fixa, a escamotear a constante de metamorfose que compõe a sua identidade. A concepção de identidade de Ciampa também não rompe o caráter paradoxal transversal do conceito, pois ao mesmo tempo em que o indivíduo se produz, ele produz o mundo na sua ação e nas relações sociais, mantendo a unidade e o reconhecer-se a si mesmo, apesar das constantes modificações, como elucidado abaixo (CIAMPA, 1984, p. 61):

Podemos imaginar as mais diversas combinações para configurar uma identidade como uma totalidade. Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto, uma. Por mais contraditório, por mais mutável que seja, sei que sou eu que sou assim, ou seja, sou a unidade de contrários, sou uno na multiplicidade e na mudança.

Ciampa (1984) nos aponta que a primeira noção de identidade está baseada na igualdade e diferença (alteridade). Desta forma, se aproxima da perspectiva dos estudos culturais, especificamente de Woodward (2000), quando esta autora afirma que a identidade só se torna possível na relação com a diferença. Ou seja, construímos a nossa identidade a partir da relação com o outro. Ciampa utiliza o exemplo do nome e do sobrenome de um indivíduo: enquanto o sobrenome dá o feitiço de pertencimento do indivíduo a um grupo, neste caso o grupo familiar, o primeiro nome o individualiza diante deste grupo. A consciência e o reconhecimento de si são fornecidos ao indivíduo através dos grupos sociais em que ele faz parte, onde cada grupo possui as suas normas, crenças, tradições e representações. É neste ponto que, para Ciampa (1984), está a morada do caráter ilusório da identidade: quando pertencemos a um grupo, a

nossa ação, ou melhor, a nossa atividade é substantivada (psicólogo, pesquisador, brasileiro, pernambucano). É uma questão linguística, a substantivação da atividade fornece um caráter paralisado ao sujeito, como se este fosse imutável, idêntico a si, naquilo que supostamente seria a sua substância. Mas, para o referido autor, é pelo agir e pelo fazer que o indivíduo adquire a sua identidade. Ou seja, é a atividade que constrói a identidade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009).

Outra questão importante a ser abordada na compreensão do conceito de identidade para Ciampa (1984) é a representação. Considerando a representação como um processo de produção da identidade, de forma tal que a identidade passa a ser entendida como o próprio processo de identificação. Existe uma identidade pressuposta, não como a mesma forma das identidades fixas que antecederam a modernidade, mas que garantem a permanência da existência de objetos sociais: “pai”, “mãe”, “filho”, “família” e etc. Essa identidade pressuposta é baseada em um conjunto de informações socialmente construídas e identificada através de construções históricas, normas, condutas, comportamentos daquilo que a representa. Entretanto, ela acaba por encobrir a atividade que existe nesta informação, por exemplo: na linguagem corrente nós dizemos “eu sou pai”, “eu sou mãe”, “eu sou filho”; e não “eu estou a ser pai”, “estou a ser mãe”, “estou a ser filho”. Desta maneira, dá a impressão que a identidade fica restrita ao que está posto, ganhando um caráter atemporal.

Todavia, o indivíduo, como representante dele mesmo, apresenta atualizações constantes da sua representação de si mesmo. Essas atualizações passam “a ser vistas como simples manifestações de um ser-idêntico a si mesmo na sua permanência e estabilidade” (CIAMPA, 1984, p. 67). É como se cada posição que o sujeito assumisse fosse assimilada por ele e pelos outros nas suas trocas sociais como a representação de uma multiplicidade da unidade, o fato de o sujeito comparecer perante os outros, é uma maneira de representar-se a si mesmo. Assim, como mencionou Ciampa (1984, p. 70):

[...] só posso comparecer no mundo frente a outrem efetivamente como representante do meu ser real [...] entendida como a apresentação de mim que foi cristalizada em momentos anteriores – deixar de repor uma identidade pressuposta – ser movimento, ser processo, ou, para utilizar uma palavra mais sugestiva se bem que polêmica, ser metamorfose.

De acordo com Krawulski (2004), a identidade pode ser definida como um conjunto de características próprias de um indivíduo, que o tornam diferente de outros e que vão sendo construídas nas e pelas relações sociais, bem como através dos diferentes papéis que esse indivíduo desempenha ao longo da sua vida. Ou seja, cada pessoa com as suas características

singulares constrói, através de processos de socialização, a sua identidade. Neste sentido, a identidade vai tomar duas dimensões: identidade pessoal e social.

Martín-Baró, citado por Krawulski (2004) define que o processo de socialização são processos psicossociais através dos quais o indivíduo se desenvolve historicamente como pessoa e como membro da sociedade. O autor destaca que a socialização é um processo de desenvolvimento permeado pelas circunstâncias históricas de um tempo e em uma dada sociedade, em um grupo ou classe social. Neste sentido o indivíduo vai se configurando e se desenvolvendo, onde afirma a sua individualidade e ao mesmo tempo como sendo pertencente a determinados grupos sociais.

O referido autor também faz a distinção entre o desenvolvimento de identidade pessoal e identidade social, ambas vinculadas ao processo de socialização. Uma vez que a socialização atravessa o indivíduo e marca com os valores, crenças, representações, normas do grupo social a que pertence. Em outras palavras, ao ser parte de um grupo a pessoa adquire as características desse grupo, assim como também desenvolve aspectos específicos da sua relação com esse grupo.

Diante do exposto, consideramos a identidade pessoal como o processo de construção contínuo e dialético do indivíduo estando em relação com o mundo. São as características singulares de cada indivíduo, forjadas a partir da construção elaboração de sentidos e significados construídos por ele diante dos outros e do meio social. Por sua vez, a identidade social refere-se as pessoas como membros de determinados grupos sociais e que compartilham características deste grupo.

Essa seção se debruçou sobre o conceito de identidade, sua origem, alguns dos seus principais cânones e como esse conceito é compreendido dentro da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, como metamorfose, especificamente na tese desenvolvida por Ciampa (1984). Na próxima seção, vamos estreitar a questão da identidade na sua relação com o trabalho, trazendo a discussão o conceito de identidade profissional.

4.3 IDENTIDADE PROFISSIONAL

Na linguagem cotidiana existem muitos significados para o trabalho. De acordo com a Psicologia Sócio-Histórica, o trabalho é concebido como uma forma de exercício da atividade humana. É através da atividade, nomeadamente o trabalho, que o ser humano se apropria do mundo (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009). Através do trabalho, o homem busca satisfação das suas necessidades e onde cria as relações com os outros. É uma forma de superação das suas limitações biológicas e inserção em um mundo socialmente construído. Neste sentido, o trabalho, enquanto forma de atividade, pertenceria ao que os autores supracitados chamam de condição humana: “a possibilidade de os seres humanos criarem-se a si próprios, libertando dos limites impostos pelo corpo biológico” (p. 75).

Ciampa (1987), embora não aborde diretamente a temática da identidade profissional, destaca a importância conferida ao trabalho na sociedade e na configuração da identidade. Ele analisa que a nossa inserção no mercado de trabalho sela uma espécie de “destino”, que passa a ser um componente forte no processo de formação da identidade. Na concepção de Ciampa (1984) é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo: “nós somos nossas ações, nós nos fazemos na prática” (p. 64). Ainda para Ciampa, a identidade que inicialmente é atribuída ao nome vai adotando outras predicções à medida que o indivíduo vai exercendo os seus papéis, ratificando a sua tese de que a identidade está em constante construção através da ação humana e que possui um caráter singular reservado a história de vida de cada indivíduo.

Com relação ao trabalho, mais especificamente no exercício de uma profissão, Krawulski (2004) afirma a existência de um processo de aprendizagem, onde os indivíduos aprendem conhecimentos e habilidades requeridas para o exercício profissional, assim como torna muito singular os sentidos e significados das atividades laborais que desempenha. Então, a profissão representa muito mais do que um conjunto de aptidões e funções aprendidas, constituindo também como uma forma de vida que é assumida na relação entre o trabalhador, a sua profissão, pelo sentimento de adesão e identidade que cada trabalhador atribui aos objetivos e valores da sua categoria profissional. Portanto, a vinculação do ser humano a uma atividade laborativa, considerando os contextos e as características dessa atividade, bem como seus reflexos no sistema identitário, resulta no que se chama de identidade profissional (KRAWULSKI, 2004).

A identidade profissional é um conceito muito debatido no campo da Sociologia das Profissões. Este tenta compreender os diversos trabalhos inseridos nas organizações em seus diferentes níveis hierárquicos. A Sociologia da Profissões surge com a tarefa de qualificar o

trabalho profissional de modo a diferenciá-lo das demais ocupações. Dubar e Tripier citados por Vieira (2007), apontam que os estudos em Sociologia das Profissões possuem um triplo objetivo: a organização social das atividades de trabalho, o significado subjetivo dessas atividades e os modos de estruturação do mercado. Dentre os principais representantes dessa área de saber estão os trabalhos de Sainsaulieu nos anos 1980, uma referência importante dessa visibilidade, continuada e aprofundada por outros estudiosos, entre os quais Dubar (COSTA E SILVA; APARÍCIO, 2015).

Sainsaulieu (1988), realizou pesquisas com as classes operárias, articulando referenciais da Psicologia e da Sociologia com o objetivo de elucidar questões relativas a identidade e ao trabalho. O autor verificou que no exercício profissional, reconhecido o espaço para expressão de diferenças individuais, se expressão linguagens, comportamentos, valores, crenças, atitudes e indumentárias que são constitutivas da identidade profissional. Neste sentido, as identidades individuais que emergem nas relações sociais, e as identidades sociais compartilhadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos de trabalho, são constitutivas da identidade profissional.

Dubar (2009), chama de identidade profissional as formas identitárias da configuração entre o “Eu-Nós” e tais como podem ser referidas no campo das atividades do trabalho remuneradas. Segundo o referido autor, essa compreensão se aproxima do que Sainsaulieu chamou de “identidades no trabalho” e que designa “modelos culturais” ou “lógicas de atores em organização”.

Entretanto, o pensamento de Dubar se distingue de Sainsaulieu quando inclui além das identidades dos atores em sua atividade as questões biográficas desses atores “tipos de trajetórias no decorrer da vida de trabalho” (DUBAR, 2009, p. 117). Portanto, os diversos papéis que um trabalhador desempenha ao longo da sua vida são elementos que contribuem para a construção de sua identidade profissional. Além dos aspectos da história de vida de cada indivíduo, segundo Dubar (2009) a identidade profissional também é constituída através dos processos de identificação mútua entre os indivíduos no campo de trabalho.

Na leitura de Vasconcelos (2017), Dubar parte de uma compreensão existencialista/nominalista de identidade, não como aquilo que permanece idêntico, mas como um processo de identificação produzido pela ordem do contingente. Sendo esse processo responsável por uma por uma dupla operação: a diferenciação e a generalização. Sendo o primeiro, referente ao que torna cada indivíduo singular em comparação com os outros; já a generalização, torna o indivíduo como uma espécie de “igual” entre determinados grupos sociais, neste caso de trabalho.

Galindo (2004) e Krawulski (2004) se aproximam na concepção de identidade profissional, quando se referem a este conceito como um tipo de identidade social, destacada a relação da constituição imagética do indivíduo dentro de um grupo social. Para Galindo (2004), o indivíduo se define a partir de como se reconhece no desempenho dos seus papéis sociais e de como é reconhecido pelos outros no meio social. Assim, Galindo propõe que a construção da identidade profissional está vinculada à relação entre o indivíduo e os seus grupos sociais.

Na concepção de Krawulski (2004), a identidade pessoal fornece as bases para a construção da identidade profissional, quando associada à história de vida, às experiências da formação acadêmica, da trajetória profissional de cada pessoa, (p.33):

No processo de aprendizagem de uma profissão, a pessoa aprende tanto os conhecimentos e habilidades requeridos para o seu exercício como o indício sobre o modo de vive-la. Assim, pode-se considerar que a profissão representa muito mais do que um conjunto de aptidões e funções, constituindo também uma forma de vida a ser assumida, uma vez que a relação entre o trabalhador e a sua profissão é caracterizada pelo envolvimento, pelo sentimento de identidade e de adesão aos seus objetivos e valores. A possibilidade que o trabalhador experimenta de perceber os resultados de seu trabalho reforça os laços de envolvimento com suas tarefas.

De acordo com Caon (2002) existe uma diferença entre identidade legal e identidade profissional. A identidade legal é adquirida, quando são satisfeitas as condições que habilitam um profissional ao exercício da sua profissão. Por exemplo, um indivíduo que acaba de se formar no curso de Psicologia e faz a sua inscrição no CRP. Esse indivíduo já está apto a se inserir no mercado de trabalho. Quanto à identidade profissional, essa se faz no exercício prático da profissão. Utilizando o mesmo exemplo do profissional de Psicologia, quando este se insere no mercado de trabalho através da sua prática profissional, nos cursos de formação continuada, nas supervisões, em equipes interdisciplinares é que se começa a processar efetivamente a constituição da identidade profissional. Por outro lado, Caon (2002) alerta que a identidade legal não desaparece no momento de entrada no mercado de trabalho, ela serve de base para a permanente construção da identidade profissional.

Gondin et al. (2010) também defende a existência de duas identidades para um grupo profissional. A primeira, relacionada com a formação acadêmica e a trajetória profissional que o acompanha por toda a vida profissional; a segunda identidade é aquela que permite afirmar a sua condição de psicólogo e se diferenciar de outros grupos profissionais. Neste sentido, a identidade profissional serve como indicador de homogeneidade dentro do grupo profissional e de diferenciação dos outros grupos profissionais. Segundo as palavras do autor:

A segunda identidade é construída nas inserções profissionais do psicólogo e está sujeita às influências de contexto: mercado de trabalho, expectativas sociais, convivência com equipes multidisciplinares e demais fatores contingenciais. Essa outra identidade define os limites de aproximação com profissionais de outras áreas e de distanciamento de outros psicólogos que não compartilham a mesma experiência de inserção (GONDIM et al., 2010, p. 233).

A Psicologia, assim como outras profissões possuem uma espécie de identidade homogênea; essa identidade homogênea tem a função de assegurar a unidade da categoria profissional (GONDIM, et al., 2010). Dito de outra forma, a identidade homogênea perpassa pelas características transversais de uma profissão, independente das especificidades dos campos de atuação. Porém, as inúmeras formas de áreas e contextos de trabalhos acabam por contribuir com a formação de múltiplas identidades dentro de uma mesma categoria profissional. No caso da Psicologia, por exemplo, as inúmeras formas de inserção profissional em diferentes áreas de atuação, podem ampliar as possibilidades de identificação do exercício profissional em Psicologia.

Baptista (2002) traz uma dimensão histórica para a identidade profissional. Para o referido autor, a identidade profissional pode sofrer modificações ao longo do tempo, já que sofre múltiplos impactos do contexto da formação e inserções de trabalho que por sua vez estão vinculados a uma dimensão maior que são as questões sociais e históricas. O desenvolvimento da própria Psicologia, enquanto ciência e profissão, a ampliação do mercado de trabalho e o contato com outras categorias profissionais acabam por criar interfaces e distanciamentos que irão influenciar na construção da identidade profissional dos psicólogos.

Segundo Gondim et al. (2010), as mudanças no mundo do trabalho têm tornando muito tênue as fronteiras que separam as categorias profissionais. Essas novas configurações têm alterado as configurações do ensino superior e no perfil dos profissionais demandados pelo mercado de trabalho. Assim, criam-se novas áreas de atuação e produção de saber em proximidade com outros campos de conhecimento, como é o caso da Psicologia com a Educação Física (Psicologia do Esporte) ou mesmo da Psicologia com o Direito (Psicologia Jurídica).

É importante manter o destaque neste debate das dimensões psicológicas e sociais que compõem a identidade profissional. Gondim et al. (2010) percebe a dimensão psicológica da identidade profissional vinculada ao indivíduo que se percebe como único dentro do grupo. Relativa a dimensão social, de como o indivíduo se percebe como pertencente ao grupo. Trata-se de uma relação dialética, enquanto o contexto de exercício profissional exerce influência nos

indivíduos, estes com as suas ações também modificam e redimensionam a sua categoria profissional, conseqüentemente, provocando alterações constantes na identidade profissional.

Ainda, dentro deste debate percebemos várias conceituações a respeito da identidade profissional. Podemos verificar que existem pontos de convergência com relação as etapas que constituem o processo de construção dessas identidades. Segundo Caon (2002), Gondimet al. (2010) e Krawulski (2004), a identidade profissional começa a ser gestada na formação acadêmica e se mantém em constante construção e transformação durante a trajetória toda profissional. Neste sentido, Mazer e Melo-Silva (2010) realizaram um estudo, do tipo estado da arte, que objetivava analisar a produção científica brasileira sobre o tema identidade profissional do psicólogo. As autoras analisaram publicações científicas entre os anos de 1991-2008, entre artigos, capítulos de livros, dissertações, teses, resumos publicados em anais de congressos. Nesse estudo, as autoras chegaram à conclusão que a identidade profissional do psicólogo é considerada como um conjunto integrado dos fatores pessoais e profissionais que influenciam no desenvolvimento da carreira.

Em termos de apreensão do conceito de identidade profissional em Psicologia, Mazer e Melo-Silva (2010) conseguiram fazer uma espécie de sistematização do processo de construção da identidade profissional, sendo esta dividida em quatro etapas: 1) *a escolha da Psicologia como profissão* – relacionado com as expectativas e idealizações sobre o curso e o papel profissional; 2) *a formação acadêmica* – o papel do psicólogo que de certa forma é idealizado pelos estudantes, as vivências de estágio, supervisão, o início do contato com as áreas de atuação; 3) *trajetória profissional* – a prática e o exercício da profissão, as limitações oferecidas pelos campos de trabalho, o modo como o exercício da profissão se impregna na vida pessoal dos profissionais de Psicologia e que vão transformando a sua percepção de mundo, seus valores na postura diante a vida; 4) *mudança de paradigma: do individual para o social* – este elemento estando vinculado à concepção de sujeito e as mudanças de paradigmas da Psicologia como ciência e profissão, que acaba por produzir representações do sujeito psicológico que é assistido pelos serviços em Psicologia e que afetam a identidade profissional do psicólogo.

Diante do exposto, esta pesquisa compreende que a identidade profissional é um tipo de identidade social, construída no cotidiano do trabalho, possuindo uma componente psicológica, relacionada as especificidades de cada indivíduo e a componente social, resultante da interação do indivíduo com o seu contexto de atuação profissional. Como forma de sistematização das etapas da construção da identidade profissional temos: a escolha da profissão, a trajetória acadêmica e profissional e a concepção de sujeito. Por fim, a identidade profissional é um

processo em constante movimento, que acompanha as mudanças do contexto social. Portanto, assim como Bock (1999a), a identidade profissional nunca estará pronta, pois ela sempre acompanha o movimento da realidade.

4.4 PSICOLOGIA E O COMPROMISSO SOCIAL

A perspectiva Sócio-Histórica é caracterizada por acolher a diversidade temática da Psicologia. É muito comum pegarmos um livro dessa corrente teórica e nos depararmos com produções relativas à diversas áreas da Psicologia: clínica, escolar, organizacional, saúde, políticas públicas, formação profissional, sexualidade, dentre outras. O acolhimento da diversidade temática em Psicologia foi uma postura assumida pela perspectiva Sócio-Histórica como forma de entender que as investigações acerca do homem se dão a partir de diferentes vieses e lugares. Seu intuito com isso é trabalhar com a pluralidade temática atrelada ao projeto de construção da Psicologia, objetivando que esta seja capaz de produzir transformações sociais importantes.

Nesta altura do texto podemos levantar o seguinte questionamento: mas o que seria o compromisso social para a Psicologia Sócio-Histórica? O compromisso social da produção teórica e na atuação profissional devem ser capazes de falar da vida vivida e de apresentar possibilidades de contribuição para a transformação das condições de vida na busca de dignidade (BOCK et al., 2007). Ou seja, Psicologia que deveria estar atenta as especificidades sociais e históricas da realidade estudada e tanto a produção teórica, quanto a atuação profissional devem produzir formas úteis de transformação da realidade social nos países considerados em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e dos outros países que compõem a América Latina. Para Bock (2013), é necessário se voltar à história para compreender que pouca foi a contribuição da Psicologia para transformar as condições de vida e contribuir para a diminuição das desigualdades sociais brasileiras.

Uma profissão que, durante seus 40 anos de vida, serviu às elites, sendo um serviço de difícil acesso aos que têm pequeno poder aquisitivo.

Uma profissão com pouca inserção social, baixo poder organizativo, com entidades frágeis com pequeno poder de pressão e que negociou pouco com o Estado suas demarcações e possibilidades de contribuição social (BOCK, 2013, p. 19)

Bock (2013) dá destaque para os alguns aspectos ideológicos que acompanharam a profissão de psicólogo no Brasil, desde a sua instituição, e que fizeram com que o compromisso social da Psicologia estivesse atrelado aos interesses da elite brasileira. Isto fez com que as

principais perspectivas trabalhadas pela Psicologia estivessem descoladas da realidade social e cultural, constitutivas do fenômeno psicológico.

Bock (2013) destaca três elementos que contribuíram para o distanciamento da Psicologia do compromisso social no sentido de diminuição das desigualdades sociais no Brasil, são eles: 1) a Psicologia naturalizou o fenômeno psicológico – as funções como pensamento, linguagem, aprendizagem vistas como resultado da maturação dos organismos; 2) os psicólogos não terem concebido suas intervenções como trabalho – por muito tempo, psicólogos acreditaram que não direcionavam o desenvolvimento de seus clientes, já que a direção estava dada na própria “natureza humana”; 3) A Psicologia tem concebido os sujeitos como responsáveis e capazes de promover seu próprio desenvolvimento – o Homem pensado como um ser dotado de todas as qualidades necessárias para o seu desenvolvimento, estando apenas à espera da maturação de cada uma dessas etapas. Na prática profissional, essa concepção reverbera na responsabilização de cada pessoa pelo seu próprio desenvolvimento, atribuindo valores de sucesso e fracasso pelos resultados obtidos nesse processo.

Sendo assim, a Psicologia contribuiu por muito tempo para a ocultação da produção social do humano e de seu mundo psicológico (BOCK, 2013). Nesta perspectiva, os psicólogos têm se isentado da discussão contra as desigualdades sociais, já que as visões naturalizantes retiram de pauta a relação dialética entre sujeito e mundo social. Sendo assim, é preciso compreender que as relações sociais, culturais e históricas são constituintes do mundo psicológico. Não atribuindo a este um caráter universal, natural e dotado de uma força própria.

Martínez (2013) aponta duas saídas para o compromisso social implicado com a diminuição das desigualdades sociais no Brasil e nos outros países da América Latina: o primeiro seria a própria formação do psicólogo; o segundo seria o compromisso social dos formadores de psicólogos. No primeiro momento, a autora avalia que a formação de psicólogos privilegiou aspectos teóricos, técnicos e metodológicos, em detrimento dos recursos subjetivos. A autora explica que na formação dos profissionais de Psicologia também é necessário levar em consideração a compreensão do sujeito que está em formação. Neste sentido seria importante ter investimentos educacionais que estimulasse a sensibilidade humana e social, o sentido de justiça, a solidariedade e a capacidade de assumir posições. A autora alerta para a necessidade de um conjunto de habilidades requeridas no exercício profissional do psicólogo, com destaque para: “apreender demandas sociais e políticas, atentar para a reabertura e definições de espaços, repensar abordagens alternativas: visão pluralista, capacidade de para se sensibilizar”, entre outros aspectos.

No segundo momento, Martínez (2013) destaca a importância dos formadores de psicólogos, professores de graduação e pós-graduação e a necessidade de construção de um debate crítico dentro da academia a respeito do compromisso social do psicólogo. Dentro deste grupo de formadores, também incluiremos os supervisores de estágio que realizam um trabalho de iniciação dos estudantes à vida profissional. A autora elucida que é preciso que se crie uma cultura organizacional dentro das universidades que favoreçam diálogos construtivos, à experimentação e à inovação. Martínez (2013) ainda aponta órgãos como o Ministério da Educação (MEC) na avaliação dos cursos de graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na avaliação dos programas de pós-graduação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) no apoio à atividade de pesquisa, cujas demandas excessivas acabam por dificultar a construção de uma cultura de discussão crítica e a desmobilização ideológica nos espaços de produção científica.

O compromisso social do psicólogo deve estar voltado para uma prática social a serviço de uma sociedade mais justa, abandonando paradigmas elitistas e estando a Psicologia ao alcance da maioria da população. O trabalho do psicólogo deve estar voltado para melhoria das condições de vida. O compromisso social vai além do discurso, é ação e análise autocrítica contínua da ação, é a construção de um saber-fazer ou fazer-saber que aspira contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa.

5 OBJETIVOS DA PESQUISA

5.1 OBJETIVO GERAL

Considerando a identidade profissional como um processo dinâmico e contínuo, objetiva-se compreender como é construída a identidade profissional de psicólogos que atuam na área da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco, localizado no município de Recife.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar como se deu a escolha profissional pela área da Psicologia, traçando a trajetória acadêmica e profissional dos psicólogos participantes na pesquisa que atuam na Justiça, no âmbito da Infância e Juventude do TJPE;
2. Compreender os elementos que contribuem para a constituição da identidade profissional de psicólogos que atuam na Justiça, no âmbito da Infância e Juventude da comarca de Recife do TJPE;
3. Analisar convergências e divergências entre essa identidade profissional de psicólogos que atuam na Justiça, no âmbito da Infância e Juventude da comarca de Recife do TJPE, e a representação predominantemente identificada com o modelo clínico tradicional.

6 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Entendemos que a produção científica é uma tentativa de construção de modelos de compreensão do mundo material. Segundo González Rey (2013), as teorias são elaboradas a partir de produções empíricas, que vão produzir espaços de inteligibilidades do mundo material, promovendo representações deste último. Assim, o método tem a função de elo entre os modelos teóricos e a produção de informação empírica, de modo a possibilitar que estes resultem na construção de espaços de inteligibilidades, de representações do mundo material.

Compreende-se o método como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 1993, p.14). É o agente mediador entre as lentes da pesquisa – perspectiva teórica – e a realidade material do campo. É uma ferramenta que possibilita, através de instrumentos de pesquisa, a construção de sentidos a respeito do objeto, feita dialeticamente com seu contexto social e histórico. Portanto, o método coloca em evidência o pesquisador, revelando suas experiências, sua sensibilidade e sua criatividade. Trata-se de uma escolha, dentro das escolhas oferecidas pelos paradigmas teóricos que norteiam o estudo.

Para esta pesquisa, optou-se pela metodologia qualitativa, a qual se configurou como um caminho analítico satisfatório e condizente com a natureza da questão levantada. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2014, p. 21). As metodologias qualitativas compartilham o reconhecimento da subjetividade e do simbólico como elementos inerentes à construção de sentidos do mundo social.

A pesquisa qualitativa enfatiza a construção de modelos de inteligibilidade da realidade que privilegiam o processo de diálogo entre os sujeitos envolvidos no estudo: pesquisador e participantes. É através do encontro entre pesquisador e participante que são construídos os sentidos que fornecerão as informações necessárias para a construção teórica (GONZÁLEZ REY, 2013). Nesse sentido, o conhecimento não é produzido de forma unilateral, a partir apenas do pesquisador que extrai as informações de um informante, mas sim numa relação dialética entre o pesquisador, o participante e as condições sociais e históricas que atravessam a pesquisa.

Como técnica de coleta de dados, fez-se uso da entrevista qualitativa. O principal interesse do pesquisador que se utiliza da entrevista qualitativa é compreender os significados que o entrevistado dá aos fenômenos da vida cotidiana (MARCONI & LAKATOS, 2010). Tal técnica de coleta de dados possibilita ao pesquisador uma aproximação com o modo de vida

dos participantes da pesquisa, e com o modo como estes produzem sentidos para as suas experiências.

Abrimos um espaço na discussão dos aspectos metodológicos para informar que esta pesquisa, ao longo do seu percurso, precisou de ajustes. Anteriormente, o desenho da pesquisa havia previsto a aplicação de questionários com vários atores do sistema judiciário (psicólogos, juízes, pedagogos, assistentes sociais) e para além dele (psicólogos que atuavam em consultório). Ao dar início ao trabalho de campo, percebemos que o instrumento de coleta de dados distanciava-se do objeto de pesquisa; a coleta de dados tornou-se enfadonha e as respostas obtidas com o questionário não demonstravam ter relação com o fenômeno investigado. Além disso, os outros atores do sistema judiciário demonstraram certo desconforto em ter de responder a um questionário que versava, especificamente, sobre a atuação dos psicólogos no âmbito da Justiça. Por estes motivos, foi necessária a simplificação do método, reduzindo os participantes da pesquisa a apenas psicólogos do Judiciário e utilizando um único instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada.

6.1 PARTICIPANTES

A pesquisa foi desenvolvida com oito psicólogos do sistema judiciário, que atuam no âmbito da Justiça da Infância e Juventude do TJPE, no município de Recife. Esta escolha foi motivada pela proximidade da pesquisadora com o campo, tendo ela sido estagiária do TJPE durante dois anos, um deles na 2ª Vara da Infância e Juventude da capital do estado.

O âmbito da Justiça da Infância e Juventude do TJPE, no município de Recife, possui quatro Varas da Infância e Juventude: a 1ª e a 2ª Varas cuidam de processos relacionados a medidas protetivas de crianças e adolescentes (suspensão do poder familiar, adoção, guarda e tutela); por sua vez, a 3ª e a 4ª Varas processam e julgam as representações promovidas pelo Ministério Público para apuração de ato infracional atribuído a adolescente – furto, roubo, tráfico, agressão, ameaça, assassinato (PERNAMBUCO, 2018). Além das quatro Varas da Infância e Juventude, o TJPE possui, na capital do estado, uma Vara Regional da Infância e Juventude, que fiscaliza a execução das medidas socioeducativas na capital, bem como nos municípios de Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Camaragibe e São Lourenço da Mata; há, também, duas Varas de Crimes contra a Criança e o Adolescente, que processam e julgam autos em que a vítima seja criança ou adolescente (PERNAMBUCO, 2018). Para além das Varas da Infância e Juventude, o TJPE conta com a Coordenadoria da Infância e Juventude, responsável pela orientação das ações do Poder Judiciário de Pernambuco em todo o estado, e com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), responsável pelos

assuntos referentes à adoção internacional, no âmbito do estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2018). Todas as seções citadas localizam-se no Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CICA), um espaço que reúne o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as secretarias estaduais de Segurança e Defesa Social (através de seu Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente – DPCA) e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (por sua Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE).

Dentro deste universo em que se configura a Justiça da Infância e Juventude do TJPE na capital de Pernambuco, foram escolhidos oito psicólogos de uma amostra constituída por critérios de conveniência, mas distribuída de maneira a contemplar a diversidade temática da Justiça da Infância e Juventude do TJPE de Recife. Todos os participantes da pesquisa são formados em Psicologia e servidores públicos do TJPE, lotados nas seções referentes à Infância e Juventude.

Cada participante da pesquisa recebeu um nome fictício, sem qualquer relação com seu nome verdadeiro. Em relação à descrição dos participantes (ver quadro 1): a média de idade entre os participantes é de 42 anos; cinco deles são egressos de instituições de ensino superior privadas e os outros três, de instituições de ensino superior públicas; 2007 foi o ano de aprovação no concurso de cinco participantes, enquanto os outros três são egressos do concurso de 2012. A exposição dos dados referentes aos participantes deste estudo seguiu esta linha de apresentação com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, pois estes poderiam ser identificados, devido à delimitação geográfica do campo e ao número reduzido de psicólogos que atuam nessa área.

Tabela 1 – Descrição dos Participantes da Pesquisa

Idade	Instituição de Ensino Superior	Tempo de Formado	Ano do Concurso de Ingresso no TJPE
50	Privada	11 anos	2007
48	Privada	26 anos	2007
33	Pública	12 anos	2007
41	Privada	08 anos	2012
33	Privada	12 anos	2007
34	Pública	11 anos	2012
62	Privada	12 anos	2007
34	Pública	11 anos	2012

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

6.2. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista qualitativa – mais especificamente, a entrevista semiestruturada. Este instrumento foi escolhido por oferecer ao pesquisador liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considerar adequada, como uma possibilidade de explorar mais amplamente o objeto da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2010). Tal liberdade no direcionamento da pesquisa é moderada pelo roteiro da entrevista, cuja construção se deu em acordo com os aportes teóricos escolhidos pelo pesquisador, com a intenção de operacionalizar respostas à pergunta norteadora e aos objetivos deste estudo.

De acordo com Duarte (2004), as entrevistas constituem instrumentos fundamentais quando se deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos. A entrevista possibilita que o pesquisador tenha uma compreensão em profundidade dos modos como os participantes da pesquisa se percebem, além de como eles atribuem significados à sua realidade. A entrevista semiestruturada proporciona a insurgência de falas formais e informais; assim, provoca um diálogo mais ou menos livre entre o pesquisador e o entrevistado, revelando a ordem de contingência do objeto de estudo.

Segundo Bardin (2006[1977]), quando o pesquisador opta pela entrevista como instrumento de coleta/produção de dados, ele ficará diante de uma fala relativamente espontânea, orquestrada pelo entrevistado. Bardin afirma que essa fala é uma encenação livre daquilo que o entrevistado vivenciou, sentiu ou presenciou a propósito de alguma coisa. Nesse sentido, a subjetividade se faz presente, sendo produzida e transmitida com todo o aparato cognitivo, afetivo e emocional – com valores, crenças, representações e formações inconscientes.

O roteiro de entrevista teve como base o estudo de Mazer e Melo-Silva (2010), para quem a constituição da identidade profissional de psicólogos baseia-se nos seguintes eixos: a escolha da Psicologia como profissão – relativamente aos desejos, aptidões e idealizações de ter a Psicologia como profissão; a formação acadêmica em Psicologia – referente aos primeiros contatos com os modelos teóricos, estágios, pesquisas; o exercício da profissão de psicólogo – profissional em suas inserções no mercado de trabalho; e, por fim, a mudança de paradigma na visão de sujeito – do individual para o social, que reflete a concepção de sujeito do profissional e constitui, assim, o eixo temático do roteiro de entrevista. Diante da especificidade da atuação na Justiça da Infância e Juventude do TJPE, o eixo temático do exercício da profissão foi dividido em dois: trajetória profissional como profissionais de Psicologia antes de ingressar no

TJPE e trajetória profissional como profissionais de Psicologia no TJPE, na Justiça da Infância e Juventude.

O material utilizado para a coleta de dados compreende: o roteiro da entrevista semiestruturada (ver anexo A); o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver anexo B); um gravador de áudio; folhas de papel ofício tamanho A4; e caneta, para fazer alguma anotação necessária.

6.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPE, nos meses de março e abril de 2018. Pela proximidade que a autora da pesquisa já possuía com o campo, graças à sua experiência de estágio, foi possível ter acesso a alguns profissionais de Psicologia atuantes na Justiça da Infância e Juventude do TJPE. O convite para participar da pesquisa foi feito através de ligação telefônica. À medida que os profissionais aceitavam participar da pesquisa, marcava-se o horário e local para a realização da entrevista. De forma geral, os profissionais demonstraram disponibilidade e interesse em contribuir com o estudo.

As entrevistas foram marcadas individualmente, com datas e horários distintos para cada profissional. A opção por realizar as entrevistas no próprio TJPE foi unânime entre os participantes, que também escolheram o local: salas separadas dos locais de atuação dos outros profissionais, onde tanto a pesquisadora quanto os participantes pudessem ter a privacidade necessária para a coleta dos dados. Na ocasião da entrevista, a pesquisadora falou brevemente sobre o objeto de estudo e o procedimento de coleta de dados; em seguida, leu o TCLE em conjunto com o participante e solicitou sua assinatura, autorizando a gravação da entrevista e a utilização dos dados coletados para análise da pesquisa.

A coleta tinha início com algumas perguntas referentes a dados de identificação do participante, tais como idade, instituição de ensino superior onde concluiu a graduação, ano de conclusão da graduação, ano do concurso para o TJPE e tempo de atuação no TJPE. Em seguida, utilizava-se o roteiro para a entrevista, garantindo que todos os tópicos fossem abordados, independentemente da ordem. No fim de cada entrevista, cuja duração média era de aproximadamente 1h30, perguntava-se ao participante se ele desejaria acrescentar algo à sua fala. Posteriormente, agradecia-se ao participante pela contribuição oferecida à pesquisa e reforçava-se a disponibilidade da pesquisadora em esclarecer quaisquer dúvidas com relação ao estudo. Ao final de todos esses procedimentos, desligava-se o gravador.

6.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Após o aceite do Tribunal de Justiça de Pernambuco, documentado na Carta de Anuência (ver anexo C) assinada pelo Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Dr. Rafael Meneses, em 17 de julho de 2017, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPE, em 26 de julho de 2017, recebendo o código de registro CAAE:69853117.2.0000.5208 (ver anexo D). A pesquisa foi submetida às regras do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução nº 466 (BRASIL, 2012), que estabelece diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A pesquisadora explicou aos participantes sua experiência de estágio no TJPE, de modo a não omitir deles a implicação que ela já possuía com o campo e, ao mesmo tempo, tentar diminuir o distanciamento hierárquico que, por vezes, produz-se entre pesquisadores e participantes. Durante as entrevistas, buscou-se uma aproximação empática, objetivando promover a construção de diálogos e elaborações de sentidos entre a pesquisadora e os participantes.

Em termos de coleta de dados, os procedimentos seguiram dois cuidados éticos essenciais em pesquisa: 1) consentimento dos participantes: primeiro com a leitura conjunta do TCLE e, a seguir, com a coleta da assinatura dos participantes no referido documento, deixando clara para cada um deles a possibilidade de desistência da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum ônus; 2) proteção ao anonimato: buscou-se preservar o sigilo e a privacidade dos participantes, oferecendo a cada um deles um nome fictício, sem fazer qualquer menção ao nome verdadeiro, e evitando usar iniciais ou quaisquer outras indicações que pudessem identificar o participante da pesquisa.

Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados no Laboratório de Interações Humanas (LABINT) do Departamento de Psicologia da UFPE, sob a responsabilidade da orientadora, a Prof.^a Dr.^a Elaine Magalhães Costa Fernandez, no endereço: Avenida da Arquitetura, s/n, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), 9º andar, Cidade Universitária, Recife-PE, pelo período mínimo de cinco anos.

Em relação aos benefícios que a pesquisa pode trazer à Psicologia enquanto ciência e profissão, acredita-se que os resultados produzidos por este estudo podem vir a subsidiar planejamento, execução e práticas de psicólogos que atuam no sistema judiciário – não apenas na área da Infância e Juventude, mas também nas demais áreas da Psicologia Judiciária. Por

fim, o estudo tentou possibilitar, através de sua reflexão acerca da prática do profissional de Psicologia no Judiciário, a ampliação do campo de estudo da Psicologia Jurídica.

Corroboramos a ideia de Rios (2006) quando fala que as ciências levam o ser humano a conhecer a realidade de modo sistemático e organizado. Neste sentido, a ciência é um gesto de humanidade, resultante da combinação de inteligência, criatividade e instrumentos para criar o mundo, além de fazer da criação do mundo um *ethos* de dignidade e construção do bem comum.

6.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de conteúdo foi o procedimento escolhido para esta pesquisa, por ser uma técnica que possibilita fazer inferências interpretativas a partir dos conteúdos expressos nas entrevistas. Tais conteúdos são desmembrados em categorias e subcategorias, levando em conta as condições de produção desses estudos e tendo como objetivo a compreensão e posterior explicação dos mesmos (AMADO, 2017).

De acordo com Bardin (2016[1977]), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Na análise de conteúdo, muitas vezes, as mensagens estão implícitas no enunciado, fazendo com que a análise de conteúdo transite entre a objetividade da palavra e os conteúdos simbólicos implícitos. Para Osgood (cit. AMADO, 2017), a função da análise de conteúdo não é meramente descritiva dos conteúdos manifestos: é, sobretudo, um processo inferencial, em busca de um significado que está para além do que é imediatamente apreensível e espera a oportunidade de ser desocultado.

Amado (2017) elucida que, na metodologia da análise de conteúdo, existem diversas formas de investigação; porém, em qualquer uma destas formas, os passos para categorização e codificação são idênticos. Para o autor, “o primeiro grande objetivo da análise de conteúdo é organizar os conteúdos coletados em um sistema de categorias que traduzam as ideias-chave veiculadas pela documentação em análise” (AMADO, 2017, p. 313). Sob esta lógica e tendo como ponto de partida o conjunto de categorias do estudo de Mazer e Melo-Silva (2010) sobre a identidade profissional do psicólogo, seguimos os critérios de categorização semântica (categorias temáticas), ancorados nas regras fundamentais da análise de conteúdo apontadas por Bardin (2009): exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade. Esse procedimento permitiu a passagem da descrição à interpretação, pois o processo da inferência se dá pela desmontagem de um discurso e transformação em um novo discurso.

Após a transcrição das entrevistas, foi realizada uma leitura exploratória e flutuante do material transcrito. Os eixos temáticos do estudo de Mazer e Melo-Silva (2010), abordados através do roteiro de pesquisa, serviram de base para a divisão do discurso dos participantes: a escolha da Psicologia como profissão; a trajetória acadêmica; a trajetória profissional como profissionais de Psicologia antes do TJPE; a trajetória profissional como profissionais de Psicologia na Justiça da Infância e Juventude do TJPE; e a mudança de paradigma na concepção do sujeito – do individual para o social. Para cada eixo temático, foi atribuído um código – por exemplo, trajetória acadêmica (TA) e trajetória profissional como profissionais de Psicologia na Justiça da Infância e Juventude do TJPE (TP) – e, ao final de cada trecho da fala dos participantes, registrava-se seu nome fictício, bem como o número da página em que se localizava o trecho destacado.

Uma vez realizadas a análise de cada entrevista e sua divisão pelos eixos temáticos, todas foram compiladas em um documento único (novamente, com o auxílio do *Word*) e agrupadas de acordo com os códigos dos eixos temáticos. A partir da matriz constituída pelas unidades de registro representativas de cada eixo temático, fez-se uma nova leitura destas unidades – desta vez, separadas pelos eixos temáticos. A emergência de temas variados dentro do conjunto das unidades de registro de cada eixo temático favoreceu o processo de categorização, na criação de categorias e subcategorias de análise.

Após a realização da análise dos dados, os resultados foram submetidos a especialistas, o que possibilitou uma reflexão e um aprimoramento da técnica, além de uma inferência mais precisa dos dados obtidos.

Na próxima seção, elucidar-se-á quais foram as categorias e subcategorias criadas a partir de temas que emergiram nas unidades de registro de cada eixo temático da pesquisa.

7 RESULTADOS

Como foi descrito na seção anterior, após a transcrição na íntegra das oito entrevistas, elas foram analisadas de acordo com os eixos temáticos construídos com base no estudo de Mazer e Melo-Silva (2010) sobre a identidade profissional de psicólogo no Brasil. Os eixos temáticos que nortearam a elaboração dos objetivos do estudo, bem como do roteiro de entrevista (ver anexo A) da pesquisa, foram: **a escolha da Psicologia como profissão; a trajetória acadêmica; a trajetória profissional como profissionais de Psicologia antes do TJPE; a trajetória profissional como profissionais de Psicologia da Justiça da Infância e Juventude do TJPE; e a mudança de paradigma - do individual para o social.** Adiante, descreveremos as categorias e subcategorias encontradas em cada eixo temático da pesquisa, ilustrando com as respectivas unidades de registro.

7.1 A ESCOLHA DA PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO

Através do tratamento dos dados, emergiram três categorias relacionadas à escolha pela Psicologia: **a identificação com o curso de Psicologia na adolescência, coincidindo com o final do ensino médio; a leitura de temas relacionados à Psicologia; e a Psicologia como significativa da própria experiência pessoal.**

Para os participantes, **a identificação com o curso de Psicologia na adolescência, coincidindo com o final do ensino médio**, época em que eles estavam em vias de prestar o exame de ingresso ao ensino superior.

Eu fiz uma escolha muito cedo, eu tinha 15 anos [...]. Então eu não sei até que ponto que eu escolhi é muito consciente. Porque eu não sei se com 15 anos você tem condições de avaliar toda uma conjuntura, os prós e contras. Eu sempre tive muita dúvida entre Direito e Psicologia. E no ensino médio lendo, naquele processo, né? Acabei escolhendo Psicologia. (Joice)

Do terceiro ano mesmo, tanto que eu mudei de turma fiz Humanas e Saúde. Até que em Psicologia, eu fiquei em Saúde. Minha dificuldade na área de Saúde é por que a única coisa na área de Saúde que me interessava era Psicologia. (Vanessa)

No terceiro ano, assim, realmente a gente é levada a pensar sobre isso. Terminar o ensino médio e ... e aí fazer o quê, né? [...]. Seria interessante escolher, eu lembro dessa dúvida entre Fisioterapia e Psicologia. E aí eu comecei a ler sobre e, aí especificamente me interessei sobre Psicologia. (Marisa)

A leitura de temas relacionados à Psicologia influenciou a decisão de alguns participantes pela Psicologia. Foram mencionados textos como de psicanálise, parapsicologia, telecinese e autoajuda que foram associados como as leituras iniciais em Psicologia. Os

participantes afirmaram que, muitas vezes, essas leituras contribuíram para a construção de uma imagem fantasiosa da Psicologia.

[...] eu lia parapsicologia quando eu era adolescente, eu lia parapsicologia e livros de autoajuda (risos). Nada a ver! [...]. Eram umas coisas com experimentos russos que faziam experimentos com telecinese, com telepatia, muita coisa assim na área científica, mas muito especulativo, que não tem nada de concreto nessa área. (Caetano)

[...] aí ele [um professor] me apresentou Freud. O livro que ele me emprestou na época e eu ainda não tinha tido contato com a psicanálise, era um livro ilustrado, que dava uma ideia, até mais folclórica de Freud. E a partir daquela leitura eu fiz outras [leituras], e achei fundamental, para eu não ter seguido a carreira [de jesuíta]. (João)

Ainda no que diz respeito ao eixo temático que se refere a escolha da profissão, foi possível perceber na fala dos participantes que a escolha pela Psicologia também esteve relacionada como uma espécie de busca pessoal na elaboração de significados para experiências como conflitos na adolescência e questões familiares (**Psicologia como significante da própria experiência pessoal**).

Então esse contato me fez pensar na Psicologia como uma resposta para minha própria experiência. Eu estava vivendo na pele os conflitos, as dificuldades na adolescência e estava mais claro para mim, com pouca leitura, eu não fazia terapia nada, que eu precisava reviver aquilo que eu tinha pensado para mim. (João)

Talvez por algumas coisas que eu tinha passado na adolescência, eu desenvolvi interesse [pela Psicologia] por causa disso. (Paulo)

Meu pai teve síndrome de *Burnout* [...] teve um tempo que ele parou, ele teve uns desarranjos emocionais, teve que ser internado. Aí ele chorava muito, não sabia o que fazer. Aí o psiquiatra informou que ele tinha que ser internado. Estava com esgotamento, naquela época chamava esgotamento. Eu entrei no hospital psiquiátrico pela primeira vez, [...]. Minha mãe teve umas crises histéricas, ficava nervosa, chorava, depois ela ficou muito deprimida. Então o contato que eu tinha com a psicologia era mais ou menos esse. (Caetano)

7.2 TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Com relação à trajetória acadêmica, foi possível perceber, através dos relatos dos participantes a manifestação das seguintes categorias: **participação em pesquisa científica; estágios curriculares nas áreas mais clássicas da Psicologia; estágio extracurricular no TJPE; falta de disciplinas na graduação que abordassem a atuação do psicólogo no âmbito público; a disciplina de Psicologia Jurídica na Graduação.**

Para alguns participantes da pesquisa, a graduação foi um período de **iniciação científica em pesquisas** desenvolvidas por professores de suas respectivas instituições de ensino superior. Segundo relatos, a inserção em grupos de pesquisa começou no início da graduação em Psicologia e perdurou por um longo período da graduação.

Veja, eu sempre fui uma aluna muito atuante, [...] logo no final do primeiro período, eu já estava fazendo iniciação científica. Eu fui durante o curso todinho, eu trabalhei no laboratório [...]. E aí fazia tudo, aqueles estudos com comunicação mãe-bebê. (Joice)

[...] eu fiz pesquisa na graduação, eu fiz pesquisa na área de educação. (Vanessa)

[...] eu comecei a me envolver com uma pesquisa de uma professora. [...]. Então eu fui atrás disso. Eu fiquei muito tempo com essa professora, fiz estágio supervisionado, me tornei bolsista dela. (Paulo)

Os estágios curriculares só eram previstos nas áreas mais clássicas da Psicologia: clínica, organizacional e escolar. Os participantes informaram que realizaram o estágio curricular em clínica, especificamente na clínica escola da instituição de ensino superior onde se graduaram. Alguns deles chegaram até a conciliar o estágio curricular com o extracurricular, em outras áreas que não as mais tradicionais da Psicologia, como o estágio no TJPE.

Enquanto eu estava aqui [estágio extracurricular do TJPE] eu também estava fazendo a clínica [estágio curricular] lá [na clínica escola da faculdade]. (Lucia)

Mas, não tinha opção de estágio curricular Psicologia Jurídica. Mesmo que você estivesse estagiando, como eu estava, mas você tinha que fazer os estágios dentro daquelas áreas previstas que era Clínica, Hospitalar, Escolar e Organizacional. Eu acho que só tinha essas quatro áreas. Mesmo que você tivesse no estágio, você teria que fazer o seu extracurricular e o seu curricular dentro das áreas previstas. (Joice)

Fiz [estágio curricular], em Clínica, em Gestalt terapia e tenho um consultório também. (Rita)

Durante o depoimento dos participantes, alguns deles mencionaram que tiveram **experiência de estágio extracurricular no TJPE**. O estágio surgiu no final do curso e serviu como uma espécie de preparação para a função do cargo de profissionais de Psicologia que hoje ocupam no TJPE. O contato com as atividades exercidas pelos psicólogos na referida instituição, somada à supervisão de estágio serviu de base para o desempenho da função de analistas judiciário/psicólogos que exercem hoje. Além disso, as participantes relataram que o fato de estarem estagiando no TJPE foi um impulsionador para que elas futuramente, enquanto profissionais, pleiteassem o cargo de servidores públicos na instituição.

Eu fui estagiária daqui também. Contando tudo eu já tenho um bom tempo aqui de tribunal [...]. Porque eu fui estagiária daqui acabei sendo lotada aqui também. [...] O estágio de psicologia jurídica surgiu quando eu estava concluindo [a graduação] e eu tinha interesse por essa área porque eu tinha um interesse antigo pelo direito, [...]. (Joice)

A gente tinha uma boa supervisão aqui, o foco era estar junto aos profissionais, aprendendo e discutindo. A gente tinha supervisão teórica semanalmente que a gente sentava pra discutir os casos com a supervisora que era coordenadora. Eu gostei muito. Fazer um contraponto com o polo profissional eu acho que foi assim, o estágio foi que me ajudou a chegar aqui e não demorou a me acostumar. Porque eu já conhecia como estagiário. Eles de fato acompanham o profissional, a gente ia para inspeção juntos, fazia atendimento juntos. Não participei de audiência como estagiário, mas a gente fazia estudo de caso, lia processos, escrevia documentos juntos. (Paulo)

[...] eu já estagiei no Tribunal de Justiça e atuei aqui [...]. Então, por um lance do destino, quando eu fui chamada, tinha uma vaga para cá. [...]. E foi estar nesses ambientes que fomentou em mim esse interesse, mais as oportunidades que eu tive, de estar nesses ambientes, me fez com que eu percebesse que poderia ser viável trabalhar aqui. E foi assim que eu comecei a me envolver. (Lúcia)

Os participantes avaliaram que, na época em que realizaram a graduação, não existiam na grade curricular dos seus cursos **disciplinas que abordassem a atuação do psicólogo no âmbito público**. Disseram que a realidade dos cursos estava muito voltada para atuação do Psicólogo na Clínica, como profissionais liberais autônomos. Disciplinas que abordassem as questões do SUS, de Políticas Públicas e até mesmo Psicologia Jurídica⁷, não fizeram parte da grade curricular dos seus cursos de graduação. Alguns deles mencionaram que os estágios extracurriculares se configuravam como uma alternativa para que eles pudessem tomar conhecimento de outras possibilidades de atuação profissional do psicólogo.

[...] não teve muito discurso em relação ao trabalho do psicólogo no âmbito público mesmo. Tinha poucos professores que são profissionais do setor público, [...]. Mas, o discurso era mesmo social e clínico basicamente. [...] trabalho no centro de referência da assistência social, no CRAS e CREAS, organizacional, eu vi muito pouco. Eu vi mais no estágio do que propriamente na faculdade. (Lúcia)

Mas acho que faltou uma cadeira mais prática, já se tinham as discussões de saúde pública, isso chegava muito pouco na universidade, por exemplo, formato de CAPS, política pública. Hoje em dia eu acho imprescindível você está trabalhando com políticas públicas, direitos humanos. Direitos humanos então nem se falava. Eu acho que foi uma formação que ficou bem a desejar. (Vanessa)

Porque é específico dessa área da psicologia jurídica e não existia a disciplina de psicologia jurídica que hoje já existe. Não existia a disciplina de saúde pública, que é

⁷ Compreendemos a Psicologia Jurídica como uma possibilidade de inserção do psicólogo no âmbito público, quando a sua atuação está inserida em instituições públicas como os Tribunais de Justiça, o Ministério Público, delegacias, entre outros.

um avanço hoje. Hoje em dia tem disciplina de saúde pública e de psicologia e políticas públicas e tem psicologia jurídica. E todas três me fizeram muita falta na atuação, [...]. Eu não sabia nada de política pública e de saúde pública. (Paulo)

Pra essa realidade, de ser de clínica, de empresa ou de escola e, quando eu tava me formando, a psicologia hospitalar. Até estagiei na área porque também achei provocador, eu não queria aquela coisa tradicional então fui fazer estágio em hospital. Acho que era o grande, no final dos anos 90. Acho que já se falava de jurídica, mas era uma coisa muito distante pra mim. A justiça também era uma coisa muito fechada, muito distante da realidade. Então o hospital era uma coisa interessante. Quando eu tava terminando o curso, eu estagiei na assistência social [...]. (Caetano)

Na graduação, apenas uma das participantes cursou a **disciplina de Psicologia Jurídica**. Para essa participante, a disciplina foi ministrada por uma docente que também tinha atuação prática na área. Segundo seus relatos, a disciplina de Psicologia Jurídica foi fonte de construção de conhecimento e significação de sua experiência, cursada na mesma altura em que realizava o estágio extracurricular no TJPE.

Eu tive uma cadeira de psicologia jurídica, que minha professora era funcionária do tribunal. Foi bem interessante [...]. Querendo ou não me ajudou. No ato, quando ela estava apresentando a cadeira dela foi no início do meu estágio. Foi muito bom! É bem interessante porque o que ela estava falando eu achava que era o que estava fazendo estágio e eu conversava com ela. (Lucia)

7.3 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COMO PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA ANTES DO TJPE

No terceiro eixo temático, trajetória profissional, despontaram as categorias: **formação continuada; atuação em consultório como profissional liberal autônomo; identificação com a atuação do profissional de Psicologia inserido no campo das políticas sociais; conciliação do cargo de psicólogo em mais de uma instituição pública**.

Os participantes da pesquisa, após a formação como psicólogos, também fizeram **formação continuada**. Para esses profissionais, as formações continuadas funcionaram como suporte a formação profissional da graduação, conferindo mais segurança para o exercício da profissão.

Depois que eu terminei Psicologia [...], aí já vou falar da minha formação, eu fiz um curso de especialização em Clínica [...]. Por que desde a faculdade eu tinha afinidade com a Psicanálise e eu tinha muita admiração pelo trabalho do [...]. Então em 2009, para 2010, eu fiz essa especialização em Saúde Pública [...]. E aí, pronto: depois que eu fiz essa eu fiquei um tempo um pouco afastada da academia, tentando ensaiar para aonde eu ia, pensando em que mestrado eu ia fazer. (Vanessa)

Tenho várias especializações, tenho cinco ou seis. Eu tenho especialização em bioenergética, em Clínica, mas com foco em bioenergética. Eu tenho especialização [...], em terapia de casal e família, [...] em Intervenções em Processos Psicossociais, [...] em Constelação Familiar. [...] e especialização em Psicologia Hospitalar. (Rita)

Então, para minha formação foram os dois anos [de residência em Psicologia] que contribuíram muito e que me deixaram muito segura para atuar. Se tivesse saído do curso para cá [TJPE], por exemplo, ou de outro serviço, eu teria perdido a oportunidade muito importante para minha formação. E você tem contato com muitos profissionais, é como se você continuasse o estágio. Você é demandado como um profissional, mas você ainda tem o suporte do supervisor. (Joice)

Na fase inicial do exercício profissional da Psicologia, alguns participantes relataram que a primeira experiência como psicólogos foi **como profissionais liberais autônomos, atuando em consultório**. Nesta categoria, emergiram duas subcategorias, sendo a primeira: **a identificação com a atuação em consultório, mas que foi inviabilizada pela questão financeira** para manter esse tipo de trabalho. Os custos com a manutenção do local de atendimento e o pouco retorno financeiro foram fatores que inviabilizaram a atuação das profissionais nesse âmbito.

Para clínica é preciso que tenha dinheiro, porque você não se banca exclusivamente com a renda da clínica. É instável nesse sentido financeiro. (Lucia)

Na verdade, eu acho que se não tivesse tido tanta dificuldade para retorno financeiramente, eu teria ficado naquela área. Não que eu não tenha interesse em outras, mas eu gosto de psicoterapia. Talvez se eu não tivesse tanta pressa porque eu tinha filho tivesse dado certo. (Paulo)

Também como subcategoria do exercício profissional da atuação em consultório, alguns participantes relataram que, **apesar da experiência em consultório, não se identificavam com essa área de atuação**. Para esses profissionais, as principais dificuldades em compreender o sofrimento humano como questões intrapsíquicas, descontextualizadas do contexto social e na atuação solitária que a psicóloga acaba por ter no consultório.

[...] eu mesmo não teria a menor paciência com gente que viesse falar eternamente de uma dor vivida só naquele âmbito, só familiarista, que não consegue olhar para o mundo ao redor. O mundo aí nessa confusão total e a pessoa sofrendo por coisas que não vão significar nada, se ela deixar aquele sofrimento talvez ela vá descobrir que tem muita vida além dela. [...] mas, a questão é ética do profissional, é se você está disposto ou disponível profissionalmente a atuar de forma consequente com aquela demanda. Quem está disponível, ótimo! Eu não estou porque existem outros sofrimentos muito maiores que ficam invisibilizados e que precisam da Psicologia. Eu não estou dizendo que não deve ter atenção a esse outro sofrimento, mas para mim esse outro é mais. [...]. Qual a demanda que eu quero tratar com psicólogo? (João)

[...] foi uma atuação de clínica mesmo, em consultório. Tinha a supervisão com um profissional de psicologia né? Mas era aquela coisa solitária da clínica. Eu acho que é por isso que eu não me identifiquei muito com a clínica. (Marisa)

Existiram relatos de participantes que se **identificavam com a atuação do profissional de Psicologia inserido no campo das políticas sociais**, nomeadamente na assistência social. Diferente da realidade do consultório particular, o trabalho na assistência social oferecia desafios em termos de inovação criativa e improvisação por parte do profissional, além de se constituir como um campo de aprendizagem para a sua profissão.

Mas o contato principal foi ter passado no concurso da prefeitura e invés de trabalhar no gabinete eu fui trabalhar no meio da rua. [...]. Muita gente entrou em surto na hora: eu não passei cinco anos na faculdade para trabalhar no meio da rua? Balançou muito a cabeça de muita gente! Pra mim eu achei desafiador, eu fiquei inquietado, mas eu achei que o caminho era esse mesmo. Foi a minha grande escola para entender que a Psicologia não tá fechada em quatro paredes, não é consultório, foi trabalhar com a população de rua. Atender pessoas com sofrimento psíquico, em sofrimento físico, pessoas com drogadição, os quadros mais complexos que você pode imaginar ali no meio da rua. Você não tinha consultório, você não tinha *setting*, você tinha que falar com aquelas pessoas hoje e só ia encontrar elas depois de duas semanas. E aí, todo esse nível de dificuldade. Eu acho que minha grande escola, depois de formado, foi a assistência social e a população de rua. Foi meu maior desafio e meu grande campo de aprendizado. (Caetano).

Foi possível perceber nas entrevistas que alguns participantes **conciliavam o cargo de psicólogo em mais de uma instituição pública**, atuando muitas vezes em áreas distintas, como na Saúde e na Educação, no âmbito estadual e municipal.

Eu dava um plantão por semana lá, porque como era em hospital, precisava de um psicólogo, era um hospital de referência para HIV, [...] no resultado de HIV tem ações. O tempo todo a gente trabalhava muito com essa demanda, não só do próprio paciente mais do familiar para dar o diagnóstico, é um diagnóstico muito difícil apesar de todos os avanços. E aí eu estava lá e também nas enfermarias. Aí saí de lá e vim para a Secretaria de Educação. E tudo isso já estava aqui no tribunal. [...]. Era um que atende aos servidores. (Joice)

[...] eu fui trabalhar no CAPS AD. Foi um ano, foi muito bom para mim assim, inclusive! Esse ano para mim foi bastante rico trabalhar no CAPS é uma experiência muito boa, principalmente assim para a gente que é psicólogo. Também, neste meio tempo, eu passei em um concurso para a Secretaria de Educação do Estado. E aí, trabalhei um ano também como psicóloga na Secretaria de Educação do Estado. (Vanessa)

7.4 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COMO PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TJPE

O quarto eixo temático, a trajetória profissional no TJPE, manifestaram-se as seguintes categorias: **motivação para trabalhar no TJPE; relação com o juiz; psicólogo inserido em equipe interprofissional; rotina de trabalho; a escuta do psicólogo no judiciário e a relação com o usuário.**

Com relação à **motivação para trabalhar no TJPE**, a questão financeira foi unânime entre os participantes da pesquisa, como uma possibilidade de o exercício da profissão de psicólogo ser bem remunerado, oferecendo uma carga horária reduzida, 30 horas semanais e um plano de cargos e carreiras.

A questão financeira que é uma coisa que eu acho que sempre atrai. Como você vê, não é porque o tribunal paga super bem, é muito difícil você como servidor. Tem poucos concursos que pagam bem. Claro que, quando eu fiz o concurso, eu não sabia em que matéria eu trabalharia. Por sorte eu vim exatamente para cá, onde eu já conhecia. (Paulo)

A vantagem era: primeiro eu vinha como psicóloga, segundo eu ia trabalhar só 6h e terceiro, meu salário seria mil reais a mais. Só que eu ia ter que trabalhar mais não sei quantos anos. Minha aposentadoria já era! No início eu pensava que eram só cinco, mas quando eu fui lá no RH, eu tinha que trabalhar mais dez anos apara me aposentar, para ter todos os direitos daqui, porque, se não, eu ia ter que me aposentar com o salário de lá [do cargo de nível médio que exercia no serviço público]. (Rita)

A **relação com o juiz** foi uma temática que apareceu várias vezes na fala de todos os participantes do estudo. A primeira subcategoria que abordamos foi a questão do **juiz como gestor do psicólogo/equipe interprofissional**. Sendo assim, o magistrado fica responsável pelas questões administrativas imediatas dos psicólogos, assim como os outros membros da equipe interprofissional: férias, afastamentos, licenças, mobilidade dos psicólogos.

A juíza é nossa gestora, ela é chefe da vara, a chefe de todo mundo de nível médio, de nível superior. [...]. Então nossa avaliação de cargos e carreiras é ela que dá nossa nota. Se ela não estiver satisfeita, ela fala com o setor pessoal para a gente ser remanejado, já aconteceu isso. Então a gente está subordinado diretamente a ela. (Caetano)

Ele [o juiz] é o chefe imediato. Ele é o gestor de toda vara que responde todas as questões, para resolver questões de férias e tal, administrativamente é ele, afastamento e licença; as questões processuais. Ele é juiz, o poder é dele! (Joice)

A segunda subcategoria está relacionada com **o trabalho do psicólogo que se inicia com a demanda do juiz**. No TJPE, o trabalho do psicólogo não começa a partir de uma demanda espontânea da população que procura os psicólogos no judiciário. A ação do psicólogo só se inicia depois de um despacho realizado por um juiz de competência na sua área de atuação.

A gente recebe o processo que o Juiz normalmente despacha, pedindo relatório ou estudo ou, às vezes, uma questão específica, mas normalmente ele pede uma questão bem geral. Um estudo psicológico e social. (Marisa)

A gente sempre intervém quando é solicitado pelo juiz. Na verdade, tudo que a gente faz aqui é subordinado a um juiz. A gente não pode agir por conta própria. A gente tem a nossa autonomia técnica, mas não tem autonomia para agir livremente. (Paulo)

Alguns participantes enfatizaram a questão de que o seu trabalho na TJPE, na Justiça da Infância e Juventude é de **trabalho de assessoria aos juízes**, no sentido de oferecer uma opinião técnica ao magistrado sobre a temática que é colocada em questão. Essa assessoria muitas vezes é realizada no sentido de oferecer mais subsídios ao magistrado sobre os fatos documentados em um processo judicial, para que através da opinião do psicólogo, ele possa embasar a sua decisão judicial.

Aqui no tribunal a gente trabalha muito como assessor, em função do juiz. Então, o juiz recebe uma petição que é muito preto no branco, fulano requer a guarda desse ciclano. Porque os pais não têm condições [...]. Isso não diz nada! Eu acho que já ficou bem claro na cabeça dos juízes que isso não quer dizer muita coisa, porque às vezes o que está entre a petição e a realidade a diferença é gritante. E aí a gente trabalha nessa mediação entre o juiz e a parte então a gente tenta trazer para o juiz. Então, o que está na petição é “preto no branco” e a gente tenta trazer cor, trazer um filme ali. Tem uma fotografia, vamos dizer assim, a gente tenta trazer um filme para ele. (Caetano)

A gente tanto presta o trabalho de assessoramento ao juiz, porque na medida em que ele é que pede o estudo e é para esse processo que o estudo vai a gente precisa, a gente na verdade é isso, né? É uma assessoria para o juiz porque o que se tem assim, o que se tem em mente é que ele não vai ter condições de fazer todas essas conjecturas da subjetividade da pessoa, daquela família, daquela vítima, daquele acusado. Então ele vai possivelmente encontrar aquilo no relatório. Não que assim, ele vá encontrar todas as respostas que ele quer, mas, de forma geral, ele vai ter algumas informações ali que são importantes para tomada de decisão dele. (Marisa)

Os participantes da entrevista avaliaram que o trabalho que eles realizam na Justiça da Infância e Juventude, depende muito da **compreensão que o juiz tem a respeito do trabalho do psicólogo/equipe interprofissional**. No sentido da compreensão que os juízes têm do trabalho do psicólogo/equipe interprofissional, surgiu a subcategoria dos **juízes que acham desnecessário a opinião técnica do psicólogo/equipe interprofissional**, quando os juízes preferem embasar as suas decisões apoiadas nas suas próprias convicções.

[...] eu já trabalhei com gente [juíza] que, pedia estudo para a gente e dizia: tá, mas eu não vou seguir isso aqui, eu não acho que seja isso. Aí entrava totalmente o viés dela, assim, viés mesmo de vivência pessoal, de opinião mesmo! [...]. Era a opinião da magistrada mesmo! [...]! Opinião que assim, sendo bem sincera mesmo, [...] marcada por preconceito de classe mesmo[...] gerava bastante frustração da equipe daquela época. [...]. Esse é o judiciário para o qual a gente trabalha! Então a gente está sempre nesse dilema, nessa tensão aí de como deve ser esse trabalho, de como deve ser, da melhor forma de fazer. (Vanessa)

Por outro lado, segundo alguns participantes do estudo, também existem os **juízes que valorizam a opinião técnica do psicólogo/equipe interprofissional**; nesse sentido os psicólogos são constantemente chamados para expressar a sua opinião técnica na produção de documentos que são anexados aos processos, ou até mesmo para expressar a sua opinião oralmente em audiências.

Então é comum [...] a gente ser chamado para audiência para gente opinar. A gente discute com Ministério Público e com juiz como a gente pode ajudar aquele caso antes de fechar. Em um conflito familiar muito grande, o juiz sabe que quando ele der a sentença conflito não se encerra. O que é que a gente pode fazer para tentar minimizar esse conflito ou para fazer com que ele seja trabalhado? Então os juízes aqui e de outras varas acho que também tem essa consciência de que os profissionais não só de psicologia, de serviço social também são chamados para opinar. (Caetano)

Os participantes também fizeram críticas com relação ao **poder que os juízes gozam dentro da instituição judiciária**, e de como isso acaba por influenciar o trabalho do psicólogo.

[...] não existe uma hierarquia, o juiz, por lei inclusive, não está subordinado a ninguém, ele goza de plena autonomia. [...] porque eles têm o poder mesmo, o nosso trabalho é coadjuvante. Não temos como produzir algo que sequer arranha o poder deles, institucionalmente e, cada vez mais, extrapolando âmbito institucional, que eles possam influenciar na política. Aí alguém diz: Não, isso aí são juízes federais. Pelo contrário, a justiça eleitoral nem existe por um quadro próprio, os magistrados da Justiça Eleitoral são os magistrados do Estado. (João)

Todos os participantes da pesquisa relataram que **atuavam em equipes interprofissionais**, compostas também por assistentes sociais e pedagogos. Dentro da categoria de atuação em equipe interprofissional, surgiu a subcategoria **a união de áreas distintas de saberes oferecerem mais recursos para avaliação de casos mais complexos**. A atuação conjunta de psicólogos com os profissionais de outros campos de saber foi relatada como uma forma de os profissionais se sentirem mais seguros na hora de se posicionarem perante certos casos de maior complexidade.

Porque tem um grau de complexidade um pouco maior o que a gente precisa do olhar do outro profissional e aí faz em dupla. [...] está em contato com outro profissional de outra formação, ele percebe coisas que eu não perceba e vice-versa. Então quando a gente vai para o campo junto fazer um relatório junto. A gente fica mais seguro (Caetano)

Outra subcategoria que surgiu com relação à atuação em **equipe interprofissional** foi o fato de estar a atuar dentro dessas equipes, em contato com profissionais de outras áreas, impulsiona os próprios **psicólogos a repensarem a sua prática profissional e no sentido de delimitar o seu campo de saber dentro dessas equipes.**

Eu acho que às vezes a gente precisa repensar a nossa prática, porque realmente a gente está em contato com outros profissionais. Então, às vezes a agente que é da psicologia precisa, vamos pensar né, o que é que a gente pode fazer aqui e a gente meio que se polícia para estar pensando assim, vamos se reunir, vamos tentar pensar qual o projeto da psicologia no setor. No que que isso se difere do trabalho do serviço social? (Marisa)

Entre as **atividades desenvolvidas dentro das equipes interprofissionais**: estão estudos teóricos, de casos e textos de assuntos pertinentes à temática trabalhada.

E a gente tem também as nossas reuniões de estudos, estudos teóricos; de discutir texto, assuntos que no momento estejam mais assim, que a gente está se deparando muito com algumas dificuldades, algumas coisas, assim, por exemplo, no momento a gente passou muito tempo discutindo alienação parental e volta esse assunto. Ou discussão de casos também, a gente pega casos que a gente atendeu em dupla, eu e uma assistente social, e que aquele caso foi peculiar, [...], teve uma abordagem diferente, [...]. E a gente acha interessante levar para toda equipe, seja por ter sido positivo, vamos dizer. Porque determinada abordagem deu certo, ou alguma coisa que a gente fez diferente no caso, funcionou e a gente acha importante colocar para o resto da equipe como... até casos desse como estratégia mesmo. Ou, as vezes de negativo, de ter coisas que não deram certo, que não foram legais[...]. (Marisa)

Também foi relatado pelos participantes do estudo **as articulações que as equipes interprofissionais da Justiça da Infância e Juventude fazem com a rede sócio assistencial do município do Recife.** É possível perceber na fala dos participantes que em alguns processos os membros da equipe interprofissional não se limitam à escrita de um relatório técnico a ser enviado ao juiz. Quando eles compreendem que há a necessidade de encaminhamentos, para além da sentença judicial, eles fazem para as instituições como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social, órgãos da saúde, educação, entre outros.

[...] essa atuação na Vara de Infância e Juventude, e é uma atuação que demanda muito esse contato com a rede [rede sócio assistencial], essas articulações. [...]. Eu descobri

logo cedo que o trabalho da gente era esse, de articulador de política, embora naquela época eu talvez não tivesse essa clareza. Mas assim, que eu tinha que estar indo na escola, eu tinha que estar indo no abrigo, tinha que está indo no CRAS. (Vanessa)

Na próxima semana temos um caso para discutir [...] que envolve o CREAS, a rede toda. A gente traz também o pessoal do CAPS. (Rita)

Quando se solicita que a gente vá intervir com alguma espécie de atendimento ao usuário, frequentemente é o próprio adolescente que está em cumprimento de medida socioeducativa, às vezes a própria família, às vezes a gente precisa se reunir para fazer estudo de caso com outros órgãos, né? Programa de Proteção, CREAS, Funase. (Paulo)

Na **escuta do psicólogo na Justiça da Infância e Juventude**, o participante foi associado pelos participantes como uma escuta clínica, atuando no sentido de desvelar a demanda trazida pelo sujeito atendido. Por vezes, existe a associação do trabalho no TJPE como uma forma de clínica, por conta dessa escuta.

A questão da escuta, porque embora eu esteja fazendo um parecer pra um juiz, eu tenho que fazer essa escuta das relações, da dinâmica, das interações. Então, isso me remete para clínica. Porque pra eu ver se uma criança ou um adolescente está seguro em determinado local, com uma pessoa da família extensa ou com uma pessoa que não tenha parentesco, o primeiro lugar são as relações. Que lugar essa criança, esse adolescente ocupa nessa dinâmica das relações, no jogo dos afetos daquela família? Então isso me remete o tempo todo para a clínica, mas a minha atuação aqui não é clínica. Eu tenho isso muito claro! (Caetano)

[...] eu entendo que nesse local [setor da Justiça da Infância e Juventude] se faz uma clínica: que se tem uma escuta, que se dá um encaminhamento, que se produz um relatório a partir dessa escuta e esse documento embasa algumas decisões, do juiz ou outras decisões. (Vanessa)

Também emergiu como categoria da trajetória no tribunal de justiça de Pernambuco a **relação que os psicólogos estabelecem com os usuários** dos seus serviços na Justiça da Infância e Juventude. Nesse sentido, apareceu a subcategoria em que se explicita que **as pessoas atendidas na Justiça da Infância e Juventude são das camadas mais pobres da população** e que muitas vezes não têm acesso a alguns de seus direitos.

É importante falar, por exemplo, que o nosso adolescente é um adolescente negro, é um adolescente das camadas mais pobres da população. Eu sempre tento ter essa leitura mais social. Desse local onde eles estão inseridos, dessa desvantagem quando eles estão aqui, porque só são eles que cumprem medidas [socioeducativas]. Se um adolescente de classe média traficar, vai ficar por isso mesmo, a coisa não vai mais para frente. (Vanessa)

Realmente, a gente trabalha com público muito sem acesso à informação, a direitos e a serviços, e às vezes a pessoa nem sabe o que tem esse direito. Às vezes a pessoa está com criança em extrema necessidade não sabe que ela está no perfil de um programa social, que existe a possibilidade de ela receber um atendimento especializado em tal serviço para dar uma retaguarda para ela. Então quando a gente começa a fazer um estudo, quando a gente começa a fazer a entrevista, a gente começa também esse trabalho de esclarecimento, de encaminhamento, de acionar a rede. (Caetano)

Alguns **psicólogos declararam que a sua atuação está voltada para os usuários** dos serviços da infância e juventude. A convocação realizada pela instituição judiciária aos profissionais que compõem as equipes interprofissionais é de assessoria à magistratura. Porém, alguns participantes afirmaram que, apesar do assessoramento aos magistrados, o seu compromisso ético está voltado para as pessoas que ele assiste na Justiça da Infância e Juventude. Além disso, eles elucidaram que a missão de uma instituição pública é prestar serviços à população.

Eu acho que existe uma questão ética com cada um, mas a primeira é com o usuário. Eu acho assim, do mesmo jeito o juiz é um magistrado não é um servidor, mas está prestando um serviço público, todo mundo aqui é agente público. Então para mim o serviço é para o usuário. Mas, eu também tenho compromissos éticos com juízes e com a instituição. O nosso código de ética em psicologia chama atenção para isso né? A gente tem compromissos éticos com coisas diversas. Nosso dever é analisar criticamente as relações de poder que existem independente da fórmula de vínculo. Existe a necessidade de você raciocinar muito sobre isso porque a possibilidade de existirem muitos conflitos, jogos de força e conflitos éticos, mas eu acho que o primeiro é usuário, até pelo compromisso da instituição. (Paulo)

Eu acho que é bem rico tanto para o trabalho, tanto para prestação... tanto com o trabalho que a gente presta para a população. Afinal o objetivo é esse: serviço público, né? É para servir ao público, esse é o objetivo embora nosso trabalho especificamente seja para o juiz assim, é um trabalho de assessoria para o juiz, mas o trabalho final vai para aquela família, para aquela criança, que vai ter um olhar diferente e que vai ser recebido pelo judiciário de forma diferente, de forma mais humanizada, né? E eu acho que tanto faz diferença para isso, para essa prestação para essa população como, também, para o enriquecimento mesmo do profissional. (Marisa)

7.5 MUDANÇA DE PARADIGMA: DO INDIVIDUAL PARA O COLETIVO

A mudança de paradigma, do individual para o social, contemplada pelos participantes da pesquisa está ligada não apenas às questões intrapsíquicas, como também ao **contexto social e econômico em que os sujeitos estão inseridos**.

A subjetividade está ligada a outras questões e eu preciso delas para entender porque aquela família passa por determinada situação de privação social, de violência doméstica. Então eu preciso me conectar com essa subjetividade até para entender como aquela pessoa sofre essas situações. (Caetano)

[...] a gente tem muito essa troca, né, e essa troca de olhares, que é como eu te falei: você ter esse olhar da política pública, das relações sociais, em que lugar essa família está inserida, como a pobreza está afetando essas relações familiares, essas relações com a comunidade. (Vanessa)

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo que se inicia traz reflexões acerca dos resultados da pesquisa, por meio dos eixos temáticos e das categorias e subcategorias que emergiram durante o processo de análise dos dados. Assim, esta seção busca construir um diálogo com a literatura e com os pressupostos norteadores deste estudo, visando a responder à pergunta da pesquisa. As reflexões acerca dos dados seguirão a ordem apresentada no capítulo anterior: os cinco eixos temáticos, suas categorias e subcategorias.

8.1 A ESCOLHA DA PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO

Nos relatos dos participantes deste estudo empírico, identificamos três motivos que influenciaram na escolha da Psicologia como profissão: a identificação com o curso de Psicologia ainda na adolescência, leituras de temas relacionados à Psicologia e a Psicologia como significante da própria experiência pessoal. De acordo com Mazer e Melo-Silva (2010), o processo de construção da identidade profissional começa a ser gestado quando surge o interesse pela profissão. A história de vida pessoal, as características, as habilidades pessoais e as representações do exercício da profissão estão presentes na situação de escolha profissional.

Do ponto de vista da história do Ocidente, é possível compreender que a ideia de um indivíduo a escolher uma ocupação ou profissão nem sempre existiu. É algo que teve início quando se instalou na sociedade o modelo capitalista de produção (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009). Antes do capitalismo, o indivíduo tinha sua ocupação determinada por laços de sangue. Os filhos dos senhores feudais nasciam e morriam como senhores feudais; os filhos dos artesãos nasciam e morriam como artesãos. No capitalismo, o indivíduo se liberta dos laços de sangue e passa a vender sua força de trabalho para sobreviver. A sociedade ocidental passa a ser dividida por camadas sociais, de formato piramidal – o que, supostamente, possibilitaria a ascensão social a partir de certas condições referentes a fatores de ordem individual: escolaridade, inteligência, persistência, ambição, perspicácia, talento e esforço, que são valores disseminados pela concepção filosófica de homem liberal (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009). A concepção de homem liberal e, especificamente, as condições que são estabelecidas para a escolha de uma carreira profissional acabam por escamotear a complexidade e a diversidade de fatores envolvidos no processo de decidir o que se quer fazer profissionalmente.

Bock, Furtado e Teixeira (2009) analisaram que, na escolha de uma profissão no Brasil, a classe social é um fator de grande influência. Os indivíduos de classe média e classe média

alta, ao final do ensino médio, podem postular uma vaga no ensino universitário, auferindo um título profissional, enquanto os indivíduos de classes populares, na maioria dos casos, têm como única alternativa a inserção no mercado de trabalho dada apenas por fatores de contingências. Sendo assim, a própria ideia de escolha profissional é colocada em causa, já que as realidades econômicas e sociais impõem condições de escolhas aos indivíduos, inclusive nas classes média e alta.

Alguns participantes relataram que a escolha pela Psicologia como profissão ocorreu no final do ensino médio, quando estavam prestes a realizar os exames de acesso ao ensino superior. Segundo Soares (2002), o processo de escolha de uma profissão na realidade brasileira, com todos os seus atravessamentos sociais e econômicos, ocorre, geralmente, no último ano do ensino médio, entre os 16 e 18 anos, quando os jovens buscam uma formação em nível universitário. Este processo de escolha, segundo a autora, ocorre paralelamente a momentos de transição de aspectos da vida dos jovens, como a sexualidade e a vida afetiva – elementos importantes no processo de construção da identidade pessoal dos indivíduos. A escolha da profissão mexe com aspectos da vida pessoal do indivíduo, quando o jovem precisa escolher o que quer ser e, conseqüentemente, pensar no que não quer ser.

Os relatos desta pesquisa mostram que a escolha pela Psicologia como profissão se deu, também, como uma forma de encontrar significados para acontecimentos da história pessoal: conflitos da adolescência e situações de sofrimento psíquico de parentes. Neste sentido, é como se os participantes do estudo, dentro de uma visão preliminar do que seria a Psicologia, buscassem na sua escolha profissional a elaboração para conflitos de suas experiências, como uma espécie de aposta na possibilidade de organização de um passado em um tempo futuro. Neste sentido, Soares (2002) afirma que a escolha de uma profissão também contém uma dimensão temporal, no sentido de que escolher o que se quer no futuro implica reconhecer o que fomos no passado, as influências sofridas na infância e os fatos marcantes da vida.

Krawulski (2004) afirma que a escolha de uma ocupação marca, de certo modo, a inserção no mundo do trabalho, em cuja direção estão sendo dados os primeiros passos. Para a autora, a escolha da profissão já consiste em uma espécie de apropriação da identidade profissional.

Houve relatos de que a escolha pela Psicologia foi influenciada por leituras de temas que, na época, ofereceram a esses profissionais uma ideia do que seria a Psicologia, mesmo que apoiada em um senso comum ou, até mesmo, numa imagem muito idealizada do que viria a ser um profissional de Psicologia. As leituras preliminares e a imagem social mais disseminada das profissões são fatores de influência na escolha da carreira profissional. O ideário de ser um

profissional de Psicologia permeia o imaginário dos indivíduos; este ideário está carregado de idealizações de habilidades, normas, valores, atitudes, indumentárias que os estudantes desejam adquirir na formação e no exercício da profissão. Logo, a escolha profissional pode ser representada como uma tentativa de apropriação desses elementos. Para Krawulski (2004), a discussão da escolha profissional pode ser examinada numa díade entre “o que sou” e “quem serei”: no momento em que se traça um projeto de vida, mesmo que provisório, engloba-se um projeto de vida pessoal e de trabalho futuro. Portanto, a escolha de uma profissão, em certa medida, é a escolha de um estilo de vida.

Krawulski (2004) refere-se à complexidade e à diversidade de fatores que estão implícitos no processo de escolha de uma profissão. Como vimos na discussão acima, a escolha da profissão é feita por um indivíduo, por meio de sua história de vida e dos elementos da sua identidade pessoal; todavia, é preciso levar em consideração que o indivíduo está imbricado com as contingências do contexto histórico-econômico-social. Uma vez feita a escolha profissional, inicia-se a formação acadêmica.

8.2 A TRAJETÓRIA ACADÊMICA

O momento formal da aquisição do saber legalmente necessário ao exercício da profissão tem início com o ingresso na graduação em Psicologia. É durante a graduação que estudantes têm a oportunidade de rever suas representações iniciais da profissão, através das interações com o campo científico. Grade curricular, disciplinas, textos, provas, seminários, estágios, supervisões de estágio, iniciação científica, extensão, relação com os docentes, entre outros, são elementos que contribuem para as elaborações que o profissional em formação faz da sua profissão de eleição. Krawulski (2004) analisa que é na graduação em Psicologia que os estudantes têm as primeiras aproximações com a realidade da profissão. Dito de outra forma, a percepção da experiência como aluno contribui, de modo significativo, com o processo de vir a ser psicóloga e psicólogo – o que se reflete na constituição da identidade profissional.

Nesta pesquisa, foi possível perceber, entre os relatos dos participantes, um posicionamento crítico com relação à formação no ensino superior do curso de graduação em Psicologia. As críticas relacionavam-se à grade curricular dos seus cursos, demonstrando uma escassez de disciplinas que abordassem o trabalho do psicólogo em instituições públicas, especificamente no campo das políticas sociais. Compreendemos que essa crítica não está direcionada a uma instituição de ensino superior específica, mas a um debate mais amplo, relacionado com as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.

Em 1962, ano da lei que regulamentava o exercício profissional da Psicologia no Brasil, o currículo mínimo para os cursos de Psicologia foi estabelecido pelo Parecer nº 403 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 19 de dezembro de 1962 e que se manteve vigente durante mais de quarenta anos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). O currículo mínimo baseava-se na transmissão de conhecimentos organizados em um conjunto de disciplinas, não levando em consideração as especificidades socioculturais dos locais onde os cursos eram ministrados. Fruto de uma preocupação inicial de perpetuação de uma identidade profissional única de psicólogos brasileiros, o currículo mínimo buscava uma unicidade da identidade profissional dos psicólogos em todo o território nacional. Esta unicidade estava pautada no exercício profissional como base no modelo clínico tradicional e na disseminação de uma cultura profissional baseada no ideário individualista, com hipervalorização das questões intrapsíquicas (DIMENSTEIN, 2000).

Os relatos dos participantes desta pesquisa remetem à experiência de uma estrutura curricular semelhante ao currículo mínimo, com o predomínio de disciplinas ligadas à Psicologia Clínica e a ausência de disciplinas que abordassem a atuação de psicólogos em instituições públicas, nomeadamente em políticas sociais. Não havia previsão da abordagem desses temas no currículo mínimo, por todas as características já mencionadas dessa regulamentação e, também, porque a atuação de psicólogos em instituições públicas só começaria a acontecer de forma mais efetiva após a reabertura democrática do país, demarcada pela promulgação da Constituição de 1988.

Outro dado relevante é que, em termos de cronologia, todos os participantes desta pesquisa concluíram o seu curso de graduação antes de 2011, ano da republicação da nova regulamentação das diretrizes curriculares para o curso de graduação em Psicologia. Isto nos leva a inferir que o currículo baseado nas habilidades e competências, abordando uma maior multiplicidade de campos de atuação profissional da Psicologia, é posterior à formação dos participantes deste estudo.

Seguimos nossa discussão com relação aos estágios curriculares dos participantes. Eles realizaram os estágios curriculares em áreas consideradas as mais tradicionais da Psicologia: Clínica, Escolar e Organizacional. Porém, alguns deles tiveram a possibilidade de realizar estágio extracurricular em áreas que não eram previstas na grade curricular de suas instituições de ensino superior, como foi o caso do TJPE. O estágio no TJPE, de acordo com a explanação dos participantes, serviu de base de experiência para o trabalho que desenvolvem hoje na referida instituição.

Consoante com Aguirre et al. (2000), a construção da identidade profissional envolve um complexo conjunto de experiências internalizadas, que abrangem desde uma concepção de mundo e a adoção de uma escala de valores até a exteriorização em comportamentos. Essa autora enfatiza que o estágio é um importante elemento do conjunto de experiências e da internalização de valores da profissão, pois é no estágio que ocorre o primeiro contato formal do estudante de Psicologia com as práticas profissionais de psicólogos. É a partir das atividades do estágio que o estudante de Psicologia compreende como se processa o trabalho do psicólogo, alicerçando a formação da identidade profissional (AGUIRRE et al., 2000).

Na vivência do estágio, há a relação do estagiário com o seu supervisor. De acordo com Aguirre et al (2000), a função do supervisor é acolher e orientar, favorecendo o aprendizado do estudante, através da compreensão dos aspectos manifestos e latentes presentes na situação de supervisão. Nesta pesquisa, o papel do supervisor de estágio aparece com mais evidência no estágio extracurricular realizado no TJPE. A narrativa do participante enfatiza que seu estágio estava voltado para o acompanhamento da prática diária do psicólogo dentro da instituição, onde se discutia teoria e prática. Para Aguirre (2000), o supervisor de estágio pode representar um modelo idealizado de profissional, oferecendo respaldo na prática profissional e continências para as possíveis inseguranças que podem vir a surgir no estagiário.

O estágio no TJPE só foi permitido aos participantes sob a condição de ser extracurricular, já que não estava previsto nas áreas consideradas mais clássicas da Psicologia (Clínica, Organizacional e Escolar). Se considerarmos a análise de Mafra (2011), que compreende a Psicologia Jurídica como um campo de atuação recente e que possui um arcabouço teórico pouco sedimentado, podemos enquadrar o estágio do TJPE como um estágio em uma área emergente. Segundo estudo realizado por Carvalho e Sampaio (1997), os estudantes buscam esses estágios como uma forma de complementar sua formação e experimentar a realidade do mercado de trabalho.

Muitas vezes, os estudantes que realizam estágios nessas áreas ditas emergentes funcionam como canal entre a academia e o mercado de trabalho, enriquecendo o debate em sala de aula sobre as novas áreas de atuação em Psicologia e fomentando a necessidade de produções científicas sobre essas áreas. Para Carvalho e Sampaio (1997, p. 18),

[...] os estudantes que buscam estágios fora dos muros das universidades ou faculdades voltam com questões que os desafiam em sua prática e que, muitas vezes, são o ponto de partida para um projeto de pesquisa ou para a abertura de um espaço onde estas questões possam ser trabalhadas.

Ainda em relação à trajetória acadêmica, os participantes mencionaram em seus relatórios a inserção em grupos de pesquisas científicas, cuja duração compreendeu quase a graduação inteira. Os participantes significaram as suas inserções em grupos de iniciação científica como uma maneira de atuar de forma mais efetiva dentro de suas instituições de ensino superior.

A pesquisa científica é um exercício de compreensão de arcabouços teóricos pacificados no campo científico, de reflexão crítica por parte dos pesquisadores e de produção de novas teorias, condizentes com o seu contexto histórico, político, social e cultural. Para Fava-de-Moraes e Fava (2000), a iniciação científica ainda na graduação estimula o aluno a fugir das limitações impostas pelas rotinas curriculares, “deixando de somente deglutir informações e regurgitá-las nos dias das provas” (p. 74). De acordo com os autores, o pouco investimento em pesquisa científica na graduação pode provocar atitudes passivas nos estudantes, não desenvolvendo neles o senso crítico e inibindo a possibilidade de surgimento de ideias inovadoras.

Segundo um documento elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (2013), que versa sobre as diretrizes curriculares de base para os cursos de graduação em Psicologia, o exercício profissional em Psicologia não deve estar restrito à mera aplicação de técnicas aprendidas. É importante desenvolver uma postura investigativa, já que esta é constitutiva da atuação em qualquer contexto, seja no reconhecimento dos saberes e experiências dos sujeitos com quem se trabalha e das especificidades dos aspectos históricos, culturais, práticas de grupos e instituições onde se está a atuar. Sendo assim, a postura investigativa, que é uma atitude difundida nos processos de iniciação científica, pode contribuir para a superação da ideia de conhecimento universal, objetivo e neutro. A realização de pesquisa científica rompe com a compreensão de uma formação universitária baseada apenas no conhecimento transmitido e adquirido, impulsionando docentes e discentes à produção de novos saberes que dialoguem com o cotidiano e a realidade concreta.

A trajetória acadêmica contém muitos elementos que vão contribuir para a construção da identidade profissional: as disciplinas cursadas, os estágios curriculares e extracurriculares, as relações com os supervisores de estágio. Através da percepção das experiências como aluno, vai-se construindo significados para o processo de vir-a-ser psicólogo, o que acaba por refletir na constituição da identidade profissional (KRAWULSKI, 2004). Supõe-se que o período de formação no ensino superior esteja pautado em um processo de aprendizagem sistemática, reflexão e produção de novos conhecimentos. O fim da trajetória acadêmica na graduação é o que marca um período de transição do universitário para o profissional.

8.3 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COMO PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA ANTES DO TJPE

Uma vez graduados, os profissionais de Psicologia buscam sua inserção no mercado de trabalho. Para alguns, a inserção no mercado de trabalho foi adiada, pois eles procuraram, primeiro, dar continuidade à sua formação, buscando cursos de especializações. Os participantes significaram que, ao sair do curso de graduação em Psicologia, não se sentiam preparados para o ingresso no mercado de trabalho, e enxergaram os cursos de formação como instrumento de capacitação complementar para suprir as deficiências e/ou lacunas deixadas na formação acadêmica.

De forma geral, entre os profissionais de Psicologia, existe uma busca constante por aperfeiçoamento profissional de diferentes fontes – cursos, congressos, grupos de estudos, supervisões, entre outros. De acordo com Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010), a grande procura por formação continuada por parte dos psicólogos acaba por gerar um mercado de formação paralelo às instituições de ensino superior. Baseando-se nas duas grandes pesquisas realizadas sobre o perfil dos profissionais de Psicologia no Brasil, a primeira publicada em 1988 pelo Conselho Federal de Psicologia e a segunda realizada pela ANPEPP e publicada em 2010, é possível perceber que os psicólogos avaliam que existe uma distância significativa entre as aprendizagens na graduação e as demandas do exercício profissional (BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010).

Além disso, podemos perceber, nas narrativas dos participantes desta pesquisa, que a formação continuada de psicólogos é um processo que está presente na vida profissional e acontece, também, após a inserção no mercado de trabalho. Essa necessidade constante de formação continuada, em paralelo ao exercício da profissão, pode ser associada às transformações do mercado de trabalho para os profissionais de Psicologia ao longo dos últimos anos, que provocaram mudanças significativas no modelo da profissão.

A falência do modelo profissional liberal, com a criação de cargos públicos para os profissionais de Psicologia, principalmente no âmbito do bem-estar social e do atendimento das classes mais populares, estaria contribuindo para o desenho de um novo perfil da profissão (YAMAMOTO, 2007). As novas realidades que não estavam previstas nas bases curriculares dos cursos de graduação, com abordagens tradicionais centradas no indivíduo sem considerações sociais como determinantes das condutas (MELLO, 1975), impulsionam o

retorno de psicólogos à sala de aula na busca de mais subsídios para as suas práticas profissionais.

Com relação ao início do exercício da profissão, alguns participantes relataram que as suas primeiras inserções no mercado de trabalho, enquanto profissionais de Psicologia, ocorreram através do consultório. Houve participantes que se identificaram com a atuação em consultório, mas não conseguiram dar continuidade ao seu trabalho devido às dificuldades financeiras geradas pela escassez de clientes e pelos encargos financeiros com que o psicólogo costuma arcar para manter esse tipo de serviço.

A atuação em consultório privado corresponde à imagem social mais difundida dos profissionais de Psicologia no Brasil (DIMENSTEIN, 2000; FERREIRA NETO, 2011; VASCONCELOS, 2011). Todavia, Heloani Macêdo e Cassiolato (2010), ao analisar a renda dos profissionais de Psicologia por área de atuação, verificaram que a área clínica oferecia a mais baixa remuneração (de um a três salários mínimos), o que evidencia que parte importante da inserção na área clínica caracteriza-se como um trabalho precário. Os autores elencam alguns motivos que têm afastado os profissionais de Psicologia da atuação em consultório: gastos com aluguel, pagamento da supervisão dos casos clínicos e impostos necessários para a regularização do exercício profissional. Além disso, existe grande variabilidade nas taxas cobradas por consulta – especialmente nos primeiros anos de prática, nos quais, muitas vezes, os gastos para manutenção e formação complementar superam os valores cobrados por consulta.

Outra característica importante de psicólogos atuantes é que, na maior parte dos casos, eles atendem a uma clientela de classe média e alta – a qual, supostamente, pode pagar pelos serviços em Psicologia (DIMENSTEIN, 2000; FERREIRA NETO, 2011). Porém, processos de recessão econômica, com diminuição do poder aquisitivo das classes média e alta, podem gerar o esvaziamento dos consultórios de Psicologia. A exemplo disso, temos o fim do período conhecido como “milagre econômico”, com a perda do poderio econômico da classe média, que provocou recessão de demanda para a prática liberal da psicoterapia (FERREIRA NETO, 2011).

Alguns participantes informaram que iniciaram suas atividades profissionais em consultório, mas não se identificaram com este tipo de atuação. Esses participantes significaram a falta de identificação com o enquadre de profissional liberal do consultório com a atuação “solitária” do *setting* clínico, bem como a dificuldade em lidar com o sofrimento psíquico levando em consideração apenas os aspectos intrapsíquicos.

Segundo Dimenstein (2000), o profissional de Psicologia que trabalha sob os moldes do modelo clínico tradicional acaba por aderir a valores individualistas, de modo que seu saber e sua prática se voltam para a intimidade e a privacidade do indivíduo. Tal concepção acaba por excluir os determinantes sociais, que também são parte construtora da dinâmica psíquica do indivíduo. Com relação à atuação “solitária” do modelo clínico tradicional, no qual o profissional de Psicologia não divide o *setting* clínico com outro profissional, ela pode estar relacionada a questões típicas da formação aos moldes do modelo de clínica tradicional em Psicologia. Essas características vinculam-se ao modelo médico liberal, que teve papel fundamental na *práxis* do psicólogo no contexto da clínica – a começar pela própria etimologia da palavra *clínica*, que remete ao significado *à beira do leito*. Esse modelo ofertou aos profissionais de Psicologia uma espécie de poder, nomeando-os profissionais habilitados a cuidar de “doenças mentais”, como analistas da subjetividade. Na análise de Dutra (2004, p. 382),

[...] a influência que a área médica legou ao psicólogo clínico, no que respeita ao *status social*, tão evidente nessa área de atuação, constituindo-se, ainda hoje, num dos principais atrativos para aqueles que almejam uma formação clínica em Psicologia.

Houve o relato de um participante que já se identificava com a atuação dos profissionais de Psicologia no campo das políticas sociais. O participante apontou a possibilidade de atuar no contexto envolvendo as políticas públicas como uma forma de superação do modelo de atuação da clínica tradicional. Para ele, o trabalho no campo das políticas públicas, nomeadamente na assistência social, impulsionou-o a romper com práticas profissionais mais tradicionais, estimulando sua capacidade de improvisação e criatividade.

Para Vasconcelos (2011), a inserção de profissionais de Psicologia no campo das políticas sociais é vivenciada como um momento de redefinição da identidade profissional do psicólogo. Para analisar a inserção de psicólogos no campo das políticas sociais, o autor fez uma analogia com a Antropologia, no momento em que os antropólogos deixaram a segurança dos seus gabinetes e entraram em contato direto com novas culturas (p. 02):

[...] a inserção profunda em outras culturas exigida pelo trabalho de campo representa um verdadeiro ritual de passagem para o antropólogo, quando é obrigado a repensar seu próprio processo de socialização e sua própria identidade, é forçado a exercitar novas perspectivas de olhar os fenômenos sociais, étnicos e culturais, levando a um profundo enriquecimento pessoal, de sua visão de mundo, bem como obriga a própria antropologia a um processo permanente de colocar em dúvida seus próprios postulados e formas de identidade profissional.

Vasconcelos (2011) afirma que, de forma geral, psicólogos “tomam um susto” quando passam a atuar nesses campos distantes dos modelos profissionais mais idealizados e reconhecidos na cultura, pois os currículos nos cursos universitários geralmente são voltados para a Psicologia Clínica convencional, exercida nos consultórios privados. No caso do participante desta pesquisa, em seu relato, ele se refere à sua inserção no campo das políticas sociais de forma positiva, ressaltando que ela também funcionava como uma maneira de afastar-se do exercício mais tradicional da profissão – pois, apesar de ser a imagem social mais difundida do exercício profissional da Psicologia, não é unânime a identificação de psicólogos com esse modelo de atuação em consultório privado. É importante destacar também que, de acordo com a pesquisa realizada pela ANPEPP sobre o perfil do psicólogo brasileiro e publicada no ano de 2010, 40% dos participantes que eram profissionais assalariados de Psicologia trabalhavam no campo das políticas sociais (YAMAMOTO, 2012).

Alguns participantes deste estudo relataram que combinaram (ou combinam) sua atuação em mais de uma instituição pública. Esses profissionais transitam em áreas distintas, como Saúde e Educação, nas esferas municipal e estadual. Existe, na realidade nacional do exercício profissional da Psicologia, uma tendência a combinar inserções em diferentes áreas (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010). A multiplicidade de inserções em diferentes áreas de atuação pode ser um indicativo da fragilidade do mercado de trabalho e da precariedade de vínculos empregatícios ofertados aos psicólogos.

Por outro lado, na avaliação de Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010), essa capacidade que os psicólogos possuem de transitar por duas ou três áreas é mote para a introdução da discussão sobre a falta de limites nítidos entre as áreas de atuação. Esse aspecto pode ser uma consequência de uma característica da Psicologia enquanto ciência e profissão: ser uma área de dispersão de saberes, sem consenso em relação ao seu objeto, o que possibilita que o psicólogo tenha várias inserções profissionais em diferentes campos de atuação.

8.4 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COMO PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TJPE

Foi possível perceber que, até o momento, esta identidade profissional já estava sendo construída, desde a tomada de decisão pela graduação em Psicologia, passando pela vivência acadêmica e pelas primeiras inserções no mercado de trabalho como profissionais de Psicologia.

Na seção anterior, discutimos as trajetórias profissionais dos participantes da pesquisa em um sentido mais amplo, de caminhos por eles percorridos enquanto profissionais de Psicologia. Como apontado por Gondim et al. (2010), a identidade profissional oferece uma coesão que é compartilhada por todo o grupo, independentemente da área de atuação, e que permite que seus membros se diferenciem das outras categorias de profissionais. Porém, a identidade profissional dos psicólogos também se constrói nas diferentes inserções influenciadas pelo contexto sócio-histórico. Por exemplo, a identidade profissional do psicólogo que atua no âmbito escolar apresentará aspectos diferentes da identidade profissional do psicólogo organizacional ou do psicólogo jurídico.

Portanto, nesta seção que se inicia, iremos discutir os resultados que fazem referência ao enquadre institucional do TJPE, onde os profissionais de Psicologia passam a ser servidores públicos, ocupantes da função de analistas judiciários da referida instituição, atuando na Justiça da Infância e Juventude e lotados no município do Recife. Percebemos que as especificidades desse campo institucional provocam novas exigências à atuação de psicólogos, acabando por contribuir para a redefinição da identidade profissional.

A primeira especificidade referente à atuação no TJPE que aparece nos relatos dos participantes da pesquisa diz respeito à motivação de atuar no tribunal. Todos os participantes deste estudo afirmaram ter sido a questão financeira o maior atrativo para o investimento no concurso do tribunal. A questão financeira também veio associada a uma carga horária que os participantes qualificaram como reduzida (30 horas semanais) e à possibilidade de estarem a atuar como psicólogos.

Como já foi discutido na seção anterior, a marca do exercício profissional em Psicologia é a diversidade de áreas de inserção profissional, o que revela certa precariedade no mercado de trabalho para psicólogos. Todavia, o setor público é o maior empregador para a categoria profissional, representando 40,03% dos profissionais assalariados; os outros 60% estão distribuídos entre empresas privadas e organizações sem fins lucrativos (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010). Ademais, o setor público apresenta maior percentual de profissionais de Psicologia que ganham acima de 15 salários mínimos, se comparados à maioria nacional (60,8%) de psicólogos que possuem um rendimento de no máximo nove salários mínimos (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010). De forma geral, a realidade da inserção de psicólogos no setor público parece revelar vantagens em termos financeiros para os profissionais da categoria, pois é onde se encontra o maior número de profissionais empregados, além de apresentar a parcela de psicólogos com melhores rendimentos financeiros.

Segundo seus relatos, os participantes viram a atuação no TJPE como uma possibilidade de ser bem remunerados trabalhando como psicólogos. Isto, mais uma vez, revela a fragilidade do mercado de trabalho para os profissionais de Psicologia, cujos baixos salários fazem com que os profissionais procurem outros campos de trabalho fora da área. Yamamoto (2012) aponta um descompasso entre o número de profissionais graduados em Psicologia e o número de inscritos no Sistema de Conselhos; cerca de 65% dos formandos adquirem as condições legais para o exercício da profissão. Ou seja, cerca de 1/3 dos formados em Psicologia não chegam a entrar no mercado de trabalho, lançando mão de outros tipos de inserção, como explicam os dados abaixo (HELOANI; MACÊDO; CASSIOLATO, 2010, p. 112):

[...] dos psicólogos inscritos nos Conselhos Regionais de Psicologia. Aproximadamente 2/3 (62,1%) dos psicólogos atuam exclusivamente no campo da Psicologia, o que configura um tipo de inserção pleno na profissão. O restante dos participantes apresenta algum tipo de inserção que revela alguma precariedade. Dos psicólogos, 22,1% combinam a atuação em Psicologia com alguma atividade de trabalho fora da profissão; 9,1%, embora tendo graduação em Psicologia, atuam fora do campo; 5,2% estão desempregados, embora já tenha trabalhado como psicólogo; e, finalmente, há um pequeno grupo de profissionais (1,4%) que nunca chegou a atuar na profissão, apesar de graduado e inscrito nos Conselhos Regionais.

Outro aspecto marcante na fala dos participantes desta pesquisa foi a relação com os juízes. De forma geral, os participantes refletiram sobre a vinculação com os juízes: como estes são gestores do trabalho dos psicólogos e dos profissionais que compõem as equipes interprofissionais, o trabalho que se inicia com a demanda do juiz é o trabalho de assessoria aos magistrados. Como já foi mencionado nesta pesquisa, a atuação dos profissionais de Psicologia na Justiça da Infância e Juventude está prevista nos artigos 150 e 151, que versam sobre a existência de uma equipe interprofissional:

Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

De acordo com os artigos acima, essa suposta função de subordinação imediata à autoridade jurídica tem sido representada pela figura dos juízes, os quais, além da função judicante, acumulam a função de gestores das equipes interprofissionais, sendo esta uma organização muito comum dentro dos tribunais de justiça brasileiros (COIMBRA, 2004). São

os juízes que gerem as equipes interprofissionais das quais os psicólogos fazem parte. São os juízes que decidem em quais processos a equipe deve atuar e, ainda, deliberam questões administrativas: férias, afastamentos, remanejamento de profissionais, entre outros aspectos.

Essa relação hierárquica no sistema judiciário nos leva a pensar sobre o lugar que a Psicologia ocupa no âmbito jurídico. Para França (2004), existe um risco quando a Psicologia Jurídica é colocada tão somente para atender em resposta à demanda jurídica. Essa divisão hierárquica, em que a Psicologia fica subordinada ao campo do Direito, pode provocar uma relação de subserviência de saberes. Neste sentido, França (2004) avaliou que a Psicologia deve se posicionar criticamente, como ciência autônoma que “produz conhecimento que se relaciona com o campo do Direito”. Portanto, há um diálogo, uma interface, da mesma maneira que existe o diálogo do Direito com outros saberes como a Sociologia ou a Medicina.

Outra questão levantada pelos participantes, que também reflete a relação entre os profissionais de Psicologia e os juízes, foi a compreensão que o juiz tem a respeito do trabalho do psicólogo/equipe interprofissional. Alguns participantes declararam que, de forma geral, os juízes valorizam a opinião técnica não apenas dos psicólogos, mas dos outros profissionais da equipe interprofissional, como assistentes sociais e pedagogos.

Estudos como os de Coimbra (2004), Coimbra et al (2005) e Pelisoli e Dell’Aglío (2014) revelam que, na maioria dos casos, os juízes acatam os relatórios produzidos pelas equipes interprofissionais. Nomeadamente, a pesquisa de Pelisoli e Dell’Aglío (2014), em que foram entrevistados profissionais do sistema judiciário do Rio de Janeiro, entre eles cinco juízes, concluiu que os magistrados recorrem à opinião técnica de psicólogos por considerar que existem limitações na área jurídica para lidar com determinadas questões, principalmente no âmbito da Infância e Juventude. Pelisoli e Dell’Aglío (2014) encontraram, nos relatos dos juízes do judiciário do Rio de Janeiro, cinco motivos que mobilizam os magistrados a enviar processos para a análise de psicólogos: 1) a relação de confiança que os psicólogos conseguem estabelecer com os usuários, sendo um diferencial dentro das abordagens realizadas no sistema judiciário; 2) as próprias especificidades relativas ao desenvolvimento da criança e do adolescente, que requerem conhecimentos específicos, que muitas vezes a formação na área do Direito não é capaz de fornecer – e a Psicologia, por se debruçar sobre o desenvolvimento, mostra-se capaz de lidar com as especificidades dessa população. Alguns juízes também referiram que lidar com processos relacionados à Infância e Juventude implica a necessidade de uma abordagem interdisciplinar; 3) outros juízes atribuem aos profissionais de Psicologia a capacidade de apurar os fatos, através da escuta de crianças e adolescentes, sem causar maiores danos – e, ainda, verificar se aquilo que se diz é verdade ou faz parte de uma história inventada; 4) os juízes

creditam aos psicólogos a função de proteção de crianças e adolescentes, pois acreditam que esses profissionais estão mais aptos a identificar situações de maus-tratos e necessidade de acompanhamento na rede de saúde, ou de sugerir outros encaminhamentos; 5) os juízes compreendem que os documentos produzidos por psicólogos são uma forma de prova documental e pericial, também passível de se tornar prova testemunhal, através dos relatos conseguidos pelos psicólogos em atendimento.

Pode-se apontar o fato de estar institucionalizado e sob a gestão de um juiz como o primeiro elemento que se diferencia da identidade profissional mais difundida dos profissionais de Psicologia – modelo de atuação liberal em consultório privado. Neste modelo, os psicólogos trabalham de forma autônoma, não estando sob a gerência de nenhuma instituição, nem submetidos a um superior hierárquico, como é o caso do juiz no sistema judiciário.

Além da exigência do ECA com relação à existência de equipes interprofissionais que assessorem os juízes no âmbito da Infância e Juventude, é possível perceber, no retorno à literatura, uma espécie de reconhecimento, por parte dos magistrados, dos limites impostos pela sua formação e pelo próprio arcabouço teórico do campo do Direito. Além do reconhecimento dos limites do campo jurídico, há a construção de uma série de representações dos magistrados com relação ao trabalho de psicólogos inseridos nas equipes interprofissionais.

Contudo, para além da credibilidade atribuída por alguns juízes à expressão da opinião técnica dos profissionais de Psicologia, existiram, entre os participantes da pesquisa, relatos de que alguns magistrados preferem não levar em consideração a opinião de psicólogos. Esses juízes deixam-se guiar pelas suas próprias convicções. Neste sentido, Foucault (2014[1974]) analisa um dos princípios do ordenamento do Direito Ocidental, conhecido como o princípio da convicção íntima, que confere certo poder aos juízes nos sistemas de Justiça.

O princípio da convicção íntima, entre outros aspectos, consiste em atribuir ao juiz, sujeito supostamente neutro e universal, o poder de validar provas (FOUCAULT, 2014[1974]). No poder disciplinar, certos tipos de provas têm em si efeitos de poder e valores demonstrativos em função dos sujeitos que as produzem. São exemplos disso os relatórios da polícia, os laudos dos psiquiatras, os laudos dos psicólogos, entre outros. Essas provas são os relatórios dos peritos, como mencionou Foucault (2014[1974], p. 11):

[...] na medida em que o estatuto de perito confere aos que pronunciam um valor de cientificidade, ou antes, um estatuto de cientificidade – goza, com relação a qualquer outro elemento da demonstração judiciária, de certo privilégio. Não são provas legais no sentido em que o direito clássico as entendia no fim do século XVIII, mas são enunciados judiciários privilegiados que comportam presunções estatutárias de verdade, pretensões que lhe são inerentes, em função dos que as enunciam. Em suma,

são enunciados com efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de supralegalidade de certos enunciados na produção de verdade jurídica.

Porém, na mesma proporção em que o princípio da convicção íntima oferece aos magistrados a possibilidade de consultar uma opinião técnica de outras áreas do conhecimento, os princípios de neutralidade e universalidade conferem ao juiz autonomia para levar ou não em consideração a prova produzida pelo especialista (FOUCAULT, 2014 [1974]).

A instituição da Justiça, da forma como ela se constituiu e como o poder circula dentro dela, precisa do assessoramento da Psicologia e de outros campos de saberes para validar a produção de verdades. Alguns estudos também revelam algumas fragilidades na própria formação dos juízes para lidar com temáticas relacionadas à infância e à juventude, mostrando que eles consideram componentes das equipes interprofissionais, entre eles os psicólogos, para fazer a mediação entre a população assistida e o seu trabalho judicante. Diante deste cenário, a relação entre os juízes e os psicólogos remete à questão da identidade e diferença (WOODWARD, 2004), em que ambos tentam afirmar a sua identidade e, ao mesmo tempo, deixam-se irrigar conjuntamente no seu saber-fazer, engendrando novas formas identitárias.

Outro aspecto relevante mencionado pelos participantes da pesquisa foi a atuação em equipes interprofissionais. Os psicólogos da Infância e Juventude do TJPE estão inseridos em equipes interprofissionais compostas, também, por assistentes sociais e pedagogos. De maneira geral, os participantes relataram de forma positiva o fato de estar inseridos em equipes com profissionais de diferentes áreas, pois isso possibilitava a troca de conhecimento entre os diferentes campos profissionais, bem como a garantia do melhor atendimento aos usuários.

De acordo com Vasconcelos (2011), a questão das equipes interprofissionais está relacionada ao princípio da interdisciplinaridade. Para Vasconcelos, a interdisciplinaridade é uma tentativa de superação das consequências da especialização e da fragmentação das diversas áreas de conhecimento, das competências profissionais e das técnicas de intervenção. Espera-se que, na formação de equipes interprofissionais, estas atuem na transversalidade dos temas, abordando-os nas suas questões econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais, relacionais, psicológicas e de gênero. Trabalhar numa perspectiva interdisciplinar, no âmbito da Justiça da Infância e Juventude, é assumir a complexidade e a multidimensionalidade da vida de crianças, de adolescentes e de suas redes sociais – família, escola, comunidades, entre outros.

Ainda com relação à inserção em equipes interprofissionais, os participantes deste estudo relataram haver uma tendência de delimitação do espaço de psicólogos dentro das equipes, no sentido de resguardar as especificidades do campo profissional. Gondim et al. (2010) refere-se a essa tentativa de demarcação do território como uma forma de defesa da

identidade profissional. Delimitar que tipo de intervenção é do psicólogo ou do assistente social reflete uma necessidade de manter-se coeso a determinada categoria profissional, diferenciando-se das demais categorias. Entretanto, o referido autor alerta para a necessidade de reflexão sobre o quanto o fortalecimento da identidade profissional acirra a disputa entre grupos afins que, a princípio, deveriam cooperar e não rivalizar uns com os outros, já que ambos se debruçam sobre um único objeto – no caso desta pesquisa, a Justiça da Infância e Juventude.

Para Mafra (2011), o conhecimento especializado que se constrói na interface com outros campos do conhecimento desafia o profissional a revisitar sua formação e remodelar sua identidade. O trabalho dos psicólogos nessas equipes interprofissionais lança o desafio da convivência com o outro, com o diferente, que pode trazer conflitos, mas também uma possibilidade de inovação do diálogo, por exigir uma postura “inter”. É possível que o diálogo e a cooperação entre esses profissionais estejam em um horizonte idealizado, mas que pode ser perseguido no compartilhamento diário de campos de saberes e práticas profissionais.

Foi possível perceber, no relato dos participantes, a existência de uma articulação das equipes interprofissionais com outras agências do setor público. Isto é uma exigência estabelecida pelo ECA: que as instituições de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes não atuem de forma isolada, mas em rede (ALBERTO et al., 2009). Neste sentido, psicólogos da Justiça da Infância e Juventude fazem encaminhamentos para redes de assistência social como o CRAS e o CREAS, órgãos da Educação, entre outros. Esse tipo de atividade, que não se limita à assessoria dos juízes ou à produção de documentos, nos faz inferir a existência de uma noção de intersetorialidade, que faz parte da rotina dos psicólogos e dos outros profissionais que compõem as equipes interprofissionais. Some-se a isso a noção de que as realidades representadas nos autos dos processos judiciais, muitas vezes, necessitam de um tipo de intervenção mais ampla, com a articulação de outras instituições públicas. Desta forma, o conceito de intersetorialidade, segundo Vasconcelos (2011, p. 05),

[...] significa fazer todos os esforços na direção de criticar e ir superando a atual fragmentação administrativa, institucional e financeira, a descontinuidade, a superposição e competição entre agências no setor público, buscando articular interesses comuns, o estabelecimento de responsabilidades compartilhadas por determinadas linhas de atuação e de ação concreta integrada. Assim, programas dirigidos a situações de vulnerabilidade social implicam necessariamente ações multidimensionais integradas nas áreas de infra-estrutura urbana, transporte, saúde, educação, trabalho e renda, assistência social, cultura, etc.

Os participantes do estudo avaliaram que o principal instrumento do seu trabalho no Judiciário é a escuta clínica. Segundo os relatos, a partir dessa escuta clínica, psicólogos

conseguem entrar em contato com as pessoas atendidas – crianças, adolescentes, familiares. Sendo assim, os profissionais em Psicologia conseguem ter acesso às dinâmicas familiares e às relações de afeto; a partir daí, extraem subsídios para a construção dos relatórios que irão subsidiar as decisões dos juízes. De acordo com Lima e Nunes (2006, p. 299), a escuta é considerada a principal ferramenta de atuação e de diferenciação das práticas dos psicólogos e dos outros profissionais *psi*. Uma vez atribuída à Psicologia a função de acesso às subjetividades, a escuta clínica ganha contornos privilegiados nas práticas profissionais de psicólogos. A escuta é compreendida como aquela que permitirá aos profissionais de Psicologia o acesso a suas histórias de vida, seus conflitos, seus afetos, que estão assentados em um modelo de cultura e identidade profissional voltado para a atenção individual. De acordo com Lima e Nunes (2006, p. 2009),

À escuta são atribuídos um caráter refinado, uma certa curiosidade desvelada em um estado de permanente atenção requintada por parte do psicólogo, além de uma ação de alerta e de interesse sobre a fala significativa, que reconstrói a história dos sujeitos, revelada a partir de seus sentimentos, emoções, desejos e conflitos.

Mafra (2011), que realizou um estudo sobre a representação social do trabalho de psicólogos do TJPE, encontrou resultado semelhante com relação à utilização da escuta clínica nas práticas profissionais de psicólogos do tribunal. A autora refletiu que o campo jurídico, por se constituir como uma área relativamente recente de atuação para o psicólogo, leva-o a buscar utilizar modelos teóricos mais tradicionais da Psicologia, anteriormente aprendidos, que são adaptados às especificidades e exigências do âmbito jurídico, fazendo “do novo algo assimilável e compreensível” (p. 105). Por outro lado, Mafra (2011) também assinalou que alguns profissionais de Psicologia do TJPE utilizavam a escuta clínica como instrumento de prática profissional, com o intuito de assegurar um espaço de fala na instituição para o sujeito atendido. Neste sentido, a atuação dos psicólogos na Justiça da Infância e Juventude se configuraria como um tipo de intervenção voltado tanto às questões institucionais quanto aos sujeitos atendidos.

Ainda em relação à escuta clínica, Vasconcelos (2017), ao pesquisar sobre as representações profissionais de psicólogos que atuam no NASF, concluiu que a escuta também era considerada pelos profissionais como a principal ferramenta que diferenciava a atuação do psicólogo da dos profissionais de outras categorias. Neste sentido, a escuta clínica atravessa contextos de diferentes inserções profissionais de psicólogos e é representada como marcador de coesão de grupo profissional. Essa coesão intergrupo, com marcação das diferenças entre grupos, foi denominada por Gondim (et al., 2010) de identidade homogênea. Para o autor, é

esta identidade homogênea da profissão que possibilita identificar um psicólogo, um médico ou um engenheiro, independente da sua área de atuação. São características, habilidades, valores, crenças preservadas por toda uma categoria profissional, que acabam por se tornar transversais às áreas de atuação.

Nesse contexto, é importante refletir sobre em que medida as práticas baseadas em teorias clássicas aplicadas ao contexto público estão, ainda, relacionadas à lógica clássica do modelo privatista de atuação, no qual a disseminação de ideais individualizantes provoca uma forma hegemônica de concepção de subjetividade, no campo *psi*, na medida em que descontextualiza e universaliza a subjetividade em um único modelo, como problematizou Dimenstein (2000). Ou, apesar do aporte de modelos teóricos mais tradicionais, como a Clínica, que carrega as questões históricas e sociais do seu tempo, está sendo colocada de forma aberta às novas formas de subjetivação e promoção da dignidade humana, visando à autonomia dos sujeitos e da coletividade.

A relação com o sujeito assistido pelos profissionais de Psicologia – a quem, neste estudo, chamamos de “usuários dos serviços” –, na Justiça da Infância e Juventude, esteve presente nos relatos dos participantes. Os psicólogos identificaram seus usuários – crianças, adolescentes e suas famílias. As crianças, adolescentes e familiares atendidos por psicólogos na Justiça da Infância e Juventude, em sua maioria, fazem parte das camadas socialmente mais vulneráveis, oprimidas pelos regimes de desigualdade e submetidas a condições de miserabilidade. São pessoas que, muitas vezes, não têm satisfeitas suas necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde e educação – ou seja, são clientes da ordem do impensável no modelo hegemônico de clínica tradicional.

A Justiça da Infância e Juventude atua em situações de violação dos direitos básicos de crianças e adolescentes, em medidas de proteção concebidas pelo ECA (Art. 98) e medidas socioeducativas que devem ser aplicadas ao adolescente que comete atos infracionais (Art. 112). O ECA não faz nenhuma discriminação de classe social, já que preconiza a proteção integral de qualquer criança e adolescente. Porém, diante das desigualdades sociais do nosso país, que fazem com que nossa sociedade seja dividida por classes sociais, as crianças e os adolescentes de classes socialmente mais vulneráveis são os que ficam mais sujeitos à violação dos seus direitos. Na análise de Alberto (et al., 2008), as classes sociais mais vulneráveis são as mais demandantes de políticas públicas, enquanto as outras teriam outra retaguarda. Na falta de políticas públicas eficientes que garantam o acesso aos direitos básicos da infância e juventude, o sistema judiciário funciona como a última instância a quem se recorre para a efetivação do acesso aos direitos fundamentais.

Nesta pesquisa, os participantes afirmaram que a sua atuação está voltada para os usuários dos seus serviços. Eles explicaram que, apesar de a convocação do sistema judiciário ser feita no sentido de assessoria aos juízes por meio do fornecimento de posicionamento teórico e técnico especializado, os profissionais de Psicologia declararam assumir uma postura mais interventiva, direcionando sua atuação com o compromisso ético voltado para os usuários dos seus serviços.

O voltar-se para o outro no sentido de acolhê-lo, de abrir espaço para a escuta do usuário e do compromisso ético com o sujeito atendido, está previsto como uma das atribuições dos especialistas em Psicologia Jurídica, presente na resolução 13/2007 do CFP. Esta resolução especifica que psicólogos que atuam em contexto jurídico devem levar em consideração a análise das leis e tratar da orientação do dado psicológico não apenas à instituição, mas ao sujeito atendido.

Fortunato Costa (et al, 2009) se debruça sobre a importância de escutar as narrativas das histórias de vida das pessoas assistidas pelos profissionais de Psicologia no sistema judiciário, o que deslocaria a posição investigativa dos psicólogos dos fatos reais para o lugar de compreensão das dinâmicas psíquicas dos atores envolvidos em um processo. Este posicionamento é passível de provocar uma ruptura epistemológica, no sentido de não apenas ir em busca da produção de verdades, mas também trabalhar na possibilidade de envolver os sujeitos dos conflitos judiciais e levá-los a criar novos sentidos acerca do material narrativo que foi apresentado. Para o autor, o trabalho do psicólogo no Judiciário estaria voltado ao cuidado e à cidadania das pessoas e não, propriamente, à regulação das relações entre os cidadãos.

Segundo Martín-Baró (1996), a Psicologia precisa de uma identidade una, que a qualifique socialmente e não a deixe ficar alheia ao social. Assim, o trabalho do psicólogo é definido em função das circunstâncias concretas da população a quem ele atende. Para Martín-Baró, o psicólogo precisa direcionar o seu trabalho no sentido de transformar as condições opressivas do seu contexto social, através do processo de conscientização, e assumir a perspectiva das maiorias populares, acompanhando-as no seu caminho histórico em direção à libertação. Por muitos anos, a Psicologia serviu como mantenedora da ordem social imposta por pequenas oligarquias que detinham a maior parte do capital, baseando-se na ideologia das camadas mais abastadas e buscando a mudança do indivíduo de modo a preservar a ordem social.

8.5 MUDANÇA DE PARADIGMA – DO INDIVIDUAL PARA O SOCIAL

Foi possível perceber, nos relatos dos participantes, uma concepção de sujeito que se afasta dos paradigmas difundidos pelo modelo clínico tradicional – particular, individualista, dotado de uma interioridade singular – que acabavam por definir a identidade profissional do psicólogo. Percebeu-se nos participantes uma tentativa de compreender o sujeito de maneira multifatorial, levando em consideração as questões históricas e sociais em que os indivíduos transformam a sociedade e, ao mesmo tempo, são transformados por ela.

Como já foi amplamente discutido neste trabalho, a formação do psicólogo, que, por muito tempo, foi calcada no modelo clínico tradicional e sustentada por teorias que tinham o foco voltado para a descrição e o tratamento de comportamentos patológicos, contribuiu para a consolidação da identidade do psicólogo marcada por um caráter exclusivamente terapêutico. Isso dificultava a construção de outros tipos de identidades, que pudessem atender a diferentes situações, como as institucionais e as comunitárias (MAZER; MELO-SILVA, 2010).

Porém, no Brasil, desde a década de 1980, psicólogos têm sido chamados a ocupar novos espaços e a desenvolver novas atividades que eram pouco frequentes. Segundo Gondim (et al., 2010), as novas demandas impostas pelas condições sociais e históricas, que também influenciam o mercado de trabalho, estão a construir novas identidades para psicólogos, mais sensíveis à responsabilidade social e em assegurar o bem-estar de coletividades. Segundo Bock (1999a), esse processo corresponde à construção de uma identidade profissional de psicólogos que dá ênfase ao compromisso social da profissão.

Essa mudança de paradigma de concepção de sujeito vem acompanhando os novos delineamentos da identidade profissional dos psicólogos. Bock (1999a) afirma que é importante considerar que a identidade se encontra em constante movimento e metamorfose, acompanhando as transformações da realidade; essa mudança de paradigma pode ser a mola propulsora para a construção de intervenções mais críticas em Psicologia, visando ao compromisso com as necessidades da maioria da população.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se propôs a investigar a identidade profissional de psicólogos atuantes na Justiça da Infância e Juventude do TJPE, partindo dos objetivos específicos: identificar como se deu a escolha profissional pela área da Psicologia, a trajetória acadêmica e profissional dos psicólogos participantes; compreender os elementos que contribuem para a constituição da identidade profissional dos psicólogos participantes; e analisar convergências e divergências entre a identidade profissional dos psicólogos participantes e a representação predominantemente identificada com o modelo clínico tradicional.

No tocante à escolha da Psicologia como profissão, de forma geral, os participantes escolheram cursar Psicologia na adolescência, no final do ensino médio, impulsionados pelas provas de acesso ao ensino superior. De acordo com Mazer e Melo-Silva (2010), o processo de construção da identidade profissional começa a ser concebido quando se desperta o interesse de ter a Psicologia como profissão, por meio das primeiras identificações com o exercício profissional.

Sobre a formação acadêmica, os participantes posicionaram-se de forma crítica em relação à grade curricular, cujas disciplinas são muito voltadas ao modelo de atuação em clínica tradicional, havendo poucas disciplinas relacionadas à interface da Psicologia com políticas sociais e formas de atuações em instituições públicas. É importante levar em consideração que todos os profissionais participantes deste estudo se formaram antes de 2011, ano da republicação das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ao longo de mais de 40 anos de profissão, a formação em Psicologia no Brasil teve uma tradição curricular que compreendia os saberes como produção definida e, por vezes, definitiva, hipervalorizando teorias que, muitas vezes, eram aplicadas de forma descontextualizada da realidade (FERREIRA NETO, 2011). Além disso, o “currículo mínimo”, como era conhecida a anterior grade curricular, buscava a hegemonia entre os diferentes construtos teóricos dentro do campo da clínica.

Ainda no âmbito da trajetória acadêmica, a maior parte dos participantes teve que realizar o estágio curricular na clínica-escola da instituição de ensino superior onde cursava a graduação. Neste sentido, os estágios curriculares só eram permitidos nas áreas mais tradicionais da Psicologia, como Clínica, Organizacional e Escolar. Ainda assim, alguns até conseguiram realizar estágios extracurriculares em outras áreas de atuação – entre elas a própria Psicologia Jurídica, nomeadamente no TJPE, tida, na época, como uma área emergente.

Essa supremacia do modelo clínico tradicional na formação que abarcava os fundamentos do curso de graduação e os estágios profissionais, com reflexos no próprio exercício profissional, baseava-se na proposta curricular de 1962, ano de regulamentação da Psicologia como profissão. Esse modelo curricular faz parte da cultura profissional da Psicologia, baseada no modelo hegemônico de subjetividade, de um sujeito psicológico determinado apenas pelas questões intrapsíquicas, determinante da preferência da atuação do psicólogo no âmbito privado – a qual, por sua vez, ganha reforço na formação universitária (DIMENSTEIN, 2000), descontextualizada das questões históricas e sociais.

Na esfera das primeiras inserções no mercado de trabalho como profissionais de Psicologia, percebeu-se a inclinação, no início da carreira, para o exercício da profissão nos moldes da clínica tradicional: como profissionais liberais autônomos. Alguns participantes relataram experiências de insucesso com relação a esse tipo de atuação, devido aos altos custos para manter o consultório e aos altos investimentos que a formação continuada nos moldes da clínica tradicional exige. Segundo Naffah Neto (1984), a clínica é o sonho de muitos estudantes, antes mesmo de adentrar no curso de Psicologia. Para o autor, de fato, a clínica atrai os estudantes e profissionais em Psicologia como uma fantasia de algo importante e misterioso.

Essa imagem do psicólogo nos moldes do exercício da clínica tradicional é fruto de uma conjuntura histórica difundida durante a ditadura militar no Brasil. Com o crescimento da economia brasileira no período que ficou conhecido como “milagre econômico” (1968-1973), as classes média e alta passaram por processos de subjetivação típicos de sociedades industriais, com a alta valorização da interioridade subjetiva, tornando-as ávidas consumidoras dos serviços psicológicos (DIMENSTEIN, 2000; FERREIRA NETO, 2011; VASCONCELOS, 2011). Isso contribuiu para a disseminação de uma imagem social do profissional de Psicologia como profissional liberal, recebedor dessa clientela que podia pagar pelos seus honorários.

Por outro lado, ainda quanto às inserções profissionais dos participantes antes do TJPE, já existia, em alguns deles, o interesse na atuação dos psicólogos no campo das políticas sociais; alguns até mesmo chegaram a trabalhar neste âmbito. O campo das políticas sociais se abre de forma mais efetiva a partir da promulgação da Constituição de 1988, quando são criados vários cargos nas chamadas áreas sociais, nomeadamente na saúde pública (SUS), no Sistema único de Assistência Social (SUAS) e nos trabalhos junto à infância e à juventude (FERREIRA NETO, 2011). Em paralelo, os consultórios de Psicologia eram esvaziados pelas classes média e alta, com o arrefecimento da economia nacional marcado pelo fim do “milagre econômico” no final da década de 1970.

As inserções profissionais no âmbito público configuraram-se como um novo mercado de trabalho a se descortinar para os profissionais de Psicologia. Segundo Vasconcelos (2011), a inserção de psicólogos na interface com as políticas públicas se configura como um momento de redefinição da identidade profissional, no qual os psicólogos precisarão repensar as formas de socialização e os postulados da profissão.

Acerca da atuação profissional na Justiça da Infância e Juventude do TJPE, foram encontrados vários elementos que contribuem para a construção da identidade profissional dos participantes, sendo eles: motivação para trabalhar no TJPE; relação com o juiz; inserção em equipe interprofissional; rotina de trabalho; relação com o usuário; e escuta do psicólogo no Judiciário.

Entre os participantes da pesquisa, foi unânime a menção da parte financeira como o principal fator para estarem no TJPE. A motivação financeira para estar inserido no TJPE corrobora os dados da pesquisa de Heloani, Macêdo e Cassioloto (2010), segundo a qual está no setor público a maior concentração de profissionais com os maiores rendimentos da profissão – cerca de 15 salários mínimos. A estabilidade financeira, os regimes estatutários e a presença de planos de cargos e carreiras são atrativos para os profissionais de Psicologia. Segundo os referidos autores, o acúmulo de várias atividades profissionais é uma marca da profissão, e acaba por revelar a fragilidade do mercado em Psicologia, vista a necessidade de se acumular vários vínculos profissionais.

A relação com o juiz foi outro indicativo na constituição da identidade profissional dos participantes do estudo. Os juízes são os gestores dos psicólogos e dos demais componentes das equipes interprofissionais (assistentes sociais e pedagogos). Esta divisão hierárquica está prevista no ECA, nos Artigos 150 e 151. Dentro desta relação, os psicólogos oferecem, através de documentos escritos, opiniões técnicas que subsidiam as decisões dos magistrados. Além disso, são os juízes que selecionam os processos onde os psicólogos e demais componentes da equipe técnica irão atuar. Sendo assim, a atuação dos psicólogos e demais componentes da equipe interprofissional se inicia com a demanda feita pelo juiz. Como concluíram os participantes, os profissionais de Psicologia gozam de autonomia técnica dentro da instituição judiciária, emitindo sua opinião em relatórios endereçados aos juízes; porém, o trabalho do psicólogo no Judiciário só se inicia com a comanda de um juiz.

Com relação à atuação dos psicólogos dentro das equipes interprofissionais, esse aspecto foi abordado pelos participantes de forma positiva, no sentido de que eles conseguiam mais segurança na atuação dos casos mais complexos, graças à oportunidade de compartilhar dúvidas e conhecimentos com os profissionais dos outros campos do saber. Em suma, os

participantes relataram que o contato com as outras categorias profissionais gera uma troca de saberes necessária à complexidade de atuações de casos na Justiça. Vasconcelos (2011) analisa que um dos efeitos da atuação dos psicólogos em equipes interprofissionais é o “aprender a aprender” com a nova realidade e com os profissionais de outras áreas, permitindo-se a ousadia de experimentar novas práticas que julgam mais adequadas ao novo contexto e, assim, flexibilizando a identidade profissional aprendida no passado.

Por outro lado, a atuação dentro das equipes interprofissionais revela uma preocupação dos participantes em relação à preservação do espaço do saber-fazer da Psicologia dentro destas equipes. Segundo Gondim et al. (2010), essa necessidade de demarcação dos campos de saber é uma tentativa de manutenção de uma coesão interna daquilo que se identifica como pertencente à categoria profissional dos psicólogos. Ainda segundo o autor, o excesso de demarcação de fronteiras entre grupos profissionais, como tentativa de preservação da identidade profissional, pode ser um risco, pois diminui o ritmo de cooperação entre áreas afins.

A rotina de trabalho dos psicólogos dentro das equipes interprofissionais está pautada na produção de documentos que subsidiarão as decisões dos juízes, além de reuniões com as equipes, estudos de casos, intervenções domiciliares e institucionais. O trabalho dos psicólogos dentro dessas equipes não se limita à atuação de “gabinete”; ele vai a campo, para as comunidades dos usuários dos serviços da Justiça da Infância e Juventude. Além disso, existe uma tendência ao trabalho numa perspectiva intersetorial, através de parcerias e contatos com outras instituições públicas – a exemplo, na assistência social, dos CRAS e CREAS.

Com relação aos usuários dos serviços, os participantes informaram que, na maioria dos casos, são pessoas das classes mais populares que chegam à Justiça da Infância e Juventude, por não conseguir acesso a direitos básicos. Dimenstein (2000) faz um alerta para a diferença entre as formas de subjetivação das classes média e alta e das classes populares. Enquanto as classes média e alta possuem formas de subjetivação baseadas no modelo individualista que, por muito tempo, definiu a cultura e a identidade profissional da Psicologia, as classes mais populares possuem formas de subjetivação baseadas em ideários de coletividade, em redes de reciprocidade e solidariedade que condicionam as existências individuais.

Ainda em relação aos usuários, foi possível perceber na fala dos participantes que, apesar de a comanda do Judiciário para o trabalho do psicólogo na Justiça da Infância e Juventude estar voltada à assessoria aos magistrados, os psicólogos revelam a existência de um compromisso ético com as pessoas que eles assistem. Essa postura dos participantes da pesquisa corrobora a ideia de Martín-Baró (1996) de que o trabalho do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a quem ele deve atender. Neste sentido, a

atuação do psicólogo estaria voltada para ações transformadoras das condições opressoras do contexto social e histórico. A instituição judiciária, de forma geral, é um lugar que lida com o sofrimento, e as pessoas atendidas nessa instituição depositam nela a expectativa de expressão e alívio desse sofrimento (MIRANDA JÚNIOR, 1998).

Os participantes deste estudo avaliaram que o seu principal instrumento de trabalho é a escuta clínica. Eles avaliaram que é a partir da escuta clínica que conseguem entrar em contato com os usuários. Segundo Lima e Nunes (2006), a escuta é considerada o instrumento que diferencia os psicólogos dos outros profissionais, compreendida como principal via de acesso às histórias de vida, afetos e conflitos dos indivíduos. Adiante, Lima e Nunes avaliam que a escuta clínica está pautada em um modelo de cultura e identidade profissional do psicólogo baseado no atendimento individual. Neste sentido, a escuta clínica é uma espécie de endosso à cultura profissional mais disseminada entre os psicólogos, com base no modelo de práticas individualistas. Por outro lado, a escuta clínica também foi referenciada como um espaço de garantia de fala dos sujeitos e elaboração dos conflitos no sistema judiciário (MAFRA, 2011), o que retiraria a condição dos psicólogos de uma atividade apenas pericial, sendo superada em prol de um posicionamento socialmente contextualizado, ético e de cuidado para com o usuário.

Por fim, os participantes demonstraram possuir uma compreensão de sujeito que se afasta do paradigma hegemônico e individualista sob o qual a cultura profissional do psicólogo foi construída. A concepção de sujeito dos psicólogos participantes demonstrou partir de uma visão mais holística de indivíduo, levando em consideração o contexto sócio-histórico e a relação dialética que o indivíduo trava com seu meio.

As novas inserções no mercado de trabalho para psicólogos, principalmente no âmbito das instituições públicas, possibilitaram repensar uma formação e uma atuação que possibilitem ao profissional realizar uma análise crítica da realidade, e que o capacitem a detectar alternativas de intervenções, para que ele seja capaz de acompanhar e responder às demandas sociais da população brasileira (MAZER; MELO-SILVA, 2010). Neste sentido, Bock (1999a) afirma a necessidade de um compromisso social da Psicologia, voltado para uma intervenção crítica e transformadora das condições de vida, comprometido com a realidade, a partir de uma perspectiva enquanto ciência e profissão. A autora propõe a construção de uma nova identidade profissional para os psicólogos, a qual deve estar engajada com as necessidades da população brasileira, dadas suas condições de vida – constituindo, assim, um desafio para o psicólogo no século XXI.

Ao final da realização desse trabalho, foi possível perceber, como bem avalia Gondim et al. (2010), que existem diferentes identidades profissionais para o psicólogo brasileiro: uma

identidade que oferece a coesão ao grupo, compartilhada por todos, que independe da área de atuação e permite que eles se diferenciem de outros profissionais; e outra que se constrói nas diferentes inserções, sob influência do contexto sócio-histórico. Neste sentido, existe certa tensão com a identidade profissional mais pregnante no imaginário social – o psicólogo como profissional liberal autônomo, atuante e em consultório, a atender uma clientela de classe média e alta. No tocante à identidade profissional do psicólogo que atua na Justiça da Infância e Juventude – servidor público, assalariado, institucionalizado, a atender predominantemente as classes mais populares, inserido em equipes interprofissionais, estando sob a gestão direta de um juiz –, a concepção de sujeito se distancia do ideário individualista. São, portanto, elementos que fazem repensar a identidade profissional dos psicólogos.

São muitas as especificidades que o campo institucional impõe, acabando por contribuir neste processo contínuo de produção e reinvenção da identidade profissional. Diante dos indicativos apresentados neste estudo, a identidade profissional de psicólogos tenderá a redefinir-se ou, ao menos, alargar-se, de maneira que contemple as especificidades da realidade institucional e das exigências sociais que nela se descortinam.

Assim como todo estudo, esta pesquisa teve as suas limitações. Os resultados deste estudo têm um caráter exploratório, considerando os limites impostos pela complexidade do conceito de identidade profissional. O próprio desenho metodológico, baseado apenas em um encontro com cada participante, pode não ter sido suficiente para abarcar a amplitude do processo de contínuo movimento e construção da identidade. Entretanto, a pesquisa procurou contribuir para o debate acerca da atuação do psicólogo no sistema judiciário, pois este é um campo em expansão, que ainda carece de um arcabouço teórico bem sedimentado (MAFRA, 2011). Esta pesquisa teve como base a compreensão que os psicólogos têm do processo de construção da sua identidade profissional no âmbito judiciário, ou seja, como eles se reconhecem. Entretanto, sabendo que a construção das identidades também parte do âmbito relacional, deixamos a possibilidade de novos estudos que busquem refletir acerca da identidade profissional de psicólogos, na visão de juízes, assistentes sociais, pedagogos e usuários dos serviços, que mostrem como os psicólogos são reconhecidos.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, A. M. B. et al. A formação da atitude clínica no estagiário de psicologia. **Psicologia USP**, v. 11, n. 1, p. 49-62, 2000.
- ALBERTO, M. F. P. et al. O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 28, n. 3, p. 558-573, 2008.
- AMADO, J. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação 3ª edição**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2017.
- BAPTISTA, M. T. D. S. **O Estudo de identidades individuais e coletivas na constituição da história da Psicologia**. São Paulo: Memorandum, Universidade São Carlos, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Lisboa: edições, (2016[1977]), 225p.
- BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G.; BORGES-ANDRADE, J. E. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? In: **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal, Rio Grande do Norte: EDUFRRN, 2010. p. 255–271.
- BAUMAN. Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999a.
- _____. **Aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia**. São Paulo: Cortez Editora, 1999b.
- _____. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. **Psicologia para América Latina**, n. 1, p. 0-0, 2004.
- _____. et al. Sílvia Lane e o projeto do " Compromisso Social da Psicologia". **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, 2007.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- BRASIL. Lei Federal nº 4.119/62. **Regulamentação da Profissão de Psicólogo**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm>. Acessado em: 06 de agosto de 2018.
- _____. Lei Federal nº 7.689/88. **Constituição Federal**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7689.htm>. Acessado em: 19 de março de 2018.

_____. Lei Federal nº 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acessado em: 17 de março de 2018.

BRITO, L. M. T. et al. A escuta de crianças no sistema de justiça. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 68-73, 2006.

_____. Anotações Sobre a Psicologia Jurídica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2012, 32 (num. esp.), 194-205

CAON, J. L. A identidade legal e a identidade profissional: práticas aprendentes específicas. **Pulsional Revista de Psicanálise**, v. 14, n. 152/153, p. 34-41, 2002.

CARVALHO, M. T. M.; SAMPAIO, J. R. A formação do psicólogo e as áreas emergentes. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 17, n. 1, p. 14-19, 1997.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M & CODO, W. (Org). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 58-75.

_____. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COIMBRA, C. M. B. et al. Para além das práticas hegemônicas: algumas análises de discursos dos psicólogos no judiciário. **Mnemosine**, v. 01, n. 01, p. 382- 393, 2005.

_____. Direitos humanos e a atuação na área jurídica. **Os Direitos humanos na prática profissional dos psicólogos**, p. 7-9, 2003.

COIMBRA, J. C. Algumas Considerações Sobre o Parecer Psicológico na Justiça da Infância e da Juventude. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, n. 2, p. 2-13, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da (o) psicóloga (o)**. Brasília, CFP, 2013. Disponível em: < <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Documeto-do-CFP-sobrea-Forma%C3%A7%C3%A3o-de-Psic%C3%B3logas-e-Psicologos.pdf>> Acesso em 20 de março de 2018.

_____. **Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações**. Brasília, CFP, 1992. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2018.

_____. **Resolução nº 13/2007 de 14 de setembro de 2007**. Disponível em < https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf>. Acessado em 10 de outubro de 2018.

COSTA E SILVA, A. M.; APARÍCIO, M. Manual Internacional sobre Identidades Profissionais. **Serviço Social e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 279–282, 2015.

CRUZ, L., HILLSHEIM, B., GUARESHI, N. M. F. Infância e políticas públicas: Um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, 42-49, 2005.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de psicologia**, v. 5, n. 1, p. 95-121, 2000.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, v. 20, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUBAR, C. **A crise das identidades: A interpretação de uma mutação**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004.

FAVA-DE-MORAES, F.; FAVA, M. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 73-77, 2000.

FÁVERO, E. T.; MELÃO, M. J. R.; JORGE, M. R. T. **O Serviço Social e a psicologia no judiciário: Construindo Saberes Conquistando Direitos**. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA NETO, J. L. Psicologia e políticas públicas: novas questões para a formação. In: **Psicologia, políticas públicas e o SUS**. São Paulo: Escuta, 2011. p. 23-49.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA NETO; J L. Psicologia, políticas públicas e o SUS. In: **Psicologia, políticas públicas e o SUS**. São Paulo: Editora Escuta LTDA. 2011.

FERREIRA NETO, J. L.; PENNA, L. M. D. Ética, clínica e diretrizes: a formação do psicólogo em tempos de avaliação de cursos. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 381-390, 2006.

FRANÇA, F. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu Panorama no Brasil. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 6, n. 1, p. 73-80, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 1997 [1975].

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013 [1973].

_____. **Microfísica do poder**. 25 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012 [1979].

_____. **Os anormais: curso no Collège de France**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014 [1974].

FORTUNATO COSTA, L. et al. As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 233-241, 2009.

- GALINDO, W. C. M. A construção da identidade profissional docente. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 24, n. 2, p. 14-23, 2004.
- GONDIM, S. M. G. et al. A identidade do psicólogo brasileiro. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010, pp. 223-247.
- GONZÁLEZ REY, F. L. A questão das técnicas e os métodos na psicologia: da mediação à construção do conhecimento psicológico. In: **Psicologia e o Compromisso Social**. BOCK, A. M. B (Org). 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. p.163-182.
- GOUVEIA, T. Os movimentos sociais no tempo. Os tempos dos movimentos sociais. In: **Psicologia Social e seus Movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. MEDRADO. B. & GALINDO. W. (Org). Recife: Editora Universitária, 2011. p. 97-110.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- _____. Quem precisa de identidade? In: **Identidade e Diferença**. SILVA, T.T. (Org). 15° ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 103-130.
- HELOANI, R.; MACÊDO, K. B.; CASSIOLATO, R. O exercício da profissão: características gerais da inserção profissional do psicólogo. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 107-130.
- JACÓ-VILELA, A. M. Os primórdios da Psicologia Jurídica. In: **Temas de Psicologia Jurídica**. BRITO, L.M.T. (Org). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 11-18.
- JAPIASSU, H. **Introdução à epistemologia da Psicologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1982.
- KRAWULSKI, E. **Construção da identidade profissional do psicólogo: vivendo as metamorfoses do caminho no exercício cotidiano do trabalho**. Tese - Florianópolis, Santa Catarina: Programa de Pós-Graduação em Ergonomia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- LAGO, V. M. et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n. 4, p. 483-491, 2009.
- LEAL, L. M. Psicologia jurídica: história, ramificações e áreas de atuação. **Rev. Diversa**. **Ano I**, n. 2, 2008.
- LIMA, M.; NUNES, M. F. O. Práticas psicológicas e dimensões de significação dos problemas de saúde mental. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 2, p. 294-311, 2006.
- MAFRA, V. C. A. S. **Entre Saberes e Poderes: a representação de psicólogos sobre a psicologia no judiciário**. Dissertação – Recife, Pernambuco: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MARTÍNEZ, A. M. Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. In: **Psicologia e o Compromisso Social**. BOCK, A. M. B (Org). 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 143-160.

MAZER, S. M.; MELO-SILVA, L. L. Identidade Profissional do Psicólogo: Uma Revisão da Produção Científica no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, p. 276-295, 2010.

MELLO, S. L. Psicologia e profissão em São Paulo. In: **Psicologia e profissão em São Paulo**. 1975.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes: 1993.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014

MIRANDA JÚNIOR, H. C. de. Psicologia e justiça: a psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. **Psicologia Ciência e Profissão**., Brasília, v. 18, n. 1, p. 28-37, 1998 .

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. 5 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

NAFFAH NETO, A. O psicólogo clínico. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. **Psicologia Social: o homem em movimento**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 181-194.

PELISOLI, C. L.; DELL'AGLIO, D. D. As contribuições da psicologia para o sistema de justiça em situações de abuso sexual. **Psicologia: ciência e profissão. Brasília. Vol. 34, n. 4 (2014), p. 916-930.**, 2014.

PERNAMBUCO. **Lei estadual de nº 10.695 de 27 de dezembro de 1991**. Disponível em< <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=2025>>. Acessado em: 10 de outubro de 2018.

_____. **Lei nº 10.947 de 02 de setembro de 1993**. Disponível em< <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=8317&tipo=TEXTTOORIGINAL>> Acesso em 24 de julho de 2018.

_____. Tribunal de Justiça de Pernambuco. **Infância e Juventude do Judiciário de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude/poder-judiciario>. Acessado em: 02/11/2018.

RIOS, T. A. **A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador**. *Psicologia em Revista*, v. 12, n. 19, p. 80-86, 2006.

ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011. 604p.

ROVINSKI, S. L. R. Psicologia Jurídica no Brasil e na América Latina: dados históricos e suas repercussões quanto à avaliação psicológica. In: ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. Vetor Editora, 2009.

SAINSAULIEU, Renaud. **L'Identité au travail**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1988.

SHAKESPEARE, W. **Hamlet**. São Paulo: Martin Claret, 2000[1600].

SHINE, S. Avaliação psicológica em contexto forense. In: SHINE, S. **Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e Outros Temas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 01-17.

SOARES, D. H. P. **A escolha profissional: do jovem ao adulto**. São Paulo: Summus, 2002.

TEIXEIRA, P. A. S. **Da constatação à construção: sentidos de família nos laudos psicológicos das Ações de Guarda de crianças e adolescentes**. Dissertação –Recife, Pernambuco: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

VASCONCELOS, E. M. Os psicólogos e sua inserção no SUAS: da sensação inicial de perda de identidade ao reconhecimento de uma nova profissionalidade e de suas bases teóricas. In: MORGADO, R., E. M. VASCONCELOS, E. M.; J. GARCIA, J. **Cadernos de assistência social: contribuições para a proteção básica e proteção especial**. Resende, RJ: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. v. 1, n 01.

VASCONCELOS, F. G. **Entre o Novo e o Velho: representações profissionais de psicólogos que atuam em NASF**. 2017. Dissertação – Recife, Pernambuco: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.

VIEIRA, M. Trabalho, qualificação e a construção social de identidades profissionais nas organizações públicas de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 2, p. 271-286, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. In: SILVA, T.T. (Org). **Identidade e Diferença**. 15 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 07-72.

YAMAMOTO, O. H. et al. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

_____, O. H. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 1, p. 6-17, 2012.

_____, O. H.; DE OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, n. 25ANOS, p. 9-24, 2010.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados Sociodemográficos

1. Idade:
2. Instituição de Ensino onde concluiu a graduação em Psicologia:
() Pública () Privada
3. Ano de Conclusão do Curso de Graduação: _____
4. Ano do concurso para psicólogo do TJPE:
() 1993 () 2001 () 2007 () 2012
5. Tempo de atuação no TJPE: _____

Eixos Temáticos da Entrevista

1. Escolha da profissão de psicólogo
 - Pontos a serem abordados – história pessoal e/ou características pessoais, habilidades e capacidades que predispunham ao exercício da profissão de psicólogo.
2. A formação acadêmica em Psicologia
 - Pontos a serem abordados - graduação, cursos, leituras, iniciações científicas, estágios, supervisões.
3. O exercício da profissão psicólogo antes do TJPE
 - Pontos a serem abordados – trajetória profissional, especializações, mestrado, doutorado.
4. O que é ser para você psicólogo do Tribunal de Justiça de Pernambuco, atuando na Justiça da Infância e Juventude.
 - Pontos a serem abordados – como entrou no TJPE, temática trabalhada e atribuições.
5. O exercício da Psicologia no sistema judiciário de Pernambuco exigiu mudanças teóricas, epistemológicas e prática do que você acreditava ser a Psicologia, enquanto ciência e profissão?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS – Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Do consultório ao judiciário: implicações e especificidades da clínica ampliada na identidade cultural do psicólogo em contexto jurídico, que está sob a responsabilidade da pós-graduanda Camila Gomes de Freitas Maia, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, PPGPsi/UFPE, residente na Rua Assaí, Quadra B9, nº 04, Ouro Preto Olinda- PE, telefone: (81) 97911-7869, e-mail: kamimaia@gmail.com. A pós-graduanda está sob a orientação da Prof^a. Dr.^a Elaine Magalhães Costa Fernandez, com endereço Av. da Arquitetura s/n, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-550 – (81) 98848-8300, e-mail: elainef@free.fr.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

Após receber todas as informações necessárias para decidir conscientemente sobre a sua participação na pesquisa, rubrique as folhas deste termo e assine na última página deste documento. Este ficheiro contém duas vias: uma é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Durante o estudo, o (a) sra. responderá a um questionário proposto pela pós-graduanda e participará de uma entrevista individual. Esta entrevista, semiestruturadas, será gravada, sob a orientação, posteriormente transcrita, para análise. Todavia, com a garantia de que apenas a pós-graduanda e a sua orientanda terão acesso, na íntegra, ao áudio e transcrições.

Seus dados pessoais serão mantidos em sigilo, sendo exclusivo da pós-graduanda e orientanda, o acesso, na íntegra, do material coletado e, quando gravado, sob autorização, à transcrição do mesmo.

O material coletado será designado numericamente, como seja: sujeito 1, sujeito 2 e assim por diante. Não constaram informações sobre os participantes, além da idade e gênero. Este material será disponibilizado em mídia digital e ficará armazenado no Laboratório de Interações Humanas – LABINT, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a responsabilidade da pós-graduanda;

Sua participação como voluntário (a) da pesquisa ocorrerá no momento da coleta dos dados. Solicitamos a sua disponibilidade, caso seja necessário voltar a coletar dados, com o intuito de complementar as informações.

O Sr. (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Em caso de despesas, estas serão assumidas pelas pós-graduanda (ressarcimento de transportes e alimentação). Fica também garantida a indenização, em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação da pesquisa, conforme decisão judicial e extrajudicial.

A pesquisa oferece risco mínimo, constrangimento, pois se debruça sobre o saber-fazer do profissional de psicologia em contexto jurídico, tendo como forma de coleta de dados, leitura documental, questionários e entrevistas semiestruturadas, cujo objetivo é verificar as repercussões de uma prática profissional associada a “clínica ampliada” para a constituição da identidade cultural do psicólogo no contexto jurídico. Para se evitar qualquer tipo de constrangimento, todas as etapas da pesquisa serão realizadas na presença da pós-graduanda principal, que estará à disposição para esclarecer toda e qualquer dúvida dos participantes durante o processo; bem como acolher a desistência do participante em qualquer momento da pesquisa. Como já foi mencionada anteriormente, serão tomadas as devidas precauções para manutenção da participação dos voluntários seja sigilosa, bem como serão tomados os devidos cuidados para o armazenamento dos dados coletados. Se mesmo assim, o Sr. (a) não se sentir confortável em participar da coleta de dados, poderá pedir a sua desistência do processo a qualquer momento, como já foi mencionado.

Os possíveis benefícios em participar, os resultados produzidos pela análise dos dados podem vir a subsidiar planejamento, execução e prática dos profissionais de psicologia

judiciária; contribuir com a melhoria das relações entre os psicólogos que atuam no âmbito jurídico, deste com sua equipe de trabalho e com a gestão da instituição; possibilitar, através da reflexão da sua prática profissional, a ampliação do campo de estudo da psicologia jurídica.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

(Camila Gomes de Freitas Maia – Pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo: “Do consultório ao judiciário: implicações e especificidades da clínica ampliada na identidade cultural do psicólogo em contexto jurídico, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento).

Local e Data: _____

Assinatura do Participante: _____

Testemunhas:

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

**ANEXO A - CARTA DE ANUÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
PERNAMBUCO**



Ofício nº 116/2017 – CGP

Recife, 17 de julho de 2017.

A Ilustríssima Senhora
Camila Gomes de Freitas Maia
Pós-Graduanda em Psicologia pela UFPE

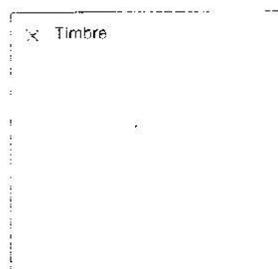
Prezada Senhora,

Em atenção a solicitação de consentimento para realização do projeto de pesquisa: “Do consultório ao judiciário: implicações e especificidades da clínica ampliada na identidade cultural do psicólogo em contexto jurídico”, protocolado neste Tribunal sob o SEI nº 0004138-74.2017.8.17.8017, sirvo-me desta oportunidade para informar que a pesquisa em comento foi autorizada pelo Des. Leopoldo de Arruda Raposo, Presidente desta Corte, nos termos do Parecer da Consultoria Jurídica, o qual segue em anexo ao presente expediente.

Atenciosamente,


Rafael J. J. Meneses
Chefe de Gabinete da Presidência do TJPE

Rafael J. J. Meneses
Chefe de Gabinete
da Presidência TJPE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
R IMPERADOR DOM PEDRO II - Bairro SANTO ANTONIO - CEP 50010-240 - Recife - PE - <https://www.tjpe.jus.br>
FOR PAULA BAPTISTA

PARECER

INTERESSADA: CAMILA GOMES DE FREITAS MAIA

Vieram os presentes autos a esta Consultoria Jurídica, encaminhado pelo Chefe de Gabinete da Presidência deste Tribunal de Justiça, em face da solicitação de Camila Gomes de Freitas para realizar, por meio deste Poder Judiciário, o projeto de pesquisa: "Do consultório ao judiciário: implicações e especificidades da clínica ampliada na identidade cultural do psicólogo em contexto jurídico", cuja pesquisa se propõe a compreender implicações e especificidades da atuação do psicólogo no contexto jurídico através da análise das repercussões de uma prática profissional associada a clínica ampliada para a constituição da identidade cultural do psicólogo no contexto jurídico.

A solicitante esclarece que pretende fazer o levantamento dos profissionais da categoria analistas judiciários (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos) e juizes que atuam com os psicólogos lotados nas comarcas de Recife e Olinda. Esse levantamento ocorrerá por meio de um questionário, a ser respondido pelas ditas categorias profissionais, bem como por entrevista semiestruturada com 25% dos analistas judiciários/psicólogos participantes.

Por fim, a postulante explica que se comprometerá a utilizar os dados pessoais dos participantes exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidades, respeitando o cumprimento dos requisitos da Resolução nº 466/12 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CONEP).

Esta Consultoria Jurídica encaminhou os autos à SGP para se manifestar acerca da solicitação. Aquela secretaria justificou a importância e utilidade ao Poder Judiciário da pesquisa pretendida, e também, de fácil extração, inclusive, os dados solicitados pela requerente. Quanto ao interesse dos possíveis pesquisados em participar do projeto, entende que tal contato deve ser feito após o deferimento, ou não pela Administração.

Registro por oportuno, que a peticionária quando da realização da graduação já havia obtido a aquiescência da Secretaria de Gestão de Pessoas, acatada pela então Presidência deste Tribunal de Justiça, para a realização do seu projeto, com a supervisão do Centro de Apoio Psicossocial. Em face disso, o processado foi encaminhado ao CAP que representado pela sua chefia se manifestou favoravelmente à realização do projeto de pesquisa.

É o relatório. Passo a emitir o opinativo.

Considerando que a Chefe do Centro de Apoio Psicossocial se manifestou favoravelmente à realização do projeto de pesquisa, bem como que já foi realizada pesquisa neste Poder Judiciário pela interessada, quando do seu curso de graduação, não vislumbro nenhum óbice legal ao pleito da requerente.

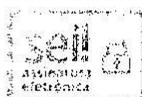
Assim, o processado deve ser encaminhado ao Desembargador Presidente para autorização.

Uma vez autorizado pela autoridade máxima, sugiro o acompanhamento da pesquisa pela Chefia do Centro de Apoio Psicossocial deste Tribunal de Justiça, conforme foi anteriormente realizado no projeto da graduação.

É o parecer que submeto à apreciação superior.



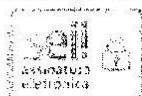
Documento assinado eletronicamente por ANA PAULA PAES BARRETO LINS LEMOS, ASSESSOR JURIDICO/PJC-II, em 22/06/2017, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por JOSIVALDO BERNARDES LIMA DOS PRAZERES, ASSESSOR JURIDICO/PJC-II, em 22/06/2017, às 18:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por AUCILENY MARIA DOS SANTOS, CONSULTOR JURIDICO ADJUNTO/PJC, em 22/06/2017, às 18:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

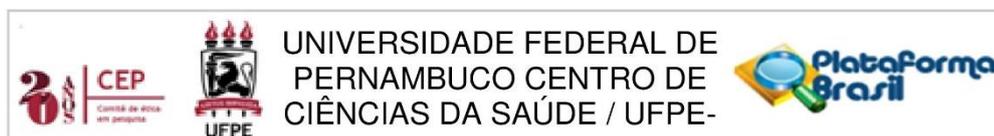


Documento assinado eletronicamente por OSCAR EDSON GOMES DE BARROS, CONSULTOR JURIDICO/SPJC, em 22/06/2017, às 18:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticacao> informando o código verificador 0026361 e o código CRC 3231616B.

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/UFPE)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Do consultório ao judiciário: implicações e especificidades da clínica ampliada na identidade cultural do psicólogo em contexto jurídico.

Pesquisador: Camila Gomes de Freitas Maia

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 69853117.2.0000.5208

Instituição Proponente: CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.187.282

Apresentação do Projeto:

Trata-se do Projeto de pesquisa de Camila Gomes de Freitas Maia, aluna do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (mestrado), orientada pela Profª Elaine Magalhães Costa Fernandez.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: compreender as implicações e especificidades de uma prática profissional baseada nos princípios de uma clínica ampliada na definição da identidade cultural dos psicólogos jurídicos.

Objetivos específicos: 1) identificar se o contexto jurídico e o contexto tradicional de intervenção do psicólogo clínico correspondem a identidades culturais distintas;

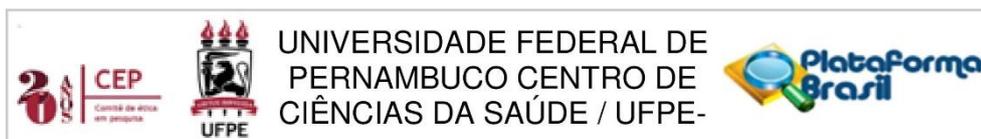
2) identificar se o contexto jurídico e o contexto tradicional de intervenção do psicólogo clínico correspondem a identidades culturais; e,

3) identificar a identidade cultural do psicólogo em contexto jurídico segundo estes próprios profissionais (aspectos êmicos como trajetória acadêmica e profissional) e segundo membros da equipe multiprofissional e juizes (aspectos éticos, contendo a imagem do que é ser psicólogo).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: constrangimento, considerando que será feita avaliação do profissional de psicologia em

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.187.282

contexto jurídico.

BENEFÍCIOS: dados podem vir a subsidiar planejamento, execução e prática dos profissionais de psicologia judiciária, bem como contribuir com a melhoria das relações entre os psicólogos que atuam no âmbito jurídico, deste com sua equipe de trabalho e com a gestão da instituição, uma vez que os resultados da pesquisa lhes serão entregues para posterior reflexão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de natureza mista ou triangulada, que utilizará métodos qualitativos e quantitativos. Apresenta critérios de inclusão e de exclusão de acordo com cada categoria profissional (Psicólogos Profissionais Liberais com atuação em consultório particular; Psicólogo do TJPE; Assistente Social do TJPE; Pedagogos; Juízes), população-alvo da pesquisa delimitada pelo espaço geográfico nas comarcas de Recife e Olinda.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos encontram-se adequados.

Recomendações:

Nenhuma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma.

Considerações Finais a critério do CEP:

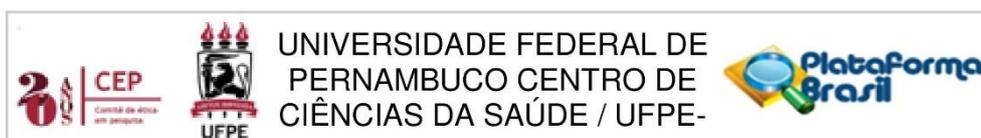
As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



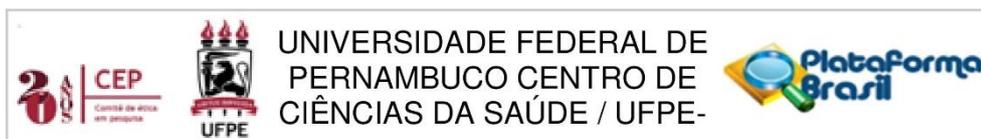
Continuação do Parecer: 2.187.282

Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). O CEP/CCS/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_921373.pdf	26/07/2017 11:47:19		Aceito
Outros	PROJETO_DETALHADO1.pdf	23/07/2017 22:44:38	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP.pdf	23/07/2017 22:33:26	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Outros	CARTA_ANUENCIA_PARECER.pdf	23/07/2017 22:28:10	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	16/06/2017 11:08:56	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	14/06/2017 12:03:24	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Outros	PENDENCIA_CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	14/06/2017 12:00:44	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.pdf	14/06/2017 08:59:57	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Outros	MODELO_QUESTIONARIO.pdf	13/06/2017 06:26:30	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Outros	Lattes_Elaine.pdf	13/06/2017 06:19:28	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Outros	Lattes_Camila.pdf	13/06/2017 06:18:15	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Outros	GUIA_ENTREVISTA.pdf	13/06/2017 06:08:33	Camila Gomes de Freitas Maia	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	13/06/2017	Camila Gomes de	Aceito

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.187.282

Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	06:02:24	Freitas Maia	Aceito
----------------	--------------------	----------	--------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 26 de Julho de 2017

Assinado por:

**Gisele Cristina Sena da Silva Pinho
(Coordenador)**

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br